

Daniel Bruno de Castro Almeida

Bancos e Concentração de Crédito no Brasil: 1995-2004

Belo Horizonte, MG
UFMG/CEDEPLAR
2007

Daniel Bruno de Castro Almeida

Bancos e Concentração de Crédito no Brasil: 1995-2004

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Economia.

Orientador: Dr. Frederico G. Jayme Jr.

Belo Horizonte, MG
UFMG/CEDEPLAR
2007

PARA MEUS PAIS

AGRADECIMENTOS

Vários são os colaboradores deste trabalho, seja na forma de incentivo e companheirismo, seja via orientações e ensinamentos.

Primeiramente, agradeço a Deus pela saúde que possuo, pilar fundamental de minhas ações, aos meus pais e familiares pelo incentivo ao estudo e pela paciência. Da mesma forma, agradeço à Raquel pelo companheirismo e pela compreensão demonstrados durante este período.

Ao meu orientador, Frederico Gonzaga Jayme Júnior, meu agradecimento pela sua relevante e precisa orientação. Para a professora Ana Hermeto devo os mais sinceros agradecimentos pelas inúmeras vezes em que me auxiliou na formatação metodológica do modelo aqui exposto e pela participação na minha banca. Também agradeço a presença na banca de defesa, aos professores Gilberto Libânio e Luiz Fernando Rodrigues de Paula.

Ao professor Marco Crocco agradeço a pronta disposição em ajudar com idéias e com a disponibilização de dados. Da mesma forma, no que tange à obtenção dos dados e às discussões da melhor forma de elaborar o trabalho aqui apresentado, também agradeço à colaboração do Matheus e da Mara, bolsistas de pesquisa do CEDEPLAR, assim como aos colegas do mestrado e do doutorado, em especial ao Bruno Badia, ao Guilherme Hirata e ao Guilherme Jonas.

Agradeço também aos professores Wanderley Ramalho e Flávia Chein, que muito contribuíram na elucidação de alguns pontos em momentos difíceis da elaboração da dissertação.

Aproveito para lembrar que nada seria possível sem a presteza de serviço e atenção dispensada pelos funcionários do CEDEPLAR, em especial aos funcionários da biblioteca.

Por fim, agradeço à compreensão e apoio recebidos dos colegas do BDMG, no qual destaco o apoio constante do Reinaldo Lobo e da Alessandra Braga, que tantas vezes me permitiram alterar o horário de trabalho, compensar em outros dias e facilitaram a dupla jornada de trabalho e estudos.

A vocês meu muito obrigado!

SUMÁRIO

Lista de Tabelas e Quadros	vii
Lista de Gráficos e Figuras.....	viii
Resumo	ix
Abstract	x
Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – Desenvolvimento financeiro e econômico, sistema bancário e crédito	4
2.1. Desenvolvimento econômico e financeiro: relevância e causalidade ...	5
2.2. Bancos e o processo de consolidação do setor.....	10
2.3. Bancos e a concessão de crédito	17
Capítulo 3 - Sistema bancário e crédito: o caso brasileiro	23
3.1. O processo de consolidação do setor bancário no Brasil.....	24
3.2. Impacto da concentração bancária na concessão de crédito.....	39
Capítulo 4 – Concentração bancária e concessão de crédito: resultados empíricos para o Brasil.....	45
4.1. Dados e modelo	46
4.2. Resultados	54
Capítulo 5 – Considerações Finais	61
6 – Referências Bibliográficas	67
ANEXOS	72

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Participação das regiões sobre o total de agências no país – Sistema Bancário (%).....	26
Quadro 1 - Bancos estaduais privatizados, liquidados e federalizados no período de 1996 a 2004.....	28
Tabela 2 - Quantitativo de bancos pela estrutura de capital.....	30
Tabela 3 - Participação percentual de bancos pela estrutura de capital.....	30
Tabela 4 - Instituições do segmento bancário - porte classificado por ativos totais.....	32
Tabela 5 - Participação percentual nos ativos totais do segmento bancário.....	32
Tabela 6 - Participação percentual dos 5, 10 e 20 maiores bancos e CEF nos ativos totais do segmento bancário.....	32
Tabela 7 - Evolução dos índices de concentração em ativos - 12/1995 a 06/2004.....	34
Tabela 8 - Número de sedes bancárias por Unidade Federativa e Região para o período de 1995 a 2004.....	36
Tabela 9 - Estatística descritiva das variáveis analisadas: 1995 – 2004.....	52
Tabela 10 - Modelos lineares de Paineis: estimadores usuais e modelos.....	53
Tabela 11 - Matriz de correlação entre as variáveis analisadas: 1995 - 2004.....	54
Tabela 12 - Valores do fator de inflação da variância para as variáveis do modelo.....	55
Tabela 13 - Resultados obtidos para dados empilhados, painel com efeitos aleatórios e com efeitos fixos.....	57

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 - Aproximação teórica para finanças e crescimento.....	06
Gráfico 1 - Participação dos Bancos no Sistema Financeiro* - Créditos e Total de Ativos.....	23
Figura 2 - Presença de Bancos Comerciais, de Desenvolvimento e Agências de Fomento Estaduais no início da década de 1990 e no final de 2002.....	29
Gráfico 2 - Participação percentual dos 5, 10 e 20 maiores bancos e CEF nos ativos totais do segmento bancário.....	33
Gráfico 3 - Participação percentual no PIB, no estoque de depósitos à vista e no estoque de operações de crédito para alguns Estados selecionados.....	43
Gráfico 4 - Evolução da relação crédito / PIB no Brasil: jun/88-mar/07.....	64
Figura 3 – Crédito em relação ao PIB em 2006.....	65

RESUMO

A partir da estabilização monetária em 1994, houve uma aceleração do processo de consolidação bancária no Brasil. Este movimento segue tendência mundial de concentração, na medida em que o segmento é desregulamentado. O presente trabalho analisa o efeito da concentração bancária quanto à concessão de crédito, no Brasil, no período de 1995 a 2004. Para isso, foi realizada estimação em painel utilizando dados das vinte e sete unidades da federação. Os resultados corroboram a idéia de que o processo de consolidação do setor bancário brasileiro exerce impacto negativo sobre a concessão de crédito e, assim, prejudica, principalmente, as regiões menos desenvolvidas do país.

ABSTRACT

After stabilization, Brazilian bank system came into a process of concentration. This process follows world trend of bank concentration related with liberalization and deregulation of the sector. This work aims at analyzing the effects of banking concentration on credit concession in Brazil, during the period of 1995 to 2004. In order to accomplish this objective, the thesis estimates a panel based on data from the twenty seven federation units of Brazil, regarding the period. The results reinforce the idea that the consolidation of Brazilian banking system presents a negative effect on credit availability, especially in less developed regions of the country, damaging their economic performance.

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A partir da estabilização monetária o sistema bancário do Brasil passou por uma aceleração do processo de consolidação. Este movimento segue tendência mundial de concentração na medida em que o segmento é desregulamentado.

No campo teórico, duas correntes se contrapõem quanto às causas e conseqüências do movimento de concentração do setor. Uma das correntes argumenta que a consolidação é conseqüência da maior eficiência de algumas instituições sobre as outras, o que leva à aquisição como forma de obter ganhos de escala. Para este grupo, a consolidação trás benefícios para os consumidores, já que está baseada na maior eficiência das instituições. A outra corrente argumenta que as aquisições e fusões de bancos visam à obtenção de maior poder de mercado, com prejuízo aos consumidores, que passariam a pagar mais pelos serviços prestados.

Especificamente no caso brasileiro, o fim do ganho inflacionário ajudou a impulsionar a consolidação do setor, que também teve o apoio oficial do governo através de programas como o PROER e o PROES, pois se objetivava um sistema bancário menos vulnerável a choques. Desta forma, a partir de 1994 observa-se no Brasil dois movimentos: i) concentração geográfica das agências; e ii) redução no número de sedes bancárias, resultado do processo de fusões e aquisições, além das liquidações, também com concentração regional.

No entanto, este não é um processo que se passa despercebido ou sem maiores implicações para o resto da economia. Existe um conjunto de trabalhos no âmbito internacional que busca identificar a relação existente entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico¹. Existem indícios apontando para um efeito positivo e relevante do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento econômico e, além disso, já se pode tomar como consensual a importância do

¹ LEVINE (1997) forneceu uma contribuição seminal na discussão acerca da relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Para MATOS, O. (2002), desenvolvimento do sistema financeiro está relacionado à capacidade das instituições financeiras disponibilizarem aos agentes, serviços que facilitem e intensifiquem as transações econômicas destes.

sistema bancário e do crédito para o bom funcionamento da economia. Ademais, conforme estudo de MATOS (2002) e ARAÚJO e DIAS (2006), no Brasil o desenvolvimento do sistema financeiro afeta positivamente a taxa de crescimento da economia.

No que se refere à concessão do crédito, os bancos atuam de forma a obter a maior gama de informações possíveis do tomador, visando reduzir sua exposição ao risco. Os bancos também possuem preferência pela liquidez e buscam se proteger de situações onde a informação disponível é baixa ou de qualidade ruim. Todavia, em um território de regiões centrais e periféricas, onde a periferia além de ter um menor grau de desenvolvimento se caracteriza por ser mais instável, é natural supor que os bancos disponibilizem maior volume de recursos para a região central. Com a consolidação do setor bancário, e conseqüente redução de agências e o fechamento de sedes nas periferias, a informação sobre estas regiões passa a ser ainda mais difícil para os bancos sediados no centro. Este mecanismo tende a reduzir o crédito concedido justamente para as regiões menos desenvolvidas, retro-alimentando um processo de desigualdade.

O presente trabalho analisa o efeito do processo de concentração bancária no Brasil, sobre a concessão de crédito. Para isso, além da análise estatística dos dados referentes ao setor bancário e uma revisão da literatura acerca do tema, foi realizada uma análise de dados em painel, envolvendo valores referentes ao período de 1995 a 2004 para as 27 unidades da federação, com o intuito de captar os efeitos da dinâmica da concentração bancária sobre o crédito no corte regional.

Os resultados obtidos corroboram a idéia de que a concentração bancária ocorrida no Brasil, no período compreendido entre 1995 e 2004, acarretou uma redução no crédito concedido. Percebe-se que a ausência ou a redução de sedes bancárias, assim como de agências, levam à redução do crédito, mesmo tendo em vista o aumento agregado do crédito nos últimos 2 a 3 anos.

Dada a relevância do crédito e do sistema bancário para o crescimento da economia, o resultado obtido reforça a idéia de que o processo de consolidação

do setor bancário no Brasil tem um efeito negativo sobre as regiões prejudicadas por este movimento, que são justamente as regiões menos desenvolvidas do país.

No presente trabalho, os termos empréstimo e financiamento serão utilizados de forma alternada, tendo a mesma conotação. Da mesma forma, concentração e consolidação serão utilizados com o mesmo sentido.

O trabalho está dividido em 5 partes incluindo esta Introdução. Na próxima seção é apresentado o arcabouço teórico acerca da relação entre sistema financeiro e desenvolvimento econômico, mostrando a relevância do setor bancário, assim como uma descrição do processo de consolidação do segmento bancário e de alguns determinantes na decisão quanto à concessão de crédito. Na seção III, analisa-se o caso brasileiro, quando o processo de concentração bancária ficou mais eminente, suas principais características e os impactos sobre o crédito. Na seção IV, temos os resultados empíricos do modelo sugerido. Por fim, na última parte, estão relacionadas as conclusões do trabalho.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO E ECONÔMICO, SISTEMA BANCÁRIO E CRÉDITO

Neste capítulo, pretende-se explicitar como tem sido o processo de concentração bancária, assim como o que determina a decisão dos bancos quanto à oferta de um volume maior de crédito em um determinado momento do tempo. Os bancos estão continuamente escolhendo um volume a ser ofertado, de forma a adequar seu portfólio de ativos a uma relação entre rentabilidade e liquidez que acreditam ser ideal diante das expectativas que possuem quanto ao futuro.

No entanto, o setor bancário tem presenciado um forte processo de consolidação que altera a forma como o mercado está estruturado, resultando em um ambiente de menor concorrência. Este novo ambiente acarreta alterações sobre a decisão de conceder crédito.

Por fim, este movimento ganha ainda mais relevância pela importância que o sistema financeiro, especificamente o sistema bancário no foco do presente trabalho, possui sobre o desempenho da economia. Se o desenvolvimento do sistema financeiro impacta positivamente o crescimento econômico e se o crédito é uma ferramenta importante para o bom desempenho da economia, é interessante avaliar quais efeitos a consolidação do setor bancário tem tido sobre o crédito.

Desta forma, neste capítulo será tratada a teoria referente à relação entre desenvolvimento financeiro e econômico, a importância do sistema bancário e do crédito. Para isso está dividido em três partes, sendo abordada na primeira seção a relação entre desenvolvimento financeiro e econômico, tanto a questão da relevância do sistema financeiro, quanto a direção de causalidade entre ambos. A segunda parte trata do segmento bancário e o processo de consolidação deste. Por fim, discute sobre determinantes na decisão bancária de concessão do crédito.

2.1. Desenvolvimento econômico e financeiro: relevância e causalidade

O desenvolvimento financeiro e sua relação com o desenvolvimento econômico têm despertado o interesse de vários autores² faz algum tempo. O ponto central da investigação é a direção da causalidade entre ambos. Mesmo sem um consenso sobre a direção da causalidade, os economistas concordam que o crédito serve como uma ferramenta importante para o desenvolvimento econômico. A questão é se o desenvolvimento econômico leva ao desenvolvimento financeiro ou se a causalidade seria inversa. Ainda não há consenso sobre este ponto, haja vista que existem trabalhos que apontam tanto para uma quanto para a outra direção de causalidade, assim como para uma possível bi-causalidade³.

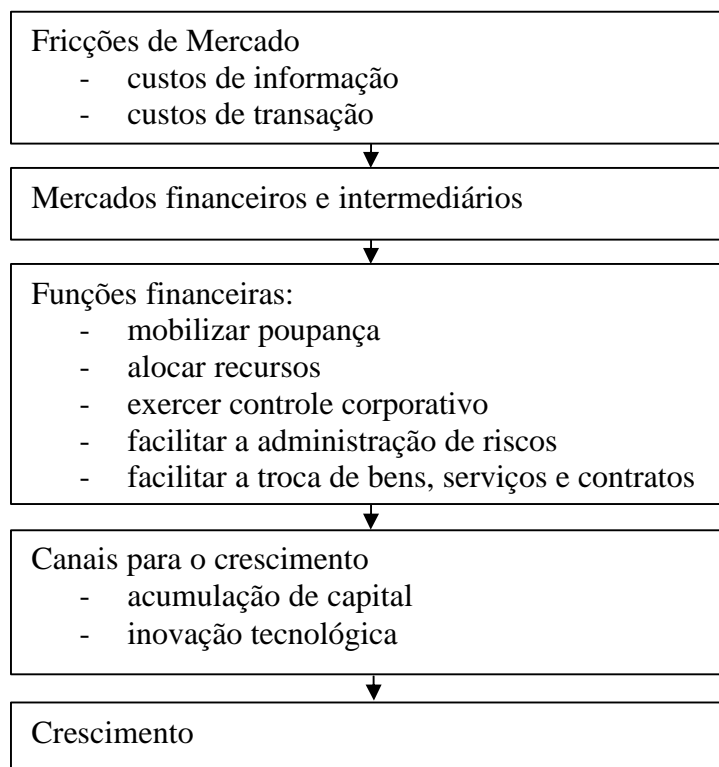
LEVINE (1997) analisa os fatores que propiciam o surgimento e desenvolvimento do sistema financeiro, assim como este impacta o desenvolvimento econômico. Notadamente, os custos de transação e para obter informações criam os incentivos necessários para o surgimento de mercados e instituições financeiras. Estas instituições apresentam como funções primordiais: i) facilitar a troca, proteção e diversificação do risco; ii) alocar recursos; iii) monitorar os administradores e exercer controle corporativo; iv) mobilizar a poupança; e v) facilitar a troca de bens e serviços.

Através destas funções e capacidades o sistema financeiro consegue alterar a taxa de poupança e realocá-la entre diferentes capitais, afetando a acumulação de capital. A figura 1 mostra de forma sucinta porque surge o mercado financeiro, as funções deste e como ele contribui para o crescimento do país.

² Ver, dentre outros, LEVINE (1997), RAJAN e ZINGALES (1998), DEMETRIADES e HUSSEIN (1996), ARETIS e DEMETRIADES (1997) e JAYARATNE e STRAHAN (1996).

³ DEMETRIADES e HUSSEIN (1996), obtiveram evidências de bi-causalidade no estudo que realizaram com 16 países, para a maioria dos casos, não conseguindo suporte para a idéia do desenvolvimento financeiro liderar o desenvolvimento econômico, nem que o inverso seria verdadeiro. No trabalho de ARETIS e DEMETRIADES (1997), os autores concluíram que os resultados que obtiveram variaram substancialmente entre os países analisados.

Figura 1. Aproximação teórica para finanças e crescimento



Fonte: Extraído de LEVINE (1997)

Para viabilizar as funções supracitadas, os bancos também devem prover liquidez aos ativos, bem como informações⁴. Liquidez pode ser entendida como a facilidade e/ou a velocidade na qual os agentes conseguem converter ativos em poder de compra⁵. Como consequência desta definição, as incertezas associadas à capacidade de conversão dos ativos em meios de troca geram o “Risco de Liquidez”. As incertezas estão relacionadas com questões tais como assimetria de informações e custos de transação (LEVINE, 1997).

⁴ Ver NEUBERGER (1997)

⁵ Para Keynes (1992: pp.138), “a preferência pela liquidez é uma potencialidade ou tendência funcional que fixa a quantidade de moeda que o público reterá quando a taxa de juros for dada”. Além disso, a condição necessária sem a qual não existiria a preferência pela liquidez como meio de conservação da riqueza é a existência de incerteza quanto ao futuro das taxas de juros. Assim, em períodos de maior incerteza, o prêmio para ativos relativamente mais líquidos irá aumentar em relação aos ativos menos líquidos. RUNDE (1994), considera a existência de três teorias acerca da incerteza e da preferência pela liquidez: i) Tobin (1958); ii) Davidson (1988); e iii) Makowski (1989). Para Tobin, liquidez é sinônimo de dinheiro em espécie e o conceito de incerteza impede o investidor de aprender qualquer coisa que o leve a alterar seu portfólio após este ter sido decidido para um determinado período. Davidson e Makowski adotam a abordagem da preferência pela liquidez como forma de flexibilidade diante de um ambiente onde fatores desconhecidos no presente serão conhecidos no futuro. Davidson mostra a relevância de contratos monetários para uma economia com incertezas. Por fim, Makowski define incerteza como risco mais a possibilidade de aprendizado, ou seja, quanto maior a expectativa de aprendizado para o futuro, maior a demanda por flexibilidade.

Desta forma, mercados menos custosos para se comercializar instrumentos financeiros e onde exista baixa incerteza acerca do prazo e da liquidação destas trocas, são mercados de capitais líquidos. Assim, tanto os mercados de capital quanto o sistema bancário conseguem reduzir o risco de liquidez. À medida que ocorrem reduções nos custos de transação nos mercados de capitais, maior o volume de investimentos em projetos de baixa liquidez e elevados retornos.

No que concerne ao sistema bancário, ao prover demanda por depósitos e escolher um mix apropriado de investimentos, os bancos geram um ambiente de segurança aos poupadores contra riscos de liquidez, enquanto facilitam simultaneamente investimentos de longo prazo em projetos de retorno mais elevado. A capacidade do sistema financeiro em ofertar serviços de diversificação do risco pode afetar o crescimento de longo prazo da economia, por alterar a alocação de recursos e as taxas de poupança. (LEVINE, 1997).

Com isso, os bancos têm a função e o potencial de diluir o risco e possibilitar inversões em projetos de longo prazo e o sistema bancário ganha relevância no desenvolvimento de um país.

Existem indícios de que o sistema bancário e o mercado de capitais funcionam de forma complementar e aparecem como fatores importantes no desenvolvimento econômico de longo prazo. De forma mais detalhada, a liquidez do mercado de capitais e o grau de desenvolvimento bancário são positivamente correlacionados com as taxas de crescimento econômico, acumulação de capital e crescimento da produtividade. (LEVINE e ZERVOS, 1998)

RAJAN e ZINGALES (1998) concordam com a relevância do sistema bancário para o desenvolvimento econômico e indicam que o mercado e as instituições financeiras ajudam a firma a sobrepassar problemas de risco moral e seleção adversa, reduzindo seu custo em tomar dinheiro de agentes externos. Com efeito, o desenvolvimento financeiro deve ajudar desproporcionalmente as firmas (ou indústrias) tipicamente dependentes de financiamento externo para o seu

crescimento, sendo a necessidade de financiamento externo⁶ maior em alguns setores de atividades, bem como quando as firmas são mais jovens. Ou seja, no momento no qual as firmas estão surgindo, necessita-se de um bom sistema de financiamento que possa viabilizar o adequado amadurecimento destas.

Na mesma direção, LEVINE (1997) cita Schumpeter lembrando que os bancos que funcionam adequadamente incentivam as inovações tecnológicas através da identificação e financiamento dos empreendedores com as melhores chances de implementar, de forma bem sucedida, produtos e processos produtivos inovadores. Neste caso, uma melhor performance bancária significa o financiamento de projetos de melhor retorno, ou seja, de melhor qualidade.

Dada a relevância do sistema financeiro, a pergunta permanece: o desenvolvimento do sistema financeiro leva ao desenvolvimento econômico ou seria o inverso?

“Evidências empíricas sugerem uma relação positiva, de 1º ordem entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. Existem mesmo evidências que o nível de desenvolvimento financeiro é um bom preditor das futuras taxas de crescimento econômico, acumulação de capital e mudanças tecnológicas. (...) um crescente corpo de trabalho demonstra um link forte e positivo entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico, e existem mesmo evidências que o nível de desenvolvimento financeiro é um bom preditor de desenvolvimento econômico futuro” (LEVINE, 1997: pp. 689 e 703)⁷.

RAJAN & ZINGALES (1998), por seu turno, observam que o desenvolvimento financeiro *ex ante* facilita o crescimento *ex post* de setores dependentes de financiamento externo. Somente se o mercado de capitais mundial não for

⁶ Financiamento externo é aqui utilizado como capital obtido externamente à firma e não necessariamente de fora do país.

⁷ LEVINE (1997: pp. 688) também cita Joan Robinson (1952) que defende a idéia oposta: “onde o empreendedor lidera, segue-se o financiamento”. Neste caso, a autora acredita que o desenvolvimento econômico gera a demanda por alguns tipos particulares de sistemas de financiamento.

perfeitamente integrado o crescimento de um país pode ser afetado pelo desenvolvimento financeiro doméstico. No entanto, existem “evidências de fricções nos mercados de capitais mundiais” e, desta forma, novamente, nota-se a relevância de um sistema financeiro bem estruturado.

Observa-se que tanto Levine (1997) quanto Rajan e Zingales (1998) concordam na relevância do sistema financeiro no desenvolvimento dos países, inclusive no que se refere ao sistema bancário. No entanto, LEVINE (1997) menciona a necessidade de se desenvolver bases analíticas para a realização de comparações das estruturas financeiras. Um segundo aspecto que necessitaria de pesquisas adicionais envolve a área de influência do nível e da taxa de crescimento da economia no sistema financeiro. O autor também menciona fatores que afetariam tanto o desenvolvimento financeiro quanto o econômico em momentos críticos durante o processo de crescimento. Exemplos destes fatores são o sistema legal do país e as instituições políticas.

Evidências de relação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico também foram obtidas para o Brasil. Ademais, esta relação pode ser descrita como uma relação causal positiva e unidirecional (MATOS, 2002)⁸. Em outro estudo, ARAÚJO e DIAS (2006), formalizaram um modelo no qual o crescimento da economia é função do estoque de capital e de variáveis monetárias, tais como reservas bancárias. Choques positivos na taxa de juros e no imposto inflacionário afetam negativamente a taxa de crescimento da economia, mas não têm efeito permanente sobre essa taxa. Por outro lado, elevações nas reservas bancárias, acarretam reduções permanentes na taxa de crescimento da economia.

Ou seja, o nível das reservas bancárias, que é uma decisão baseada na regulamentação da autoridade monetária e da formação das expectativas dos agentes financeiros⁹, que decidem se irão ou não realizar operações de

⁸ “(...) os resultados mais relevantes ocorreram quando o desenvolvimento financeiro foi medido pela razão crédito bancário ao setor privado/PIB e ativos do público confiados ao sistema financeiro/M2, em que M2 indica o total de recursos financeiros”. (MATOS, 2002: pp. 47)

⁹ ARAÚJO e DIAS (2006), também extraem como resultado de seu modelo, que as reservas bancárias são exógenas no processo.

empréstimos e financiamentos, afeta permanentemente a taxa de crescimento da economia.

2.2. Bancos e o processo de consolidação do setor

Como visto na seção anterior, o sistema financeiro possui um importante papel para o bom funcionamento da economia, assim como o sistema bancário. Para este, observa-se a existência de um processo de consolidação do setor, sendo este um fenômeno recente¹⁰ e, conseqüentemente, se discute inclusive as suas motivações.

Existem duas correntes de explicação: i) a hipótese estrutural, acredita que as fusões e aquisições são motivadas pelo desejo do adquirente obter poder de mercado e assim, poder aumentar suas margens de retorno; e ii) a hipótese da eficiência advoga que no ambiente de concorrência, aquelas empresas que conseguem diminuir seus custos e obter maiores retornos, conseguem ganhar mercado, conseqüentemente escala de produção, e acabam comprando as empresas menos eficientes por verem nelas oportunidades de ganhos ao introduzirem nestas empresas as práticas mais eficientes de gestão que possuem.

DE PAULA e MARQUES (2004) listaram os fatores impulsionadores do processo de concentração bancária no mundo, como sendo: i) a desregulamentação dos serviços financeiros; ii) a maior abertura do setor bancário à competição internacional; iii) os avanços tecnológicos; e iv) as mudanças na estratégia empresarial¹¹. A consolidação bancária seria o objetivo das instituições, pois através deste mecanismo elas buscariam economias de escala, de escopo, de renda e aumentar seu poder de monopólio. Ou seja, seria uma mescla entre os objetivos relacionados pelas duas correntes supracitadas.

¹⁰ Para SAPIENZA (2002: pp. 329), “têm ocorrido uma consolidação bancária significativa nos anos recentes”.

¹¹ As mudanças na estratégia empresarial são conseqüências da maior pressão por retorno ao acionista, num ambiente onde o aumento da competitividade levou à queda das margens de lucro. Com isso, os bancos buscam fontes alternativas de “*funding*”.

Este tipo de debate não se restringe aos motivos pelos quais ocorrem fusões e aquisições, mas também suas conseqüências¹². Se o motivo for a obtenção de maior poder de mercado, o consumidor não verá benefício algum com a operação, pelo contrário, corre o risco de incorrer em maiores dispêndios para ter acesso aos produtos e serviços oferecidos pela empresa resultante da consolidação. Já se o processo é originado nos ganhos de eficiência, o consumidor possui chances de se beneficiar da concentração, pois se os custos são menores, os preços dos produtos e serviços podem ser reduzidos. Uma conseqüência possível decorrente de processos de fusões e aquisições é o redirecionamento da atuação da instituição financeira resultante do processo.

“Quando uma F&A [fusão e aquisição] inclui duas (ou mais) instituições que atuam em áreas geográficas distintas, as mudanças administrativas que normalmente se seguem a esse processo geralmente alteram a política de alocação espacial dos recursos da nova instituição, resultando em abertura / fechamento de agências em algumas localidades, redistribuição regional do crédito e de outros produtos financeiros, etc” (ALEXANDRE, M. *et. al.*, 2006: pp. 250)

Todavia, há a possibilidade de mesmo que a motivação da operação de fusão e aquisição seja o ganho de eficiência, da empresa resultante aproveitar para obter ganho advindo de seu maior poder de mercado. Esta possibilidade, obviamente advém do nível de concorrência existente no mercado após a concentração e a contestabilidade deste.

“Segundo a hipótese do poder de mercado, a desconcentração dos mercados deveria ser um objetivo de política a ser perseguido pelo governo na tentativa de diminuir os possíveis prejuízos de práticas anti-competitivas por parte das firmas. Já segundo a hipótese da

¹² No que se refere aos riscos considerados pelas instituições financeiras, temos: i) o idiossincrático, inerente à própria instituição, e que, por isso, pode ser reduzido por qualquer fusão (ganhos de escala); ii) o de mercado local, que somente será reduzido, nos casos de fusões, quando estas envolverem áreas geográficas distintas (diversificação geográfica); e o sistêmico, que tende a ser maior para bancos com amplas redes de agências. (ALEXANDRE, M *et al.*, 2006)

eficiência, a intervenção governamental seria não apenas desnecessária, mas também danosa à concorrência” (TONOOKA e KOYAMA, 2003: pp. 5)

No debate relativo ao grau de concentração do sistema bancário existe um “*trade-off*” entre estabilidade do sistema e competitividade. Quanto maior a concentração do sistema bancário, maiores e mais diversificados em atuação são os bancos e, conseqüentemente, maior a estabilidade e menor a fragilidade do sistema bancário à ocorrência de crises¹³. Além disso, uma maior concentração pode elevar o poder de mercado das instituições, alavancando seus lucros. Por fim, com menor número de instituições a fiscalização do sistema se torna mais simples. Um mercado mais concentrado possui vantagens para o responsável pelo controle e fiscalização do sistema bancário na medida em que um menor número de instituições significa maior facilidade de monitoramento e, com a redução na competição devido à concentração, espera-se que diminua o risco de falências bancárias e crises no sistema financeiro.

Além de apoiar a relação positiva entre concentração e estabilidade, o estudo de BECK, *et al.* (2006) também sugere: i) a relação entre concentração e crise não é dirigida por causalidade reversa¹⁴; ii) menores restrições regulatórias sobre os bancos, como menos barreiras à entrada, e menos restrições às atividades destes, reduzem a fragilidade do sistema bancário; iii) países com instituições que facilitam a concorrência provavelmente sofrem menos crises bancárias.

Estes resultados onde tanto concentração quanto competitividade estão positivamente relacionados com a estabilidade do sistema são vistos como indício de que a concentração bancária é uma medida insuficiente da competitividade bancária e inclusive indica que pesquisas futuras devem verificar os canais pelos

¹³ Segundo BECK, *et al.* (2006: pp. 1584), “uma crise sistêmica bancária refere-se a um episódio onde todo o sistema bancário nacional sofre perdas suficientes tais que empréstimos sem realização [empréstimos onde a instituição não consegue reaver o valor financiado] excedem 10% do total de ativos do sistema bancário, ou quando o governo adota medidas extraordinárias, tais como feriado bancário ou nacionalização de parte do sistema bancário”.

¹⁴ A causalidade reversa ocorreria se uma crise levasse a uma menor taxa de concentração, que poderia ocorrer via mudanças nas políticas de competição e maior entrada de agentes no setor. O estudo de BECK, *et al.* (2006) também mostra que países em crise bancária crescem mais lentamente, experimentam choques negativos nos termos de troca e apresentam taxas maiores de inflação, em relação aos países que não enfrentam crises.

quais concentração e competitividade do sistema financeiro impactam a estabilidade deste. Mas a concentração do setor apesar de ser relevante na análise não deve ser utilizada isoladamente, sem a abordagem da contestabilidade deste. A pergunta que sempre vem junta, é se o mercado é contestável ou não¹⁵. Será que o mercado bancário é perfeito? Se for, mesmo que haja concentração em alguns poucos bancos, estes irão se comportar competitivamente, pois correm o risco de novos entrantes.

O setor bancário apresenta barreiras à entrada de novos competidores que vão desde a própria regulação do setor, tal como capital mínimo exigido, até vantagens advindas de uma imagem de solvência e reputação. Além disso, existem custos de transferências ao cliente e questões relativas à assimetria da informação que prejudicam a migração de uma instituição para outra (NEUBERGER, 1997)¹⁶.

Outro ponto a ser levado em conta no debate acerca dos efeitos da concentração bancária é a capacidade de transferência das informações do cliente de uma instituição para outra. A informação e as assimetrias existentes são extremamente importantes para o setor bancário, inclusive no que tange as operações de crédito. Os bancos, através das análises que realizam e de suas relações com os clientes vão formando um conjunto de informações sobre estes. A importância da informação fica mais evidente se não puder ser transferida facilmente para outros potenciais emprestadores de recursos. Neste caso, se existe custo na transferência das informações, o cliente não consegue trocar de prestador com facilidade e, conseqüentemente, os bancos podem exercer poder de mercado mesmo quando o número de bancos é grande. (SAPIENZA, 2002)

¹⁵ “Definimos mercado contestável perfeito como aquele que é acessível a potenciais entrantes e possui as duas propriedades seguintes: Primeiro, os potenciais entrantes podem, sem restrições, satisfazer as mesmas demandas de mercado e utilizar as mesmas técnicas produtivas como as disponíveis para as firmas estabelecidas. Assim, não existem barreiras no sentido do termo utilizado por Stigler. Segundo, os potenciais entrantes avaliam a lucratividade de entrar pelo preço pré-estabelecido pelas firmas estabelecidas” (BAUMOL *et al.*, 1988: pp.5)

¹⁶ “Suporte para a contextabilidade [do setor bancário] foram encontrados para os Estados Unidos e o Canadá (Shaffer 1993, Shaffer 1982, Nathan/Neave 1989), mas não para os bancos Europeus (Molyneux *et al.* 1994)” (NEUBERGER, 1997: pp.12). Quanto à concentração do setor bancário, ARAÚJO *et al.* (2005) apontam que o setor bancário brasileiro é mais concentrado do que nos Estados Unidos, na Alemanha, na França e no Reino Unido, tendo o mesmo grau de concentração encontrado na Espanha e em Portugal.

A assimetria de informação acaba por reduzir o mercado relevante para operações de crédito, possibilitando nichos de atuação aos bancos, de forma que estes se protegem da concorrência e conseguem aplicar uma política de preços distinta da dos demais¹⁷.

Existem várias formas de obter informações sobre os clientes, tais como os serviços existentes no Brasil que mostram se o potencial tomador de recursos possui cheques protestados e a central de risco do Banco Central, acessada pelas instituições financeiras. Além disso, a própria relação do cliente com o intermediário financeiro é uma rica fonte de informações¹⁸. Esta relação é mais intensa quanto mais longa ela for e quanto maior o número de interações existir (múltiplos produtos).

Pelo lado do cliente, a intuição é que este terá uma maior fonte de recursos (diversificação nas relações) quanto maior for seu porte. Não sendo tão claro que o tempo de funcionamento da firma tenha alguma implicação na diversificação das relações. (PETERSEN e RAJAN, 1994)

Dentre os estudos sobre concentração do setor bancário, existe um grande número de trabalhos sobre o processo de consolidação nos Estados Unidos, dentre eles o de JAYRATNE e STRAHAN (1996) que verificaram o impacto da desregulamentação do setor no crescimento econômico. A desregulamentação, que viabilizou o processo de consolidação do setor em vários Estados americanos, parece estar relacionada positivamente com o desempenho econômico, não necessariamente por ter aumentado as taxas de poupança e

¹⁷ Ver FERREIRA e FARINA (2005). Os autores colocam como pressuposto para esta hipótese a distribuição heterogênea dos clientes ao longo do mercado. Desta forma, os bancos não se posicionam de maneira equidistante. Além disso, na modelagem da análise regional os custos de transporte foram substituídos pelos custos de monitoramento. Isto possibilita que existam custos de monitoramento distintos, dada uma mesma localização, dependendo da natureza do produto que se monitora.

¹⁸ Para PETERSEN e RAJAN (1994), aparentemente a reputação do proprietário é mais importante do que a do negócio propriamente dita. Isto se reflete no caso onde uma empresa muda de proprietário. Mesmo que ela exista há vários anos, a reputação dos proprietários atuais entra com grande relevância na análise feita pelos bancos.

investimento, mas por ter melhorado a qualidade dos financiamentos, aumentando a produtividade dos investimentos.

Em um estudo para o caso Italiano, SAPIENZA (2002), busca entender os efeitos das fusões bancárias para as empresas tomadoras de recursos, ou seja, os efeitos da consolidação para as políticas de crédito bancárias. Para isso, as operações de consolidação do setor foram divididas em dois tipos: i) operações entre firmas que atuam na mesma região e; ii) operações entre firmas que atuam em regiões diferentes.

Como resultados de sua pesquisa, obteve: i) fusões e aquisições que envolvem pequenas participações de mercado sempre geram ganhos de eficiência que são benéficas aos tomadores de empréstimo. Nestes casos, se a concentração ocorre entre bancos que operam na mesma região a queda nas taxas cobradas dos tomadores de empréstimos é maior do que nas operações envolvendo instituições de diferentes regiões; ii) quando a operação de fusão envolve maiores participações de mercado local, os ganhos de eficiência são ofuscados pelo poder de mercado e os tomadores de recursos se deparam com aumentos nas taxas de concessão de crédito¹⁹; iii) a consolidação bancária afeta os tomadores de empréstimos de forma diferenciada, dependendo de quantas relações com instituições bancárias estes possuem; e iv) pequenos tomadores de recursos de bancos alvos de aquisição provavelmente não tomarão novos recursos do banco resultante da fusão, ou seja, após uma fusão os bancos reduzem os empréstimos para os pequenos tomadores.

“A decisão de negar o crédito para pequenos tomadores de empréstimos parece não estar relacionada com as características observáveis destes. Esta evidência sugere a visão de que bancos grandes e pequenos possuem estruturas organizacionais e estratégias de empréstimos diferentes” (SAPIENZA, 2002: pp. 365)

¹⁹ Ponto interessante nos resultados obtidos por SAPIENZA (2002) é que, nestes casos, os bancos rivais se comportam similarmente ao banco resultante da consolidação e também aumentam as taxas cobradas.

No que tange ao terceiro resultado explicitado acima, empresas com várias relações bancárias possuem fontes alternativas de recursos e sofrem menos com o maior poder de mercado do banco resultante da operação de concentração. Do lado inverso da questão, as empresas que concentram suas operações em alguns poucos bancos, também não sofrem com o aumento do poder de mercado do banco, pois estes clientes já sofriam com a exploração do poder de mercado que o banco possui sobre ele oriundo da assimetria de informações. Desta forma, após as operações de concentração bancária, as empresas com um número intermediário de relações com instituições bancárias são as que mais são impactadas com o aumento do poder de mercado.

Além disso, o porte da firma bancária e o setor de atuação parecem influenciar na decisão de crédito. Bancos maiores possuem a maior parte de suas carteiras nas mãos de grandes e médias empresas, enquanto bancos menores concedem crédito em sua maioria para as pequenas empresas²⁰. A segmentação de mercado também influencia as operações na medida em que bancos especializados em determinado segmento possuem vantagens comparativas no que tange as informações do setor em questão.

“Nakamura (1993) mostra que os menores bancos possuem vantagem informacional no trato com os menores tomadores de empréstimos porque possuem informações detalhadas das condições econômicas locais” (SAPIENZA, 2002: pp. 334)

Além da análise do sistema bancário como um todo e seu processo de consolidação por região, existe um outro campo de estudos: a análise por tipo de produto ou serviços oferecidos pelos bancos. Para esta corrente de pesquisa, podem existir regiões com vários bancos, onde existe concorrência em alguns produtos, mas onde para outros a situação é de alta concentração.

²⁰ Ver SAPIENZA (2002)

CORVOSIER e GROPP (2001)²¹, observam que a concentração bancária aumentou a margem dos bancos no mercado de crédito, estando em linha com a hipótese estrutural. Por outro lado, no mercado de depósitos os resultados não seguiram a mesma direção, para todos os produtos que o compõem. Para estes produtos, parece haver uma relação com a questão geográfica: produtos onde a proximidade geográfica com o cliente é relevante também apresentam aumento das margens bancárias com a concentração, já produtos com características mais explícitas de investimento, onde a proximidade geográfica já não é tão relevante, apresentaram reduções nas taxas bancárias.

Este tipo de análise também é importante por suas implicações sobre a política econômica, pois a velocidade de transmissão da política monetária parece ser diferente para os diversos produtos. “Nossos resultados implicam, *ceteris paribus*, que a transmissão para as taxas de empréstimos devem se tornar crescentemente mais vagarosas enquanto a concentração aumentar (...)” (CORVOSIER e GROPP, 2001: pp.25).

Desta forma, já se percebe que o processo de concentração bancária afeta a decisão quanto à concessão de crédito. Na próxima seção, é abordada de forma mais específica os determinantes da decisão do agente financeiro quanto à concessão de crédito.

2.3. Bancos e a concessão de crédito

Conforme relatado anteriormente, o processo de consolidação bancária possui efeitos sobre a concessão de crédito, mas não é o único determinante deste. De forma resumida, pode-se considerar que o banco faz a gestão de seus ativos visando obter o melhor portfólio diante de suas expectativas, tanto para a economia quanto para o retorno dos ativos, ajustando o portfólio em um “*trade off*”

²¹ Os autores estudaram o processo de concentração bancária nos países que compunham a União Européia no período de 1993 a 1999. “Na maioria dos países, a concentração no mercado de empréstimos tende a ser maior do que no mercado de depósitos. Dentro do mercado de crédito, parece que o mercado de hipotecas é particularmente concentrado” (CORVOSIER e GROPP, 2001: pp. 17).

entre liquidez e rentabilidade²² (DE PAULA e ALVES JR., 2003). A escolha realizada pelos bancos pode ser condensada em, por um lado, empréstimos e financiamentos, e por outro lado, títulos públicos.

Existem vários modelos de risco de crédito²³ utilizados pelas instituições financeiras no auxílio da decisão quanto ao melhor portfólio a ser perseguido, mas em linhas gerais pode-se afirmar que eles possuem as seguintes características em comum: i) geram taxas condicionais de não pagamento para cada tomador e cada ambiente econômico; ii) permitem o cálculo da distribuição da taxa de não pagamento condicional para conjuntos de sub-portfólios homogêneos; e iii) as distribuições condicionais são ponderadas. (CARLING *et al.*, 2004: pp. 2)

Notadamente, a rentabilidade destas aplicações obedece à regra de quanto maior o risco maior o retorno esperado, sendo o maior risco inerente aos empréstimos e financiamentos. Excetuando-se os casos de bancos públicos, cujo objetivo seja de prover o desenvolvimento social e econômico, pode-se considerar que os demais bancos visam o lucro. Desta forma, analisam tanto os clientes quanto o ambiente econômico²⁴ na busca da melhor formação de expectativas quanto ao futuro. Este processo de previsão é fundamental para a decisão bancária de alocação de recursos e formação de seu portfólio de ativos.

No entanto, conforme já relatado por KEYNES (1992), a formação de expectativas é fortemente influenciada pela atual conjuntura econômica. Se a economia está em um momento positivo, de crescimento, as expectativas também passam a ser positivas, com os agentes esperando que este processo se prolongue pelos próximos anos. É o comportamento convencional tão bem relatado pelo autor.

²² Ver também BAUM *et al.* (2004) e BLUM e NAKANE (2003).

²³ Para mais detalhes ver CARLING *et al.* (2004).

²⁴ “Baseado numa aplicação da teoria do portfólio, demonstramos que variações na incerteza macroeconômica durante o ciclo econômico pode afetar as decisões de alocação do portfólio bancário e, no agregado, terá efeitos claros no grau de heterogeneidade das razões empréstimos-ativos dos bancos” (BAUM *et al.*, 2004: pp. 22). Os autores demonstram que num ambiente de crise os bancos se comportam de forma semelhante, mais homogênea, e no momento positivo do ciclo de negócios, este comportamento se torna mais heterogêneo, atribuindo esta diferença de comportamento ao fato que alguns bancos investem mais em aquisição de informação do que outros, possibilitando que alguns tenham uma postura menos conservadora no tocante à concessão de crédito. Para a relevância de variáveis macroeconômicas no que tange o risco de crédito, ver CARLING *et al.* (2004).

Todavia, quanto maior e mais demorado o crescimento econômico, mais o sistema financeiro tende a se tornar frágil diante de crises, conforme já exposto pela teoria de fragilidade financeira elaborada por Minsky. Os bancos, assim como todos os agentes, possuem preferência pela liquidez, que é maior quanto mais incerto for o futuro. Desta forma, quando a economia está em crescimento, as expectativas se tornam cada vez mais positivas e os bancos passam a adotar posturas cada vez mais abertas à concessão de crédito²⁵, mas isso não significa que as instituições financeiras se tornam mais propensas ao risco (DE PAULA e ALVES JR. , 2003).

“(...) quando a economia está em processo de crescimento, os agentes (empresas financeiras e não-financeiras) tendem a diminuir suas margens de segurança sem que isto esteja associado a uma mudança nas suas preferências individuais por “risco retorno”, como poderia sugerir uma análise tobiniana. (...) Mais precisamente, o risco percebido, por ser uma função das expectativas dos agentes sob condições de incerteza, diminui em um período de expansão” (DE PAULA e ALVES JR., 2003: pp. 2)

Na fase positiva do ciclo econômico, os bancos passam a privilegiar rentabilidade à liquidez, se expondo mais aos riscos inerentes à atividade bancária, tais como risco de juros e de liquidez, que resultam do descasamento de taxas e de prazos entre as operações ativas e passivas dos bancos, assim como risco de crédito, que é o risco do tomador do recurso não honrar a dívida. (DE PAULA e ALVES JR., 2003)

Da mesma forma agem os empresários, cujos projetos se tornam ainda mais rentáveis dada expectativas mais positivas. Conseqüentemente, com a previsão

²⁵ Mesmo adotando uma perspectiva na qual a incerteza pode ser mensurada, BAUM *et al.* (2004) observa a importância desta para o processo de concessão de crédito bancário. “Na presença de incerteza é provável que não somente o primeiro momento (tais como o crescimento do produto, o nível da taxa de juros ou o nível da inflação), mas também o segundo momento (mensurações da magnitude da incerteza) irá importar”. (BAUM *et al.*, 2004: pp. 6)

de um fluxo de caixa positivo, um incremento no estoque de dívida da empresa não é algo com que se preocupar.

Agregando o movimento tanto dos empresários quanto dos bancos, percebe-se o motivo pelo qual o crescimento da economia leva a uma situação de maior fragilidade do sistema financeiro. Com isso, no momento negativo do ciclo, os bancos racionam crédito, afetando ainda mais as empresas no momento no qual estão precisando de recursos, aprofundando os impactos da crise²⁶.

Todavia, não é somente o ambiente de crise que propicia racionamento de crédito. Neste sentido é relevante o trabalho de STIGLITZ e WEISS (1981), que demonstraram o impacto sobre o crédito de mercados com informações imperfeitas. Conforme já exposto, os bancos buscam informações dos clientes para a concessão de crédito, mas a obtenção de informação é custosa²⁷. Desta forma, a assimetria de informação possibilita que o crédito seja negado para projetos que teoricamente seriam rentáveis²⁸.

O que se pode perceber é que, independentemente do momento econômico, existirá racionamento de crédito dada a existência de assimetria de informação. Assim, o racionamento será ainda maior, nos momentos de crise.

Além dos impactos referentes à conjuntura econômica sobre o crédito e da análise feita pelos bancos em relação aos clientes e projetos, existe uma terceira vertente influenciadora do nível de crédito concedido na economia: o ambiente jurisdicional e regulatório existente²⁹.

²⁶ Enquanto na fase positiva do ciclo o financiamento é preponderantemente para compras e expansão da capacidade produtiva, no momento de crise as empresas demandam crédito visando a rolagem dos débitos contraídos anteriormente. (DE PAULA e ALVES JR., 2003)

²⁷ “Devido a falhas no mercado financeiro induzidas pela incerteza, tais como risco moral e problemas de seleção adversa, os bancos investem em informações privadas” (BAUM *et al.*, 2004: pp. 9)

²⁸ O acesso ao crédito depende não somente das características apontadas no balanço patrimonial da empresa, mas também da relação que esta possui com os bancos e seu histórico de crédito. Além disso, firmas que possuem participação estrangeira ou que fazem parte de grupos / conglomerados, parecem sofrer menos com a restrição de crédito. (GALINDO e SCHIANTARELLI, 2002)

²⁹ “(...) a análise do banco como um gerenciador de *portfólios* fundamentou a elaboração, em 1988, do Acordo de Basileia (...), o qual prevê que bancos devem deter níveis de capital compatíveis com o risco dos ativos em que aplicam” (BLUM e NAKANE, 2005: pp.1)

O aparato jurídico e institucional é sempre levado em conta em estudos comparativos entre regiões ou países que notadamente possuem formações institucionais e jurisdicionais distintas. Países que possuem sistemas legal e regulatório favoráveis ao credor, de tal forma que este consiga receber os valores que financiou, possuem intermediários financeiros que funcionam melhor que os seus correspondentes em países que não dão o mesmo amparo aos credores. (LEVINE *et al.*, 1999)

“O grau no qual os intermediários financeiros podem adquirir informação, celebrar contratos e ter estes contratos aplicados irá influenciar fundamentalmente a habilidade destes intermediários para identificar firmas valiosas, exercer controle corporativo, gerenciar o risco, mobilizar poupanças e facilitar as trocas” (LEVINE, R. *et al.*, 1999: pp. 6)

Exemplo do impacto do marco regulatório sobre o crédito está na exigência de capital³⁰ para os bancos que operam no mercado brasileiro, fruto da adoção do Acordo da Basiléia. Por outro lado, existe um custo de se possuir determinada proporção de capital no balanço patrimonial, assim como existe um custo, em não se atender ao requerimento mínimo.

“Ou seja, quando um banco ameaça deixar de atender ao requerimento, os fiscalizadores podem, por exemplo, impor restrições a suas atividades ou exigir que aumente o rigor de seus critérios de provisionamento de operações de crédito. (...) Os reguladores podem requerer que a instituição siga um plano de capitalização, restringir a distribuição de dividendos, ou, em casos extremos, decretar a liquidação do banco” (BLUM e NAKANE, 2005: pp. 6).

³⁰ Existem duas linhas básicas de pesquisa com relação ao impacto do requerimento de capital sobre a concessão de crédito. Em uma, analisa-se o impacto do requerimento confrontando o volume de crédito ofertado antes e depois da implementação da exigência. Na outra, dada a regulamentação, busca-se avaliar a sua influência sobre a concessão de crédito, somente analisando o pós-regulamentação. (BLUM e NAKANE, 2005)

Desta forma, a existência de “custos de regulação” atenua a concessão de crédito, mesmo quando as taxas de retorno das operações sofrem um aumento, pois os bancos fazem a gestão de seu portfólio tendo em vista o requerimento mínimo e o custo de se aproximar do mínimo exigido ou até mesmo não atendê-lo. Conseqüentemente, quanto maior a folga existente entre o capital do banco e o mínimo exigido pela autoridade monetária, menor o “custo de regulação” e maior o incentivo para que o banco aumente a oferta de crédito. (BLUM e NAKANE, 2005)

De qualquer forma, fica evidente o efeito positivo que o crédito possui sobre a economia, assim como o efeito negativo que o racionamento de crédito ocasiona, especialmente em momentos de crise.

“O preço pago pela economia é que, nestas circunstâncias, as possibilidades de expansão da economia se tornam limitadas pela restrição de financiamento, enquanto perdurar um quadro de expectativas pessimistas” (DE PAULA e ALVES JR., 2003: pp. 9)

Ou seja, o crédito bancário é uma importante ferramenta para o bom desempenho da economia, assim como o desenvolvimento do sistema financeiro como um todo, e do sistema bancário em específico, também impactam positivamente o crescimento econômico. No entanto, o segmento bancário vem passando por um processo de consolidação do setor que, independentemente de suas motivações, tem afetado negativamente o crédito e, conseqüentemente, o próprio crescimento econômico.

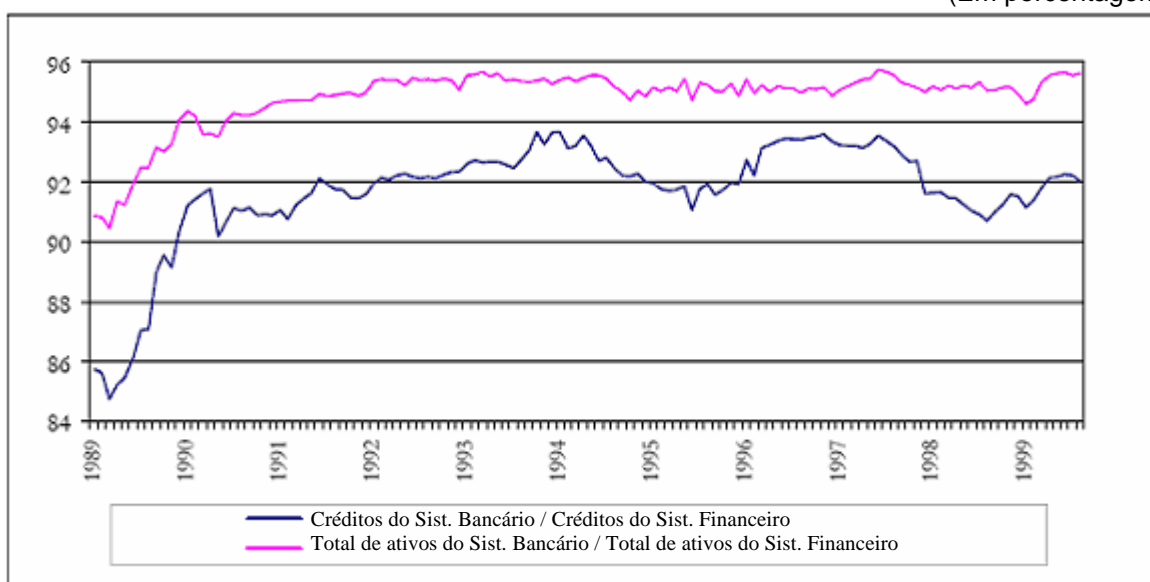
No próximo capítulo é tratado o caso brasileiro, como o processo de concentração do setor bancário tem impactado o crédito. Para isso, além da abordagem teórica, são apresentados dados estatísticos deste movimento.

CAPÍTULO 3 - SISTEMA BANCÁRIO E CRÉDITO: O CASO BRASILEIRO

Como visto no capítulo 2, o sistema financeiro brasileiro afeta positivamente o desempenho da economia. No entanto, assim como em outros países, o Brasil passa por um processo de consolidação do setor bancário com conseqüências sobre o crédito, e conseqüentemente, sobre a economia. Adicionalmente, o sistema bancário no Brasil representa grande parte do sistema financeiro³¹, conforme se pode notar através do gráfico 1.

Gráfico 1 - Participação dos Bancos no Sistema Financeiro* - Créditos e Total de Ativos

(Em porcentagem)



Fonte: adaptado do IPEA (2001)

* Sistema Financeiro: Sistema Bancário + (Soc. De Crédito Financiamento e Investimento, Soc. De Crédito Imobiliário, Soc. Corretoras, Soc. Distribuidoras e Soc. Arrendamento Mercantil).

O processo de concentração do setor foi intensificado após a estabilização monetária, acarretando impactos no volume de crédito concedido quando se analisa o crédito numa perspectiva regional. Desta forma, o sistema bancário brasileiro é grande, mas também é geograficamente concentrado e há indícios de que isso reforça a concentração de crédito nas regiões centrais em detrimento da periferia.

³¹ Ver BELAISCH (2003), para a qual apesar do sistema financeiro ser grande e dominado pelos bancos, a intermediação entre depósitos e crédito é baixa.

Tendo em vista, conforme exposto no capítulo 2, que há um impacto permanente das reservas bancárias, conseqüentemente do crédito, na taxa de crescimento da economia, os efeitos da concentração bancária no desempenho das unidades da federação ganha ainda mais destaque.

O presente capítulo aborda o processo de consolidação do setor bancário no Brasil. Suas motivações principais, sua dinâmica e seus efeitos sobre o crédito. Para isso, o capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, é feito um relato do processo de concentração bancária, especialmente para o período pós-estabilização (Plano Real). Na segunda parte, discute os efeitos deste processo sobre a concessão de crédito.

3.1. O processo de consolidação do setor bancário no Brasil

O processo de consolidação bancária no Brasil, mesmo que tenha se acelerado em meados da década de 1990, teve início em 1988, quando o Conselho Monetário Nacional criou a figura do banco múltiplo. Esta decisão veio reverter uma característica do setor bancário brasileiro implementada com a reforma bancária de 1964, quando o setor foi segmentado. No entanto, esta reversão não foi sentida de forma significativa logo após sua implantação, pois ainda existia o benefício do “*floating*” aos bancos³².

Todavia, após a estabilização em 1994 e a desregulamentação do setor, o processo de consolidação foi impulsionado, podendo ser acrescentados como fatores motivadores à concentração bancária, adicionais aos citados no capítulo 2, o processo de estabilização de preços, o programa de privatizações dos bancos estaduais e a adesão aos acordos da Basiléia. A concentração bancária brasileira pode ser dividida em dois movimentos que acontecem simultaneamente: i) concentração geográfica das agências bancárias e; ii) forte movimento de fusões, aquisições e liquidações.

³² Os bancos lucravam com a diferença entre depósitos não indexados ou recolhimento de tributos e os ganhos que obtinham investindo estes recursos. (BARBACHAN e FONSECA, 2004)

O primeiro movimento está fortemente relacionado com as diretrizes emanadas pelas autoridades monetárias e que sofreram forte modificação nos anos mais recentes, especialmente do início da década de 1990 em diante. Por exemplo, no início dos anos 80 o Banco Central tinha como objetivo, no que se refere à localização das agências bancárias, estender a assistência bancária a todos os municípios brasileiros, melhorar a assistência bancária de municípios menos assistidos e efetuar medidas de regionalização bancária³³.

Para isso, adotou uma série de medidas entre as quais a diminuição no depósito compulsório das agências situadas nas regiões da SUDAM, SUDENE e SUDECO e “admitiu a redução de até 50% do capital mínimo regulamentar caso o banco comercial concentrasse no mínimo 90% das suas dependências em regiões que abrangessem no máximo três estados limítrofes, num dos quais este banco teria que estar sediado” (CORRÊA, 2006: pp. 112). Como consequência, estas ações geraram uma maior capilaridade do atendimento bancário, via agências, pelo território nacional. Este tipo de política foi abandonada e, em adição à necessidade dos bancos cortarem custos devido ao fim do ganho inflacionário, iniciou-se o processo de realocização das agências³⁴ (ver tabela 1 para a participação das regiões sobre o total de agências no período entre 1995 e 2002).

“Em 13 anos, de 1988 até 2000, houve um crescimento discreto do número de agências no Brasil (de aproximadamente 13.500 para 15.600). Esse crescimento foi basicamente explicado pelo aumento do número de agências nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. (...) Contudo, pode ser dito que houve um tênue crescimento em todas as regiões e estados analisados (Sul, NE, NO, CO, SP, RJ, MG e ES), com exceção do Nordeste, que teve uma queda acentuada do número de agências no período, de 2.436 para 2.134.” (SICSÚ e CROCCO, 2003: pp. 99)

³³ Ver CORRÊA (2006)

³⁴ Atualmente como forma de realizar o atendimento bancário em regiões menos desenvolvidas, os bancos utilizam os serviços prestados por outras instituições, tais como as casas lotéricas e as agências dos correios, num fenômeno conhecido como bancarização.

Tabela 1 – Participação das regiões sobre o total de agências no país – Sistema Bancário (%)

Região	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Norte	4,10	4,00	3,91	3,48	3,46	3,41	3,35	3,42
Nordeste	16,10	15,79	15,40	14,77	14,47	14,21	14,08	15,26
Centro-Oeste	8,24	7,98	8,01	7,53	7,40	7,29	7,33	6,46
Sul	21,39	21,03	20,61	21,06	20,87	20,61	20,33	20,48
Sudeste	50,17	51,20	52,08	53,16	53,80	54,49	54,92	54,38
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Adaptado de CORRÊA (2006)

Fica claro, que mesmo que tenha ocorrido crescimento em números absolutos, em termos relativos houve um processo de concentração de agências na região sudeste.

Adicionalmente, o sistema bancário vivenciou dois tipos de processos durante os anos 1980 que moldaram sua estrutura de forma significativa e serviriam como motivações para o movimento de fusões e aquisições. Um dos processos vivenciados foi o uso dos bancos públicos estaduais na rolagem das dívidas das unidades federativas e o outro foi o processo inflacionário. CORRÊA (2006) relata claramente o uso problemático dos bancos públicos estaduais durante a década de 1980.

“(…) em termos dos Bancos Comerciais Oficiais, verificamos uma forte deterioração dos ativos, pois são efetuados empréstimos incobráveis, concedidos a governos estaduais e empresas estatais. Os governos estaduais valeram-se do comando político sobre os Bancos Públicos Estaduais, usando-os, tanto para carregar os títulos da dívida mobiliária não colocados junto ao setor privado, quanto para tomar empréstimos com o objetivo de atender aos gastos públicos e aos problemas emergenciais. Assim, o Estado aparecia como principal tomador dos créditos destes bancos, sendo que em 1984, chega a ser responsável por 70% das operações de crédito dos mesmos” (CORRÊA, 2006: pp. 110)

Quanto ao processo inflacionário, o Plano Real, implementado em 1994, reduziu os índices de inflação e extinguiu a principal fonte de rentabilidade do sistema bancário na época – o “floating”. Os principais impactos da estabilização sobre o sistema bancário foram a necessidade de racionalizar custos, o fechamento de

agências bancárias, a demissão de empregados dos bancos e o aumento de investimentos em automação bancária. (CORRÊA, 2006; VILHENA e SICSÚ, 2006)

Desta forma, em meados da década de 1990, os bancos privados se defrontaram com a perda de fonte de renda relevante para as suas operações e, concomitante à perda da receita inflacionária, os bancos públicos estaduais estavam com problemas gerados pela forma como vinham sendo administrados. Estas mudanças no ambiente econômico do setor bancário brasileiro, em adição ao movimento de consolidação do setor que já vinha ocorrendo no mundo, conduziram o sistema bancário a um processo forte de reestruturação.

No mesmo período, o Brasil assina os acordos da Basiléia que têm por objetivo dar maior solidez ao setor financeiro e, no contexto de possível crise no sistema bancário, a solidez deste foi o objetivo perseguido. Por estes acordos, que estipularam, entre outras medidas, exigência de capital mínimo ponderado pelo risco das operações ativas do banco, a sobrevivência de instituições de menor porte foi dificultada. Outra medida tomada na mesma direção, e com o mesmo efeito sobre as menores instituições, foi o aumento do capital inicial para a obtenção da autorização de funcionamento.

Não só agências foram fechadas / realocadas, como todo o sistema passou por uma forte reestruturação, onde ocorreram processos de liquidações, fusões e incorporações. Esta reestruturação foi incentivada por dois Programas implantados pelo governo: o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), implantados em 1995 e 1996 respectivamente, além do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (CORRÊA, 2006). Além destes dois programas, em 2001 também foi criado o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF), pelo qual o Tesouro Nacional assumiu parte das dívidas dos quatro bancos controlados pelo Governo Federal - Banco do Brasil, Caixa Econômica

Federal, Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste (BNB). Além disso, Caixa, Basa e BNB receberam injeção de recursos³⁵.

Quadro 1 – Bancos estaduais privatizados, liquidados e federalizados no período de 1996 a 2004

Ano	Privatizado	Liquidado*	Federalizado e ainda não privatizado
1996			
1997	- Credireal - Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Bradesco) - Banerj - Banco do Estado do Rio de Janeiro (Itaú) - Banco Meridional do Brasil - RJ (Bozano Simonsen)	- Caixa Econômica do Estado de Goiás	
1998	- Bemge - Banco do Estado de Minas Gerais (Itaú) - Bandepe - Banco do Estado de Pernambuco (ABN Amro)	- Beron - Banco do Estado de Rondônia - Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais	
1999	- Baneb - Banco do Estado da Bahia (Bradesco)	- Banco do Estado do Acre - Baner - Banco do Estado de Roraima - Banap - Banco do Estado do Amapá - Bemmat - Banco do Estado de Mato Grosso	- BEC - Banco do Estado do Ceará **
2000	- Banespa - Banco do Estado de São Paulo (Santander) - Banestado - Banco do Estado do Paraná	- Banco do Estado do Rio Grande do Norte	- Banco do Estado de Santa Catarina - Banco do Estado do Piauí
2001	- BEG - Banco do Estado de Goiás (Itaú) - Paraiban - Banco do Estado da Paraíba (ABN Amro)		
2002	- BEA - Banco do Estado do Amazonas (Bradesco)	- Produban - Banco do Estado de Alagoas	
2003			
2004	- BEM - Banco do Estado do Maranhão (Bradesco)		

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em FREITAS (2005)

* O Baner – Banco do Estado de Roraima teve sua concessão para funcionar cancelada em abril de 1999

** O BEC – Banco do Estado do Ceará foi privatizado em dezembro de 2005, sendo o Bradesco o vencedor do leilão.

Obs: Os nomes entre parênteses após o nome do banco privatizado correspondem ao Banco vencedor do leilão de privatização.

Obs2: A data de liquidação corresponde à data final do processo, sendo a data da liquidação ordinária. Todos os bancos relacionados no quadro tiveram suas liquidações judiciais iniciadas anteriormente à data explicitada.

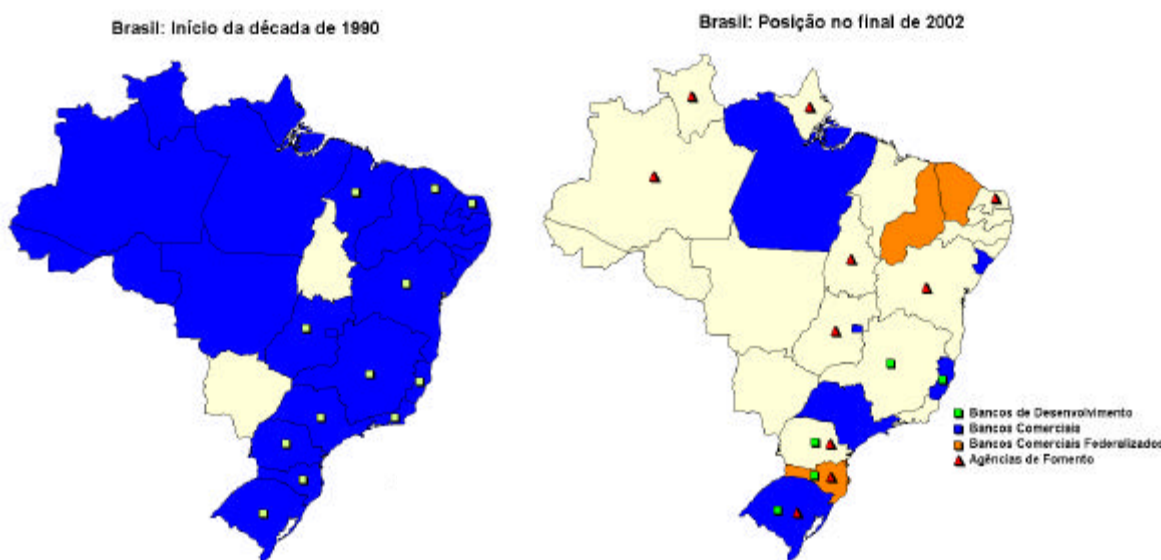
Conforme observado no Quadro 1 e na Figura 2, das 27 unidades federativas, somente os Estados do Tocantins e do Mato Grosso do Sul não possuíam um Banco Comercial Estadual no início da década de 1990. Pela figura 2 fica fácil de observar os efeitos do PROES³⁶ e do processo de privatização, além das liquidações. Em 2002, somente os Estados de São Paulo, Sergipe, Rio Grande do Sul e Espírito Santo ainda possuíam um Banco Comercial sobre controle público

³⁵ Ver NAKANE, M. e WEINTRAUB, D. (2004).

³⁶ As principais resoluções que faziam parte do PROES eram: "(i) 100% dos recursos necessários ao saneamento dos bancos estaduais foram condicionados ou à privatização das instituições ou à sua transformação em agências de fomento ou à sua liquidação; (ii) a ajuda federal ficaria limitada a 50% dos recursos necessários, caso não houvesse a transferência do controle acionário ou a transformação em agências de fomento (os outros 50% ficariam a cargo dos governos estaduais); (iii) as garantias apresentadas pelos estados, no caso de ajuda federal, deveriam ser apropriadas ao montante do empréstimo; em caso de inadimplência os estados autorizavam o saque, por parte dos credores, dos montantes correspondentes das suas contas bancárias depositárias" (DE PAULA e MARQUES, 2004: pp. 15)

do próprio Estado. Além disso, o governo federal havia assumido o controle dos bancos dos Estados do Ceará, do Piauí e de Santa Catarina, com o intuito de privatizá-los, o que efetivamente já ocorreu no caso do banco cearense, privatizado em 2005.

Figura 2 – Presença de Bancos Comerciais, de Desenvolvimento e Agências de Fomento Estaduais no início da década de 1990 e no final de 2002.



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em FREITAS (2005)

Obs: O Banco do Estado do Ceará que aparece em 2002 como Banco Comercial Federalizado, foi privatizado em dezembro de 2005, tendo sido adquirido pelo Bradesco.

Nota-se que a maior parte das privatizações e, especialmente, das liquidações ocorreram de 1997 a 1999. Quanto ao resultado das privatizações, verifica-se a preponderância de quatro instituições: Bradesco, Itaú, ABN Amro e Santander³⁷. No caso do leilão do Meridional, cujo vencedor foi o Bozano Simonsen, posteriormente esta instituição foi adquirida pelo Santander, reforçando a idéia de quatro grandes participantes e vencedores no processo de privatização. Além destes, podem ser acrescentados o Unibanco que adquiriu o Banco Nacional e o HSBC que adquiriu o Banco Bamerindus do Brasil³⁸.

Na Figura 2, além dos bancos comerciais, foram incluídos os bancos de desenvolvimento e agências de fomento para explicitar um segundo processo que

³⁷ Para NAKANE, M e WEINTRAUB, D. (2004), os bancos públicos estaduais são menos produtivos do que os bancos privados e, conseqüentemente, a privatização teve um impacto positivo sobre a produtividade, mesmo existindo uma defasagem temporal até que estes efeitos sejam percebidos.

³⁸ Outras duas grandes aquisições foram as realizadas pelo ABN Amro ao incorporar o Banco Real e do Bilbao Viscaya sobre o Banco Excel Econômico.

ocorreu no período: vários bancos de desenvolvimento estaduais também deixaram de existir, sendo alguns incorporados pelos bancos estaduais antes da privatização, outros simplesmente extintos e outros transformados em agências de fomento. Alguns estados que não contavam com bancos de desenvolvimento criaram agências de fomento com o intuito de atenuar os efeitos da ausência de bancos comerciais públicos sobre a concessão de crédito e adoção de políticas industriais e de desenvolvimento na região. Todavia, o presente trabalho foca simplesmente o crédito concedido por bancos múltiplos com carteira comercial, bancos comerciais e caixas econômicas, permanecendo desde já a observação de que a atuação destes bancos e agências deve ser futuramente analisada.

Claramente quando se analisa os bancos públicos dentro deste processo de reestruturação, o destaque vai sem dúvida para os bancos estaduais que praticamente deixaram de existir, conforme indicado nas tabelas 2 e 3. Para isso, foi extremamente importante a abertura do sistema bancário à participação estrangeira de forma mais efetiva a partir de 1995 (VILHENA e SICSÚ, 2006).

Tabela 2 – Quantitativo de bancos pela estrutura de capital

Bancos *	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Públicos	32	32	27	22	19	17	15	15	15	14
Privados	210	198	190	182	175	175	167	152	150	150
Nacionais **	172	157	141	123	110	105	95	87	88	92
Estranheiros ***	38	41	49	59	65	70	72	65	62	58
Total	242	230	217	204	194	192	182	167	165	164

Fonte: Banco Central do Brasil – Relatórios de evolução do SFN

* Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixa econômica

** Inclui os bancos nacionais e nacionais com participação estrangeira

*** Inclui os bancos de controle estrangeiro e filiais de bancos estrangeiros

Obs: os valores são relativos à posição de dezembro de cada ano.

Tabela 3 – Participação percentual de bancos pela estrutura de capital

Bancos *	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Públicos	13,2	13,9	12,4	10,8	9,8	8,9	8,2	9,0	9,1	8,5
Privados	86,8	86,1	87,6	89,2	90,2	91,1	91,8	91,0	90,9	91,5
Nacionais **	71,1	68,3	65,0	60,3	56,7	54,7	52,2	52,1	53,3	56,1
Estranheiros ***	15,7	17,8	22,6	28,9	33,5	36,5	39,6	38,9	37,6	35,4

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos relatórios de evolução do SFN do Banco Central do Brasil

* Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixa econômica

** Inclui os bancos nacionais e nacionais com participação estrangeira

*** Inclui os bancos de controle estrangeiro e filiais de bancos estrangeiros

Obs: os valores são relativos à posição de dezembro de cada ano.

Nas tabelas 2 e 3 a linha referente ao quantitativo de bancos públicos inclui tanto os bancos federais quanto os estaduais. No entanto, a forte redução no número destas instituições é reflexo da adoção do PROES e a diminuição no número de bancos estaduais. Pode-se notar que apesar do número total de bancos sofrer uma retração, esta não se deu de forma linear. A redução no número de bancos públicos, de cerca de 56%, foi bem superior à redução ocorrida dentre os bancos privados, que foi de quase 29%. Desta forma, em 2004 a participação dos bancos privados no sistema bancário é superior ao encontrado em 1995. Crescimento na participação também se verifica para os bancos privados estrangeiros que ampliam sua participação em quase 20 pontos percentuais.

Além disso, é interessante notar a intensidade do processo que foi bem mais forte, especialmente no caso dos bancos públicos, para o período de 1995 a 1999. Após este ano, mesmo que a redução no número de bancos tenha continuado, a velocidade do processo foi menor. Por exemplo, da redução de 18 bancos públicos verificada no período, 13 ocorreram até 1999 e 5 entre 1999 e 2004. Ou seja, 72% da redução no número de bancos públicos verificada entre 1995 e 2004 ocorreu até 1999. Da mesma forma, ocorreu entre os bancos privados, só que numa relação mais tênue. Neste caso, 58% da redução no número de bancos observado em todo o período em questão, ocorreu até 1999.

Outro ponto interessante é o comportamento do número de bancos privados nacionais e estrangeiros. Apesar da participação dos bancos estrangeiros crescer no período como um todo, observa-se uma mudança de tendência em 2001/2002. Neste momento, o número de bancos estrangeiros que vinha continuamente crescendo, passa a diminuir. Por outro lado, o número de bancos nacionais que vinha sistematicamente reduzindo, inverte a tendência e volta a aumentar. Este comportamento parece ser reflexo da reação dos bancos nacionais ao avanço das instituições estrangeiras.

Outra forma de visualizar as mudanças ocorridas no sistema bancário brasileiro é verificar a participação por porte dos bancos. Este tipo de análise é um pouco mais complexa, pois um banco pode mudar de tamanho, crescendo ou

diminuindo, devido ao seu desempenho ou como consequência de fusões e aquisições.

Todavia, apesar destas considerações, pode-se observar nas tabelas 4 e 5 que, entre 1995 e 1999, a redução do número de grandes bancos foi bem menor do que a registrada entre os bancos de menor porte (ver critério de porte no anexo I). Assim, em 1998 encontramos a maior participação percentual dos grandes bancos em relação ao ativo total do setor, qual seja, 79,7%. De 1999 a 2004, há uma maior redução no número de grandes bancos, com crescimento mais pronunciado de bancos médios.

Tabela 4 – Instituições do segmento bancário - porte classificado por ativos totais

Porte	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Grandes	24	28	24	25	23	21	17	16	14	13
Médios	59	62	63	55	55	56	54	47	49	48
Pequenos	159	141	130	123	116	115	111	104	101	103
Total	242	231	217	203	194	192	182	167	164	164

Fonte: Banco Central do Brasil – Relatórios de evolução do SFN

Tabela 5 – Participação percentual nos ativos totais do segmento bancário

Porte	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Grandes	78,7	78,3	79,1	79,7	79,2	79,2	74,0	74,8	74,3	75,2
Médios	17,8	18,1	18,1	16,9	17,4	17,4	21,8	21,0	21,5	20,7
Pequenos	3,5	3,6	2,8	3,4	3,4	3,5	4,2	4,2	4,2	4,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central do Brasil – Relatórios de evolução do SFN

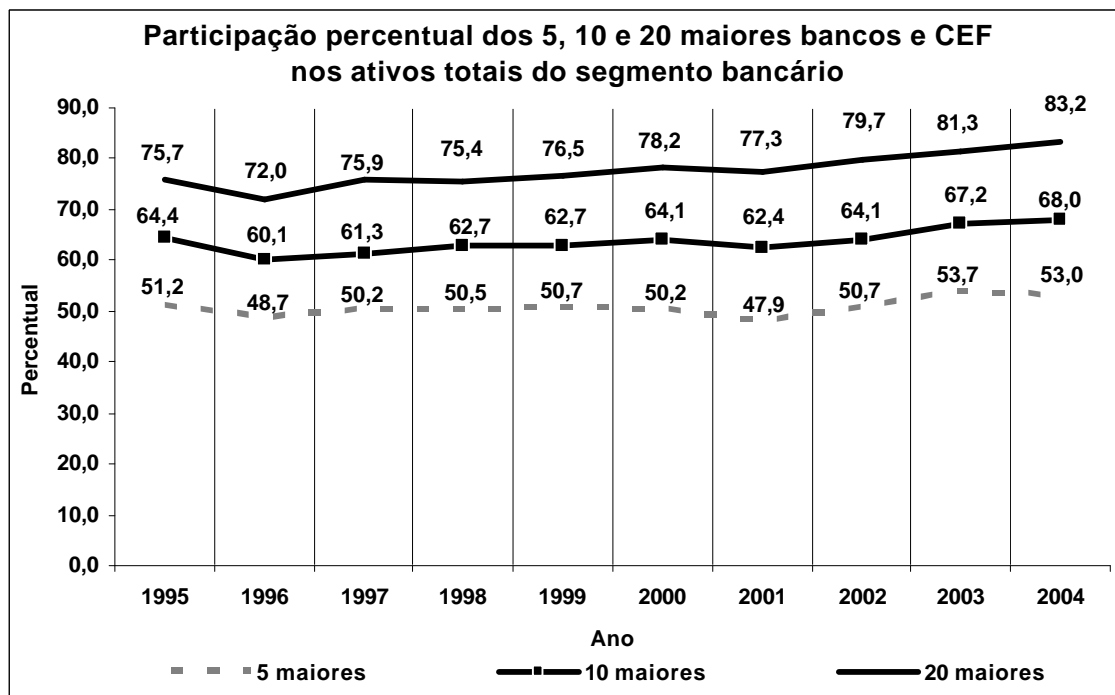
De qualquer forma, quando se pretende analisar a questão da concentração bancária, observa-se a participação dos maiores bancos nos ativos totais do segmento bancário, conforme Tabela 6 e Gráfico 2.

Tabela 6 – Participação percentual dos 5, 10 e 20 maiores bancos e CEF nos ativos totais do segmento bancário

Bancos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
5 maiores	51,2	48,7	50,2	50,5	50,7	50,2	47,9	50,7	53,7	53,0
10 maiores	64,4	60,1	61,3	62,7	62,7	64,1	62,4	64,1	67,2	68,0
20 maiores	75,7	72,0	75,9	75,4	76,5	78,2	77,3	79,7	81,3	83,2

Fonte: Banco Central do Brasil – Relatórios de evolução do SFN

Gráfico 2 - Participação percentual dos 5, 10 e 20 maiores bancos e CEF nos ativos totais do segmento bancário



Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos relatórios de evolução do SFN do Banco Central do Brasil

Nitidamente há um aumento da participação dos maiores bancos nos ativos totais do sistema. Seguindo o mesmo tipo de corte temporal realizado acima, observa-se que, entre 1995 e 1999, somente ocorre aumento na participação nos ativos totais para os 20 maiores bancos, ocorrendo redução na participação dos 10 e dos 5 maiores bancos. De 1999 a 2004, os 20 maiores bancos aumentaram sua participação quase que continuamente, apresentando redução somente em 2001. Para a categorização dos 5 e dos 10 maiores bancos, somente se observa um aumento mais significativo na participação dos ativos totais para o período posterior a 2001, sendo neste ano o registro da menor participação dos 5 maiores bancos em todo o período em questão.

É interessante notar que no período onde ocorreu a redução mais veloz no número de bancos, especialmente de bancos públicos, não se registra um aumento na participação dos maiores bancos nos ativos totais do segmento bancário. No entanto, no período mais recente, que coincide com o período de recuperação da representatividade dos bancos privados nacionais no setor e onde a magnitude da redução do número de instituições existentes se torna mais

tênue, observa-se um incremento na participação dos maiores bancos nos ativos totais do sistema.

Desta forma, pode-se caracterizar o processo em duas etapas. Na primeira, entre 1995 e 1999, há uma redução mais forte no número de instituições em funcionamento no sistema, principalmente no que se refere às instituições públicas. No segundo período, que se inicia em 1999, apesar de continuar o processo de redução no número de bancos, o que chama mais atenção é o aumento da participação dos maiores bancos nos ativos totais do segmento bancário.

A concentração bancária e a relevância desta divisão temporal também são observados ao se analisar os índices de concentração do setor bancário, conforme tabela 7. Na tabela estão representados os índices de Herfindahl-Hirschman (HHI), Hall-Tideman (HTI) e de entropia de Theil (T)³⁹. Em todos os três casos, há indícios de aumento da concentração no período de 1995 a 2004. No entanto, novamente a segmentação do período em 1999 parece ser relevante. Todos os três índices apontam para um aumento da concentração entre 1995 e 1999. No período seguinte, entre 1999 e 2004, HHI e T oscilaram nos anos, mas ao final do período indicam uma menor concentração do que a observada em 1999. Já o índice de Hall-Tideman também apresentou oscilação nos anos, mas aponta para uma maior concentração em 2004 do que em 1999.

Tabela 7 - Evolução dos índices de concentração em ativos - 12/1995 a 06/2004

	1995_12	1996_12	1997_12	1998_12	1999_12	2000_12	2001_12	2002_12	2003_12	2004_06
HHIA	0,0779	0,0789	0,0857	0,0965	0,0924	0,0893	0,0851	0,0906	0,0906	0,0836
HTIA	0,0408	0,0412	0,0511	0,0555	0,0566	0,0587	0,0585	0,0645	0,0631	0,0617
TA	0,6908	0,6923	0,6708	0,6501	0,6420	0,6555	0,6652	0,6540	0,6734	0,6877

Fonte: adaptado de ARAÚJO et al. (2005)

Nota: A refere-se aos ativos totais

³⁹ Para os índices HHI e HTI, o valor tende para um no caso de estrutura de mercado de monopólio. Já para o índice de entropia de Theil, uma estrutura de monopólio é indicada pelo valor zero, sendo o índice mais próximo de 1 quanto mais a estrutura se aproxima do caso de concorrência perfeita (ARAÚJO *et al.*, 2005) Os índices mais utilizados são os de Theil e o de Hirschman-Herfindahl porque apresentam características abrangentes sobre os tamanhos relativos de cada firma e podem ser padronizados de forma a facilitar as conclusões. Porém, o cálculo desses índices pode ser impossível se não se conhece o tamanho de todas as firmas que fazem parte da indústria e, por isso, outros índices parciais, como a razão de concentração industrial, são utilizados. (SALAZAR, 2005)

Mas e o que levaria à forma como a concentração bancária se realiza? Existe algum padrão regional na concentração bancária? O processo de consolidação do setor parece ter uma relação muito forte com a idéia de economias centrais e periféricas. No trabalho de ALEXANDRE *et al.* (2005), as conclusões são de ampliação da concentração da atividade bancária na cidade de São Paulo, que é ainda maior quando se analisa as operações bancárias em vez do número de agências. Neste sentido, a distribuição local do PIB deve ser levada em consideração e isso explicaria a forte concentração bancária em São Paulo. Esta conclusão é corroborada no estudo de CORRÊA (2006), que mostra que o movimento financeiro se concentra no entorno de cidades de intensa concentração populacional e de forte dinamismo econômico.

No que se refere ao número de sedes bancárias, conforme tabela 8, novamente é fácil perceber a concentração existente em São Paulo, que em qualquer um dos anos em análise, teve no mínimo 50% das sedes existentes no país localizadas dentro do Estado (ver anexo II para relação das sedes por UF por ano). Além de São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro também possui um grande número de sedes de bancos em relação às demais unidades da federação, contribuindo para a forte concentração das sedes na região sudeste, que passou de 77% das sedes em 1995 para quase 78,7% em 2004. Somente a região sul conseguiu ampliar proporcionalmente sua representatividade no que se refere à localização das sedes dos bancos, passando de 7,6% das sedes em 1995 para 9,3% em 2004.

No entanto, é interessante notar que o Rio de Janeiro, mesmo ainda sendo o segundo Estado em sedes bancárias, apresentou uma forte redução na sua representatividade, que diminuiu de 19% para 14%. Outro ponto que chama a atenção é o fato de que todas as sedes da região norte estão no Estado do Pará, assim como todas as sedes da região centro-oeste estão no Distrito Federal. Além disso, estas sedes são todas de bancos públicos⁴⁰.

⁴⁰ Em 2004, as instituições com sede no Distrito Federal eram o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco de Brasília (BRB) e o Bancoob. No Pará as instituições sediadas no Estado eram o BASA e o Banpará.

Tabela 8 – Número de sedes bancárias por Unidade Federativa e Região para o período de 1995 a 2004

UF / Região	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RR	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
AP	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
AM	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0
PA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
TO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Norte	4	5	4	4	3	3	3	2	2	2
GO	2	2	2	1	1	1	1	0	0	0
DF	4	4	5	4	4	4	4	4	4	4
MT	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	7	7	8	5	5	5	5	4	4	4
SP	76	75	70	67	66	67	68	63	63	63
MG	6	6	7	4	4	5	5	5	6	6
RJ	27	26	24	21	21	18	19	17	16	15
ES	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1
Sudeste	111	109	103	94	93	92	93	86	86	85
PR	4	4	5	4	4	3	2	2	2	2
SC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
RS	6	7	8	8	8	8	8	7	7	7
Sul	11	12	14	13	13	12	11	10	10	10
BA	2	3	3	4	3	3	3	3	2	2
AL	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
SE	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PE	1	2	2	2	1	1	1	1	1	1
PB	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0
RN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CE	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
MA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
PI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Nordeste	11	12	11	12	10	10	9	9	8	7
Total	144	145	140	128	124	122	121	111	110	108

Fonte: Elaborado pelo autor baseado na seção de informações cadastrais e contábeis do Banco Central do Brasil

Por outro lado, os Estados de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul mantiveram o número de sedes que possuíam em 1995. No caso mineiro, chegou-se a registrar uma diminuição até 1999, tendo o número de sedes aumentado novamente e fazendo com que os dados de 2004 sejam iguais aos de 1995. A Bahia chegou a registrar aumento no número de sedes em 1996 e 1997, mas voltou em 2004 para o patamar de 1995. No caso gaúcho, 2004 registra uma sede a mais do que em 1995.

Observando o processo para o Brasil, a redução do número de sedes bancárias foi da ordem de 25%, sendo mais forte após 1998. De 1995 a 1997 o número de sedes permanece praticamente o mesmo.

Em 1995, 21 Unidades Federativas tinham pelo menos uma sede bancária, tendo chegado a 22 Unidades da Federação com sede bancária em 1996. De 1997 em diante ocorre o processo de concentração das sedes regionalmente, sendo que em 2004 somente 14 UF's possuíam pelo menos uma sede bancária.

No entanto, a distribuição espacial da atividade econômica, ao menos no caso brasileiro, não parece ser a única fonte de explicação para o grau e a evolução da concentração bancária. Vale ressaltar que a relação entre participação no PIB e participação nas operações de crédito não é direta.

“(...) a ausência de agências bancárias no Norte e no Nordeste certamente influencia esse fato. Em 31/12/2003, dos 1.600 municípios brasileiros sem agência bancária e sem PAB (Posto de atendimento bancário), 770 (48,1%) estavam no Nordeste e 233 (14,6%), no Norte. E, em segundo lugar, há outros fatores que influenciam a demanda por (e, conseqüentemente, a oferta de) operações de crédito. Nas regiões mais desenvolvidas do País, predominam firmas maiores, com estrutura de capital mais desenvolvida e, assim, com uma propensão ao endividamento maior, o que faz com que nessas regiões haja uma maior demanda por crédito bancário” (ALEXANDRE, M. *et al.*, 2005: pp. 25).

SICSÚ e CROCCO (2003) buscam exatamente a resposta para o que leva uma agência a ser localizada numa determinada região. Quais as variáveis que os bancos levam em conta na decisão de manter uma agência aberta ou fechá-la? O que fica claro é que os fatores que motivam a localização da sede do banco não são necessariamente os mesmos que levam à localização das agências. Os autores buscaram na teoria da localização da firma industrial inspiração para respondê-la e, adaptando-a a realidade do setor, concluem que o fator transporte não é uma variável relevante já que a firma bancária se localiza dentro do seu mercado consumidor e do mercado fornecedor.

Quanto aos fatores aglomerativos⁴¹, estes influiriam mais na localização da sede do banco, do que na localização das agências⁴². Assim, as externalidades do mercado de trabalho, como a dependência de mão-de-obra especializada, seriam uma necessidade mais premente para as sedes. O mesmo raciocínio vale para a demanda por serviços intermediários, “*spillovers*” tecnológicos e de informação⁴³.

Para a localização das agências, são relacionadas três variáveis que devem ser levadas em consideração: i) o fator populacional; ii) o fator renda; e iii) o fator distribuição da renda. Acredita-se que todos os três fatores devem ter uma relação positiva com o número de agências existentes numa determinada localidade, ou seja, quanto maior a população, maior a renda e melhor for a distribuição da renda, maior o número esperado de agências.

Todavia, mesmo que exista concentração bancária, é importante verificar se o mercado é imperfeito. Será que o setor bancário brasileiro é contestável?⁴⁴ As evidências apontam para a existência de um mercado não contestável. Segundo BELAISCH (2003), existe uma estrutura bancária oligopolizada no Brasil, onde os bancos extraem vantagens, no que tange às receitas, da diversificação geográfica⁴⁵. Para NAKANE (2001), o setor bancário brasileiro não trabalha de forma cartelizada, embora também não se comporte de maneira competitiva. Além disso, observa que os bancos brasileiros utilizam mais seu poder de

⁴¹ SICSÚ e CROCCO (2003) acreditam que as forças desaglomerativas ainda não são “fortes o suficiente para que fosse observado um processo de realocação das atividades dos grandes centros financeiros” e maiores seriam os motivos para acreditar que também não possuem efeito sobre a localização das agências.

⁴² ALEXANDRE *et al.* (2005) indicam como causas para a concentração bancária: a busca de ganhos de escala e escopo; externalidades favoráveis como infra-estrutura, capital humano e sistema judicial, na escolha da localização da sede; e “*spillovers*” informacional e externalidades geradas pela própria concentração.

⁴³ No caso dos “*spillovers*” tecnológicos, não seria necessária a aglomeração das agências, pois as sedes poderiam repassar as inovações.

⁴⁴ Para TONOOKA e Koyama (2003: pp.16), “com exceção do mercado de notas promissórias, todos os demais mercados apresentam graus de concentração relativamente baixos, talvez baixos o suficiente para não caracterizar a existência de poder de mercado por parte dos bancos”. Este resultado foi obtido numa análise por produto, mas sem observar a dimensão regional, onde os próprios autores levantam a possibilidade de existir poder de mercado regional.

⁴⁵ Os resultados não são suficientes para apontar que os bancos estrangeiros também se comportam de forma oligopolista. Nestes casos, as receitas são mais sensíveis aos custos. Adicionalmente, o aumento da competição bancária não pode ser considerado como a força motriz da redução nas taxas de juros no caso brasileiro (BELAISCH, 2003).

mercado no longo prazo do que no curto⁴⁶. Desta forma, o setor bancário brasileiro se comporta de maneira que se encaixaria num modelo intermediário entre a concorrência perfeita e o monopólio / cartel⁴⁷. Há indícios de que a questão regional é fundamental no grau de competitividade do mercado, assim como a atividade em questão, tal como a atividade de empréstimo bancário.

“Os resultados mostram que a hipótese de comportamento competitivo não pode ser rejeitada para os bancos estrangeiros, enquanto a de oligopólio pode. Por outro lado, bancos pequenos e médios e bancos estatais se comportam oligopolisticamente. Deve ser o caso de que os bancos pequenos operam em regiões do Brasil que possuem poucos bancos e onde se beneficiam de poder de mercado local. Finalmente, não é possível diferenciar entre oligopólio e competição no segmento de empréstimos bancários, onde os grandes bancos operam” (BELAISCH, 2003: pp. 17).

Na próxima seção foca-se o impacto deste processo de concentração do setor bancário brasileiro sobre o crédito.

3.2. Impacto da concentração bancária na concessão de crédito

No tocante à concessão de crédito, também surgem dois movimentos influenciadores do volume a ser concedido: i) o conceito de regiões centrais e periféricas, onde a periferia caracteriza-se por ser mais volátil e instável. Neste caso, os bancos possuem maior preferência pela liquidez nestas regiões e o crédito é racionado; e ii) a concentração das sedes bancárias em adição à existência de custos de informação, levam a um maior desconhecimento de regiões mais distantes do centro decisório dos bancos, acarretando uma postura

⁴⁶ NAKANE (2002) realizou um estudo para os dados agregados dos bancos brasileiros para o período de agosto de 1994 a agosto de 2000, observados mensalmente. O autor seguiu a metodologia desenvolvida por BRESNAHAN (1982) e LAU (1982), que visa identificar e mensurar empiricamente o grau de competitividade em uma indústria. Segundo o autor, a utilização desta metodologia já levou à conclusão, via diversos trabalhos já realizados, que os mercados bancários canadense, americano e colombiano são competitivos. Já os bancos uruguaios se comportam de forma oligopolizada, os bancos finlandeses apresentam competição imperfeita e para os bancos europeus (França, Dinamarca, Alemanha, Holanda, Espanha e Reino Unido) existe evidências de cartel.

⁴⁷ Ver também NAKANE, M. *et al.* (2006).

mais cautelosa por parte destes na concessão de crédito para estas regiões. A decisão de emprestar dependerá da confiabilidade que os bancos possuem na base de informações disponível.

Por definição, as regiões centrais possuem uma trajetória de crescimento mais estável. Portanto, a incerteza é mais marcante na periferia, que também apresenta maior relação “*cash-depósitos*” oriunda do menor nível de renda e maior participação do setor informal, e conseqüentemente, os agentes destas tendem a apresentar uma maior preferência pela liquidez, inclusive os bancos. Este fato tende a manifestar-se numa maior relação reserva-depósitos na periferia do que no centro (AMADO, 1998).

Ao adicionar esse ambiente de maior incerteza nas regiões periféricas com a questão da concentração bancária, onde as sedes estão concentradas no centro e a base de informações referentes à periferia é mais remota, chega-se a um mecanismo onde o crédito tende a ser concentrado, perpetuando ou até mesmo reforçando a situação de desigualdade existente na economia. Além disso, os bancos de atuação nacional tendem a estender crédito nas economias periféricas, através de filiais de empresas também sediadas na região central, com as quais o banco já possui um histórico de relação⁴⁸.

Ademais, se já existe uma tendência de restrição ao crédito nas regiões periféricas, é de se esperar que esta restrição seja ainda maior no caso das empresas de menor porte, pois a obtenção de informações relativas a estas empresas é ainda mais difícil. Conseqüentemente, as empresas de menor porte, caso optem por obter financiamento bancário, provavelmente recorrerão aos bancos locais, caso existam. Estes, por seu turno, se beneficiarão desta relação

⁴⁸ “A concentração bancária tende a gerar/accentuar um processo de concentração industrial. (...) bancos que operam no nível nacional e que ganham importância em decorrência do processo de concentração bancária tenderão a estender crédito em economias periféricas através de firmas com as quais eles tenham alguma ligação, normalmente filiais de firmas que também têm suas sedes nas economias centrais, uma vez que a base de informações dessas firmas é menos volátil ao banco do que a de firmas locais. (...) Esse processo de concentração industrial também terá efeitos sobre a futura disponibilidade financeira na região, uma vez que as firmas extra-regionais tendem a manter maiores ligações na compra de insumos com as suas regiões de origem e isso culminará por ampliar a drenagem financeira das regiões periféricas, reduzindo assim a disponibilidade de finanças nessas regiões” (AMADO, 1998: pp. 85).

de proximidade, sabendo que o cliente dificilmente conseguirá o financiamento em outra instituição localizada mais distante.

“Avaliações de crédito, principalmente para firmas pequenas, freqüentemente envolvem informações imprecisas e difíceis de transmitir, coletadas em um amplo espectro de dimensões. A natureza dessas informações limita a concorrência bancária às instituições financeiras próximas ao cliente” (FERREIRA e FARINA, 2005: pp. 186).

A idéia do impacto da preferência pela liquidez e da incerteza sobre a forma de atuação dos bancos é reforçada no trabalho de DE PAULA *et al.* (2001), onde os bancos, pela sua natureza especulativa, buscam equilibrar lucratividade com escala de preferência pela liquidez. Quando as expectativas são otimistas, os bancos privilegiam rentabilidade à liquidez, o que impacta positivamente nas operações de empréstimos de maior prazo. Por outro lado, em momentos de expectativas negativas e alta incerteza, os bancos direcionam suas aplicações para ativos de maior liquidez, o que reduz a oferta de crédito de mais longo prazo.

Segundo AMADO (2006: pp. 90), “a formação de expectativas com base em convenções traz uma extrema volatilidade à economia, uma vez que a deixa sujeita a súbitas e intensas transformações”. Esta característica de economias monetárias de produção leva ao aumento da importância da realização de contratos monetários, pois estes são uma forma do agente reduzir as incertezas. Além disso, a moeda é demandada como meio de adiar a tomada de decisão, por se tratar do ativo de maior liquidez.

Desta forma, pode-se notar que as expectativas possuem uma forte influência na maneira como os bancos realizam suas operações. No entanto, dada a concentração bancária que reflete a diferenciação das regiões em centro e periferias, existe uma desigualdade na formação das expectativas das diversas localidades, impactando na concessão de crédito. DE PAULA *et al.* (2001) corroboram e aprofundam a idéia ao afirmar que o volume e as condições de

oferta de crédito são determinados pelas conjecturas dos bancos em relação ao retorno dos empréstimos⁴⁹.

Baseado nos conceitos de incerteza, risco de liquidez e regiões centrais e periféricas, é de se esperar que um processo de concentração bancária que praticamente elimine os bancos de caráter regional periférico tenderá a acentuar as restrições financeiras dessas regiões⁵⁰. Ou seja, tendo em vista o processo de concentração bancária vivenciada no Brasil nos últimos anos, supõe-se que haja uma maior restrição financeira nas regiões menos desenvolvidas e que esta realidade se perpetue, prejudicando o desenvolvimento econômico destas áreas.

O Gráfico 3 mostra a participação de uma determinada unidade da federação no PIB, no estoque de crédito e no estoque de depósitos. Pode-se verificar que São Paulo e o Distrito Federal apresentam participação no estoque de crédito superior à participação no PIB. O caso paulista é reflexo justamente da concentração de crédito existente no país, sendo o contraponto deste fato o vazamento de depósitos facilmente verificado em estados como o Acre e Pernambuco, cuja curva de participação nos depósitos fica acima da curva de participação nos créditos. O caso do Distrito Federal (DF) parece refletir o fato de sediar os grandes bancos públicos⁵¹.

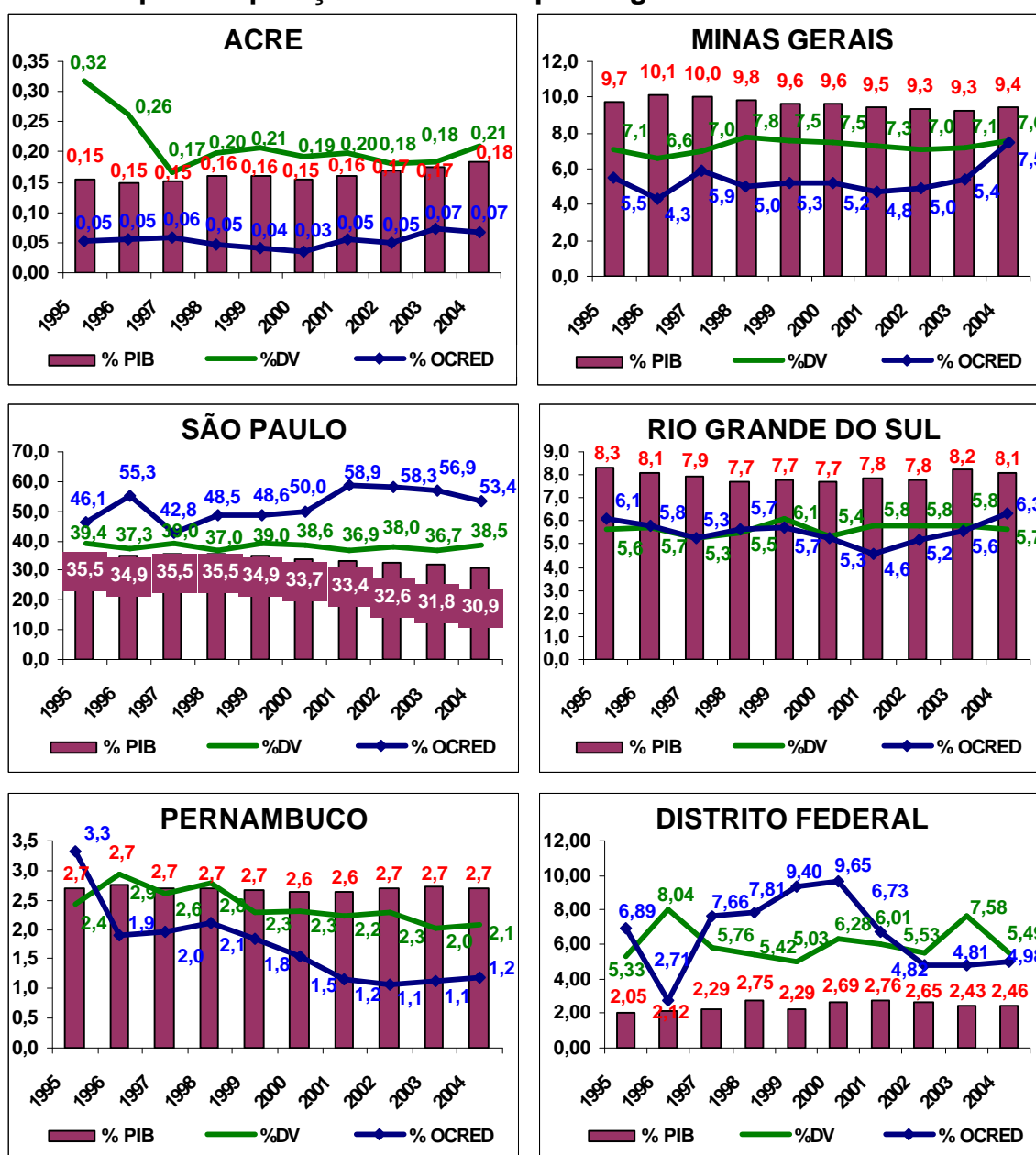
Dois estados apresentam tendências interessantes. Minas Gerais, que no início da série se encaixava na caracterização de uma região com vazamento de poupança, mesmo que ainda apresente participação no crédito inferior à sua participação no PIB, apresenta de 2002 a 2004 uma redução na diferença entre participação nos depósitos e participação no crédito, sendo que o vazamento praticamente deixa de existir no último ano em análise.

⁴⁹ OREIRO (2004) também se posiciona a favor desta idéia. Segundo o autor, “o nível de atividade econômica não depende apenas do volume de crédito concedido pelos bancos como também dos termos nos quais esse crédito é concedido”

⁵⁰ AMADO (2006) argumenta que o processo de concentração bancária foi incentivado justamente por não se ver nenhuma importância na existência de bancos regionais.

⁵¹ “O Distrito Federal concentra as operações dos dois maiores bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) de modo superior ao dos demais estados” (VASCONCELOS, M. *et al.*, 2004: pp.10). Por essa razão, e como as lógicas de empréstimo de bancos públicos e privados são diversas, os autores decidiram retirar o DF da análise que realizaram.

Gráfico 3 – Participação percentual no PIB, no estoque de depósitos à vista e no estoque de operações de crédito para alguns Estados selecionados*



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em dados do Banco Central e das Contas Nacionais – IBGE.

* DV refere-se ao estoque de depósitos à vista e OCRED ao estoque de operações de crédito

O Rio Grande do Sul também apresenta participação no crédito inferior à participação no PIB, mas possui uma relação entre crédito e depósito que não permite caracterizar a região como exportadora de poupança. O estado gaúcho apresenta praticamente a mesma participação tanto no crédito quanto no depósito.

Vale ressaltar que, conforme já relatado anteriormente, a relação entre crédito e PIB não é direta. São Paulo apresenta um declínio na participação do PIB nacional, mas aumenta a participação no estoque de crédito, novamente indicando os efeitos do processo de concentração bancária. Obviamente São Paulo se beneficia de ser sede de vários grupos empresariais nacionais e, conforme relatado, os grandes bancos nacionais preferem conceder financiamento para as regiões periféricas, via empresas cuja sede esteja na região central.

Por fim, seguindo a mesma linha de pesquisa de estudos internacionais e apresentados no capítulo 2, é de se esperar que a natureza do produto em análise afete o grau de concorrência no mercado local, ou seja, o poder de mercado que uma instituição pode exercer numa determinada localidade depende do produto em questão.

“A proximidade física facilita o monitoramento dos clientes próximos, o que configura uma vantagem comparativa a ser explorada nas operações de crédito. Depósitos não exigem monitoramento e não são muito afetados pela proximidade dos bancos” FERREIRA e FARINA (2005: pp. 179)

No entanto, a análise por produto está fora do escopo do presente trabalho. No próximo capítulo é apresentado o modelo aqui sugerido, que visa captar os efeitos do processo de concentração bancária sobre o crédito, e os resultados obtidos.

CAPÍTULO 4 – CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA E CONCESSÃO DE CRÉDITO: RESULTADOS EMPÍRICOS PARA O BRASIL

Como visto nos capítulos anteriores, a consolidação do setor bancário é um fenômeno ocorrido em vários países e que, no caso brasileiro, foi reforçado com a estabilização em 1994. No entanto, o setor bancário é fundamental na economia, principalmente ao se levar em conta o seu aspecto monetário, onde os bancos atuam de forma a reduzir os riscos e fornecer liquidez aos investimentos, por um lado, e alocar estes recursos em financiamentos e empréstimos por outro lado.

No entanto, o sistema bancário incorre em custos de informação, ao analisar mais detalhadamente os projetos a serem financiados, como a situação econômica da região onde este projeto está localizado e a qualificação dos empreendedores. Estes custos são potencializados quando se leva em conta a questão regional e a distância entre o local do projeto a ser financiado e a instituição financiadora, inclusive no que tange à qualidade da informação disponível. A região periférica cuja característica é a de uma região mais instável do que a região central, ainda é penalizada pela menor presença bancária, seja em número de agências ou de sedes bancárias. A concentração bancária na região central faz com que a informação referente à região mais estável e rica seja a de mais fácil obtenção.

Adicionalmente ao custo da informação, o processo de concentração bancária viabiliza aos bancos exercerem algum tipo de poder de mercado, mesmo que seja em uma região específica, onde o banco percebe a ausência de concorrência, ou em algum produto onde o banco encontre um nicho de mercado. Esta postura dos bancos é facilitada pela dificuldade dos clientes transferirem suas informações de uma instituição para outra, acarretando um problema de assimetria da informação e, por sua vez, pode conduzir a um acirramento da incerteza e da preferência pela liquidez.

Este capítulo objetiva captar o impacto do processo de consolidação bancária que vem ocorrendo no Brasil sobre a concessão de crédito, quando a análise leva em conta a perspectiva regional. Os resultados corroboram a idéia de que o processo

de consolidação do setor bancário, como o que tem ocorrido no Brasil, tem um efeito negativo sobre a concessão de crédito, principalmente para as regiões periféricas.

Baseado nos argumentos teóricos previamente apresentados, a próxima seção se incumbem de apresentar o modelo. São apresentados os dados utilizados, as variáveis que compõem o modelo e é feita uma análise descritiva destas. Na segunda parte, são apresentados os resultados obtidos, inclusive verificando a robustez destes.

4.1. Dados e modelo

Baseado nos argumentos teóricos até agora apresentados, o modelo estimado possui o estoque de crédito como variável dependente e pode ser descrito conforme segue:

$$CREDPC_{it} = b_0 + b_1 DVPC_{it} + b_2 PIBPC_{it} + b_3 POPAG_{it} + b_4 THEIL_{it} + b_5 SELIC_{it-1} + b_6 NUMSEDE_{it} + d_1 DUMMYANO_{it} + U_i$$

$CREDPC_{it}$: log do estoque per capita de crédito na UF_i;

$DVPC_{it}$: log do estoque per capita de depósitos na UF_i;

$PIBPC_{it}$: log do PIB per capita da UF_i;

$POPAG_{it}$: log da razão entre população e número de agências na UF_i;

$THEIL_{it}$: Índice de Theil na UF_i;

$SELIC_{it-1}$: log da taxa de juros defasada em um período;

$NUMSEDE_{it}$: número de sedes bancárias existentes na UF_i;

$DUMMYANO_{it}$: dummy para o período de 1995 a 1999.

U_i : componentes do erro (erros idiossincrático e específico)

SICSÚ e CROCCO (2003) buscam identificar quais as variáveis-chave na definição de localização bancária. Mesmo esta dissertação não tendo o objetivo de aprofundar o estudo sobre localização da agência bancária, esta é uma informação importante na análise sobre concessão de crédito, pois a informação é um item relevante neste setor. Assim, espera-se que, onde exista maior número de agências, seja maior o crédito concedido. Para viabilizar a comparação entre estados, foi elaborada uma razão entre a população do Estado e o número de

agências (*POPAG*), buscando refletir a extensão da atuação de cada agência⁵². Quanto maior a razão, menor a presença bancária em relação ao tamanho da população e, desta forma, menor deve ser o crédito concedido nesta região.

Além disso, a renda da região (*PIBPC*) e o grau de concentração desta (*THEIL*), completam as variáveis identificadas como relevantes na determinação da localização da firma bancária. Apesar de não introduzir estas variáveis com a mesma formatação utilizada no trabalho de SICSÚ e CROCCO (2003), todas as três variáveis estão presentes no modelo: PIB per capita, Índice de Theil e a razão população / número de agências. Espera-se que o PIB per capita apresente sinal positivo, ou seja, quanto maior a renda média da população da região, maior o estoque de crédito per capita. Quanto ao índice de concentração, o sinal esperado é ambíguo, pois a concentração de renda tanto pode representar um desestímulo, visto que regiões com maior concentração tendem a apresentar menor número de agências, quanto um estímulo, dependendo das políticas locais ou setoriais que incentivem o crédito como instrumento no processo de desconcentração regional de renda.

Vale ressaltar que o número de agências aqui utilizado se refere ao número de agências com balancetes processados pelo Banco Central do Brasil. Esta opção foi realizada para conciliar o número de agências com os dados referentes ao estoque de crédito e de depósitos à vista que são retirados dos balancetes em questão. Doravante esta diferenciação não será mais realizada, sendo o número de agências processadas denominada simplesmente de número de agências.

Tanto os dados de crédito quanto os de depósito são relativos ao estoque existente em dezembro de cada ano e são o resultado da agregação de um conjunto de variáveis, conforme o Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional

⁵² SICSÚ e CROCCO (2003), elaboraram dois índices referentes à distribuição geográfica das agências bancárias, com o intuito de facilitar a comparação dos resultados e entender melhor como se processa a escolha da localização da firma bancária. Um dos índices é a razão entre a proporção da população do Estado em relação à população do país sobre a proporção do número de agências do Estado sobre o número de agências do país. O segundo índice segue a mesma idéia, sendo utilizada a proporção do PIB no lugar da proporção da população. No presente trabalho, é utilizada uma razão mais simples, simplesmente entre a população da Unidade Federativa em relação ao número de agências localizadas na respectiva UF.

(COSIF)⁵³ (ver anexo III). O crédito é denominado operações de crédito e é composto por empréstimos e títulos descontados, financiamentos, financiamentos rurais à agricultura e à pecuária⁵⁴, financiamentos agroindustriais, rendas a apropriar de operações de financiamentos rurais e agroindustriais, financiamentos imobiliários, operações especiais, créditos em liquidação e outras operações de crédito. Já os depósitos são constituídos por depósitos tanto dos governos quanto do setor privado.

A utilização da variável depósito no mesmo período, sem defasagem temporal, está baseada na idéia de bancos que atuam ativamente na administração do passivo, característica da evolução do sistema bancário, conforme discutido por Victoria Chic (1992)⁵⁵. Para os depósitos espera-se encontrar uma relação positiva com o crédito, conforme largamente aceito pela teoria.

“No enfoque pós-keynesiano, os bancos estão atuando no estágio V da evolução bancária elaborada por Chick (1992), ou seja, pressupõe a existência de um banco central em sua função de emprestador de última instância e o desenvolvimento de técnicas de administração de passivo por parte dos bancos. Os bancos – nesta perspectiva – são vistos como agentes ativos que administram dinamicamente os dois lados de seu balanço, o que significa que eles não tomam o seu passivo como dado, na medida em que procuram influenciar as preferências dos depositantes, através do gerenciamento das obrigações e da introdução de inovações

⁵³ O Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) foi criado com a edição da Circular 1.273, em 29 de dezembro de 1987, com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras (BANCO CENTRAL DO BRASIL)

⁵⁴ Os financiamentos rurais à agricultura e à pecuária envolvem contas de custeio / investimento e de comercialização.

⁵⁵ A evolução do sistema bancário pode ser assim descrito: 1º estágio) os depósitos são o elemento limitador do sistema, são o parâmetro para reservas e créditos; 2º estágio) os depósitos passam a ser tratados como meios de pagamento e os bancos passam a estender crédito como múltiplo de suas reservas; 3º estágio) surge a possibilidade de empréstimos entre bancos, tornando os empréstimos livres da restrição das reservas. As reservas limitam o sistema como um todo, mas não um banco em específico; 4º estágio) a autoridade monetária assume o papel de emprestador de última instância e todo o sistema fica livre da restrição imposta pelas reservas; e 5º estágio) caracteriza-se pela administração de passivos dos bancos. Os bancos concedem crédito e depois buscam novos depósitos que equilibrem seus balanços. (AMADO, 1998)

financeiras” (DE PAULA e ALVES JR., 2003: pp. 5).

Ao incluirmos a razão população sobre número de agências no modelo, a questão da concentração regional das agências está sendo tratada. No entanto, falta a observação sobre a concentração das sedes bancárias. Para isso, foi elaborada a variável *NUMSEDE* que se refere ao número de sedes bancárias existentes em uma determinada unidade federativa por ano. Os dados foram extraídos das informações cadastrais e contábeis do Banco Central do Brasil. Prevê-se que quanto maior o número de sedes bancárias existentes em uma região, mais fácil a obtenção de informações sobre os clientes e projetos, assim como mais provável que o mercado regional seja competitivo, facilitando as condições para a tomada do crédito.

Na verdade, esta variável funciona como uma proxy para o número de sedes bancárias dos dados em análise neste trabalho. Os dados obtidos para crédito, depósito e número de agências são relativos a bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas. Já a variável *NUMSEDE* inclui toda a listagem de bancos obtidas do relatório supracitado, onde pode eventualmente constar algum banco que não se encaixa na caracterização dos bancos cujos dados são aqui analisados. Não se pretendeu realizar um ajuste na listagem, devido à possibilidade de incorrer em algum erro de exclusão ou até mesmo de manutenção dos bancos na listagem.

Finalmente há a dummy para o período de 1995 a 1999 (*DUMMYANO*) e a variável referente à taxa de juros (*SELIC*). A dummy para o período de 1995 a 1999 foi incluída para captar a diferença existente no processo de consolidação do setor entre este período e o período posterior, com início no ano 2000, conforme já analisado no capítulo 3⁵⁶. Desta forma, para os anos de 1995 a 1999

⁵⁶ No estudo de VASCONCELOS *et al.* (2004), que também analisou a questão da reestruturação do setor bancário e a concessão de crédito no âmbito regional, mas com foco maior na privatização, os dados para o período de 1994 a 2002 são analisados com uma quebra em 1998/1999. “Após termos verificado um avanço [do crédito] nos primeiros anos do Plano Real, a partir de 1998 notamos uma tendência de queda, pois com o despontar das crises internacionais em meados de 1997 começa a haver uma contração de crédito. Sendo assim, os dados sobre o crédito por UF foram separados em dois sub-períodos: 1994-1998 e 1999-2002, para captar tanto a mudança no comportamento do crédito quanto aos impactos das aquisições de bancos

a dummy recebe valor um, para os demais anos o valor é zero. Conforme já demonstrado no capítulo 3, o processo de consolidação para o período de 1995 a 1999, apesar de ser mais intenso no que se refere ao número de bancos que deixaram de existir, teve um impacto menor sobre a concentração dos ativos totais do setor bancário do que o ocorrido no período seguinte. Desta forma, pode-se supor que após a concentração ocorrida de 1995 a 1999, os bancos passaram a exercer com maior efetividade o poder de mercado obtido com o processo. Assim, o estoque de crédito médio do período inicial deve ser maior do que para o período de 2000 a 2004, perfazendo um sinal positivo para *DUMMYANO*.

No que se refere à taxa de juros (*SELIC*), foi calculada a taxa real com base na taxa over-selic, por ser a taxa básica da economia, e o IPCA anual⁵⁷, por ser um índice com menor influência de variações cambiais, além de ser o índice de inflação oficial. A série para a taxa de juros foi a taxa anual, captada diariamente, sendo utilizado o valor do último dia do ano. Além disso, conforme já bem aceito pela teoria, o efeito da taxa de juros sobre a economia possui uma defasagem temporal. No entanto, como a série aqui analisada é composta por 10 observações, a série temporal fica insuficiente para a aplicação de testes de séries temporais que visem captar a melhor defasagem a ser utilizada. Na impossibilidade de adotar uma defasagem inferior a um ano e acreditando que defasagem superior a este tempo é desnecessária para captar os efeitos da taxa de juros sobre a economia, adotou-se a defasagem de um período, ou seja, um ano. Novamente seguindo o senso comum e a teoria econômica, espera-se uma relação negativa entre a taxa de juros e a concessão de crédito.

Com o intuito de captar os efeitos reais das variáveis, os dados de crédito (*CREDP*) e de depósito (*DVPC*) foram corrigidos a valores de dezembro de 2004 utilizando-se o IPCA. Para a variável de PIB per capita (*PIBPC*) adotou-se o deflator implícito, historicamente utilizado no que se refere à correção dos valores

estaduais e regionais pelos grandes bancos nacionais e de controle estrangeiro” (VASCONCELOS, M *et al.*, 2004: pp. 8)

⁵⁷ O índice de inflação utilizado para o IPCA foi o índice de dezembro a dezembro, justamente por ser o índice recomendado na análise de dados em estoque, como os dados de crédito e depósito existentes no presente trabalho.

correntes do produto interno. Para as demais variáveis não é necessária a adoção de nenhum tipo de correção pela inflação.

No que concerne o índice de concentração de renda de Theil (*THEIL*), a série de dados possui uma falha no ano 2000 (ano de realização do censo). Como forma de estimar os valores para este ano, tornando o painel balanceado⁵⁸, foi realizada uma interpolação levando-se em conta os anos de 1997 a 2003, ponderando os anos mais próximos do ano 2000, com pesos maiores. A utilização de vários anos para a realização da interpolação e a ponderação dos anos buscou suavizar a série e captar melhor a tendência.

Por fim, para viabilizar a análise de sensibilidade, as variáveis foram transformadas em logaritmos, exceção para o índice de theil, o número de sedes e a dummy para o período de 1995 a 1999. Além disso, utiliza-se as variáveis crédito per capita, depósito per capita e produto per capita para possibilitar uma melhor comparação / dimensionamento do efeito do processo de concentração bancária sobre a concessão de crédito.

Vale ressaltar que, apesar de VASCONCELOS *et al.* (2004) retirar o Distrito Federal, conforme mencionado anteriormente, evitando um possível viés nos resultados devido às características inerentes à região, no presente trabalho todas as unidades da federação serão consideradas, pois não somente o Distrito Federal apresenta algumas características específicas, mas também São Paulo e outras unidades. Justamente estas características são captadas em modelos de dados em painel. Além disso, ao contrário do exposto naquele trabalho, não é foco desta dissertação analisar as diferenças existentes entre empréstimo de bancos públicos e privados, e sim o efeito da concentração bancária sobre a concessão de crédito.

Apesar de ser um campo relevante de análise, a questão legal e regulatória não será abordada no presente trabalho, pois todos os Estados brasileiros possuem o

⁵⁸ Existem métodos que possibilitam a estimação de painéis não balanceados. Para maiores detalhes ver WOOLDRIDGE (2002). No entanto, dado que a série aqui analisada não é composta de um grande número de anos, preferiu-se balancear o painel a descartar dados da série.

mesmo marco jurídico no que se refere ao sistema bancário. Desta forma, mesmo que se argumente que estas variáveis possuem efeito negativo no caso brasileiro, com um sistema regulatório que não protege o credor e, com isso, inibe o desenvolvimento do setor creditício, isto é verdade para todos os Estados brasileiros, não sendo um fator de comparação entre estes⁵⁹.

Os dados de crédito, depósito e agências foram obtidos do Banco Central do Brasil. Os dados de PIB per capita, a série dos índices de concentração de Theil e série da taxa de juros, assim como as taxas de inflação e os dados de população foram obtidos no IPEA e no IBGE. A seguir são apresentadas as estatísticas descritivas (tabela 9).

Tabela 9 - Estatística descritiva das variáveis analisadas: 1995 - 2004

VARIÁVEL	OBS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
CREDP	270	7.4163	0.9643	5.8830	10.4674
DVPC	270	5.8667	0.5971	4.8132	8.0727
PIBPC	270	8.7607	0.5321	7.6695	9.9756
POPAG	270	9.5831	0.4840	8.7115	10.5355
THEIL	270	0.6850	0.1116	0.3388	0.9608
SELIC	270	2.5784	0.5012	1.8617	3.5218
NUMSEDE	270	4.6407	13.0902	0	76
DUMMYANO	270	0.5	0.5009	0	1

Fonte: dados do trabalho

Utilizando-se das variáveis acima descritas e dado o objetivo de demonstrar que o processo de concentração bancária levou a uma concentração de crédito, foi realizada uma análise de painel, com dados para as 27 unidades da federação (UF) no período de 1995 até 2004.

Pelo fato dos painéis conterem observações periódicas das mesmas variáveis, estes possuem um grande potencial de resolver questões que os modelos de cross-section não conseguem tratar adequadamente. CAMERON e TRIVEDI (2005) atribuem à modelagem via painel a vantagem de aumentar a precisão da

⁵⁹ Para PINHEIRO, Armando C. e CABRAL, C. (1999), existem especificidades na forma como a legislação é aplicada para cada unidade da federação, devido a diferenças na forma como o judiciário estadual atua. Além disso, demonstra que os direitos creditórios são fracamente protegidos no Brasil, com a demora e os custos processuais sendo apontados como grandes problemas do sistema jurídico e, conseqüentemente, a razão crédito / produto é afetada negativamente. No entanto, mesmo que haja diferenças na aplicação da regulação bancária para as unidades da federação, o objetivo do presente trabalho está na captação do impacto da concentração bancária sobre o crédito. Desta forma, a questão legal não será abordada explicitamente no modelo.

estimação. São benefícios da análise de dados em painel⁶⁰: i) controla para a heterogeneidade individual (no caso, das unidades da federação); ii) fornece mais informação, maior variabilidade, menor colinearidade entre as variáveis, mais graus de liberdade e maior eficiência; iii) é melhor para estudar a dinâmica de ajustamento; iv) é melhor para identificar e mensurar efeitos que são simplesmente não detectáveis em cross-section pura ou pura série temporal; v) permite a construção e teste de modelos comportamentais mais complexos.

Existem diferentes modelos que podem ser utilizados em dados em painel: i) “*pooled*” ou empilhados; ii) efeito aleatório; e iii) efeito fixo. Além disso, existem diferentes formas de estimar os coeficientes, sendo as mais usuais: i) mínimos quadrados empilhados; ii) *between*; iii) efeito fixo; iv) primeira diferença; e v) efeito aleatório. A tabela 10 mostra a consistência dos estimadores, em modelos lineares, dada a maneira como os coeficientes foram obtidos e o modelo de painel utilizado.

Tabela 10 – Modelos lineares de Painel: estimadores usuais e modelos

Método de estimação	Modelo assumido		
	Dados Empilhados	Efeito aleatório	Efeito fixo
MQO Empilhados	Consistente	Consistente	Inconsistente
Between	Consistente	Consistente	Inconsistente
Efeito Fixo	Consistente	Consistente	Consistente
Primeira Diferença	Consistente	Consistente	Consistente
Efeito aleatório	Consistente	Consistente	Inconsistente

Fonte: CAMERON e TRIVEDI (2005: pp.699)

Existe a possibilidade do modelo aqui proposto possuir variáveis endógenas, especificamente, as variáveis de depósitos (*DVPC*) e PIB (*PIBPC*). No entanto, as variáveis são altamente correlacionadas com a própria variável defasada, prejudicando a utilização destas como instrumentos. Diante disso, e da dificuldade de se obter outros instrumentos eficazes, o modelo será estimado assumindo-se a hipótese de exogenia. Não obstante, observa-se que o mais recomendado para as variáveis de PIB (*PIBPC*) e da taxa de juros (*SELIC*) seria a utilização das respectivas expectativas, mas não estão disponíveis séries de dados para todo o

⁶⁰ Ver BALTAGI (2005).

período aqui em análise. Assim, na próxima seção são apresentados os resultados obtidos para o modelo aqui sugerido, utilizando-se os três modelos: dados empilhados, com efeito aleatório e com efeito fixo.

4.2. Resultados

Observa-se, através da matriz de correlação (tabela 11), que a relação positiva entre o índice de concentração (*THEIL*) e a razão população / número de agências (*POPAG*) corrobora o argumento de SICSÚ e CROCCO (2003), ou seja, quanto mais concentrada for a renda em uma determinada região, menor o número de agências necessárias para captar a renda disponível, maior será a razão entre população e agências. Da mesma forma, quanto maior a razão população / número de agências, menor o crédito per capita, indicando que a presença de agências bancárias é fundamental para a concessão de crédito.

Tabela 11 – Matriz de correlação entre as variáveis analisadas: 1995 - 2004

	CREDP	DVPC	PIBPC	POPAG	THEIL	SELIC	NUMSEDE	DUMMYANO
CREDP	1.0000							
DVPC	0.7361	1.0000						
PIBPC	0.6895	0.8087	1.0000					
POPAG	-0.7859	-0.6579	-0.7581	1.0000				
THEIL	-0.0715	-0.3186	-0.4666	0.2952	1.0000			
SELIC	0.2371	0.0232	-0.0667	-0.0252	0.1091	1.0000		
NUMSEDE	0.4657	0.4137	0.4239	-0.3888	-0.1941	0.0163	1.0000	
DUMMYANO	0.3217	-0.0576	-0.0729	-0.0904	0.1544	0.8127	0.0284	1.0000

Fonte: dados do trabalho

O *PIBPC* apresenta relação positiva e relevante tanto com o estoque de crédito (*OCREDPC*) quanto com o estoque de depósitos (*DVPC*), conforme a teoria já prevê. A taxa de juros (*SELIC*) apresenta relação negativa com o produto per capita, conforme previsto pela teoria, possivelmente pelos efeitos negativos que o aumento dos juros possui sobre o crédito, mas apresenta relação positiva com os estoque de crédito e depósito. Esta relação pode ser explicada pelo fato do depósito aqui analisado ser o estoque de depósito e este provavelmente sofrer algum tipo de correção.

O número de sedes (*NUMSEDE*) possui relação positiva com o estoque de crédito, reforçando a idéia de que a presença não só de agências no âmbito regional, mas também de sedes bancárias é relevante para a concessão de

crédito. Adicionalmente pode-se verificar que existe uma relação negativa entre o número de sedes (*NUMSEDE*) e a razão população / número de agências (*POPAG*), ou seja, quanto maior o número de sedes bancárias numa determinada região, maior será a presença de agências espalhadas por esta região, reduzindo a razão população / número de agências.

Outra correlação que corrobora a hipótese que se pretende confirmar no presente trabalho é a obtida pela dummy para o período de 1995 a 1999 (*DUMMYANO*), que possui relação positiva com o estoque de crédito per capita, indicando que o estoque de crédito para o período inicial era, em média, superior ao obtido no segundo período em análise.

Por fim, no que se refere às relações observadas pela matriz de correlação, assumindo que exista forte correlação entre variáveis para valores absolutos superiores a 0,8, observamos que o estoque de depósitos está fortemente correlacionado com o PIB per capita e que a taxa de juros está fortemente correlacionada com a dummy para o período de 1995 a 1999.

Com o intuito de verificar se efetivamente existe a presença de multicolinearidade no modelo, foi calculado o fator de inflação da variância (FIV). É prática na literatura considerar que existe multicolinearidade severa quando o FIV excede o valor 5. Conforme a tabela 12, o FIV é inferior a 5 para todas as variáveis do modelo. Assim, o modelo foi gerado sem a exclusão de qualquer das variáveis aqui analisadas.

Tabela 12 – Valores do fator de inflação da variância para as variáveis do modelo

VARIÁVEL	FIV	1/FIV
PIBPC	4.64	0.215323
DUMMYANO	3.30	0.303196
DVPC	3.20	0.312135
SELIC	3.18	0.314583
POPAG	2.59	0.385877
THEIL	1.33	0.751962
NUMSEDE	1.26	0.795029
MÉDIA FIV	2.79	

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do MQO empilhado

Todos os modelos foram gerados ajustando a matriz de variâncias para a forma robusta. Como se pode ver pela tabela 13, o resultado obtido com dados empilhados foram os mais próximos aos resultados esperados.

Tomando os resultados do modelo com dados empilhados observa-se que todas variáveis são significativas a 1% à exceção do PIB per capita e da taxa de juros que são significativos a 10% (para maiores detalhes ver anexo IV).

Analisando o modelo de dados empilhados, verifica-se que quanto maior o estoque de depósitos per capita e maior o PIB per capita, maior será o estoque de crédito per capita, conforme se esperava. Os sinais obtidos para a razão população / número de agências e para o número de sedes, corroboram a hipótese aqui apresentada. Desta forma, quanto maior a razão população por agência, menor o estoque de crédito per capita, revelando uma das conseqüências negativas do processo de concentração bancária, com a concentração regional das agências bancárias.

Além disso, quanto maior o número de sedes de bancos existentes numa determinada região, maior será o estoque de crédito per capita. No entanto, o valor do coeficiente de *NUMSEDE* é baixo, revelando um impacto reduzido sobre o estoque de crédito per capita.

Ou seja, tomando estes dois resultados, reforça-se a análise realizada no capítulo 3, dos efeitos negativos para a concessão de crédito no âmbito regional, do processo de consolidação bancária vivenciado no Brasil. Não obstante, observa-se um impacto maior sobre o crédito do processo de realocização das agências bancárias do que aquele obtido via concentração das sedes dos bancos.

Estes resultados permitem supor que as agências possuem determinado grau de autonomia na decisão do crédito bancário. Outra possibilidade é que este resultado seja fruto da natureza do crédito concedido, na sua maioria créditos para pessoas físicas, de menor valor, onde a decisão pode ser tomada no âmbito da agência.

Tabela 13 – Resultados obtidos para dados empilhados, painel com efeitos aleatórios e com efeitos fixos: 1995 - 2004

Variável dependente = estoque de crédito per capita (<i>CREDP</i>)			
Variáveis Independentes	MQO (Empilhados)	Efeito Aleatório	Efeito Fixo
DVPC	0.666*** (0.093)	0.497*** (0.121)	0.319** (0.144)
PIBPC	0.177* (0.107)	0.159 (0.178)	-0.403 (0.396)
POPAG	-0.834*** (0.084)	-0.959*** (0.144)	-1.014*** (0.349)
THEIL	1.831*** (0.309)	1.366*** (0.364)	1.006*** (0.375)
SELIC	-0.158* (0.092)	-0.104 (0.079)	-0.065 (0.101)
NUMSEDE	0.009*** (0.002)	0.010*** (0.003)	0.019 (0.016)
DUMMYANO	0.664*** (0.101)	0.610*** (0.086)	0.523*** (0.114)
CONSTANTE	8.746*** -1.605	11.300*** -2.755	17.944*** -4.144
OBSERVAÇÕES	243	243	243
R2	0.84	0,54	0.56
VALOR DE F			44,39
FIV	2,79		0.0000
RHO		0,3361	0,6602
HAUSMAN		12,52	
		0.0848	
BREUSCH-PAGAN		70,66	
		0.0000	

Desvios-padrão robustos em parênteses

* significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das regressões

Outro ponto a ser destacado é a confirmação empírica da necessidade de dividir a análise em dois períodos. O período de 1995 a 1999 apresenta um estoque de crédito per capita superior ao obtido para o período subsequente. Desta forma, pode-se inferir que após um período de profundos ajustes no sistema bancário e de forte concentração, os bancos resultantes deste processo passaram a conceder crédito de forma mais racionalizada.

Obviamente o ambiente econômico se altera, mas não parece ser a explicação para a diminuição no estoque de crédito per capita registrada para o período de 1999 a 2004, pois exatamente de 1995 a 1999 ocorreram as crises do México, da Ásia, da Rússia e do Brasil, que culminou na flutuação do câmbio em 1999 e adoção da política de metas de inflação. Para o período subsequente, a única

crise, apesar de sua relevância, foi a crise energética. Ou seja, a redução no estoque de crédito per capita para o período de 1999 a 2004 não pode ser fundamentada no ambiente externo e na ocorrência de crises.

Ao contrário do resultado obtido na matriz de correlação, a taxa de juros defasada em um ano, aparece com um efeito negativo sobre o crédito, corroborando o resultado obtido por ARAÚJO e DIAS (2006). Tendo em vista justamente a realidade econômica vivenciada no país para estes anos, pode-se vislumbrar a magnitude deste processo para o crédito e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional. Na mesma época em que ocorre a consolidação do setor bancário, o país também possui um ambiente de taxas de juros reais elevadas, ampliando o impacto na concessão de crédito.

De forma adicional, as variáveis de estoque de depósito, PIB per capita e taxa de juros estão na forma logarítmica, facilitando a análise de sensibilidade do estoque de crédito à variações destas variáveis. Com isso, pode-se inferir que uma variação de 1% no estoque de depósito per capita aumenta em aproximadamente 0,7% o estoque de crédito per capita. Para uma variação semelhante no PIB per capita, há um incremento de 0,18% no estoque de crédito. Quanto à taxa de juros, para cada 1% de aumento nesta, há uma redução de aproximadamente 0,16% no estoque de crédito per capita.

Por fim, vale ressaltar que o modelo aqui trabalhado apresenta um R^2 igual a 84%, demonstrando o alto grau de explicação deste.

Analisando os resultados para os modelos com efeitos aleatórios e efeitos fixos, percebe-se que os resultados, apesar de perderem significância, permanecem em linha com o resultado esperado e obtido para o modelo com dados empilhados. A perda de significância de algumas variáveis pode estar relacionada justamente ao fato de que o modelo com efeitos fixos passa a considerar efeitos específicos de cada UF. É plausível que existam características singulares de cada região que afetem o estoque de crédito, ou seja, a existência de dinâmicas regionais diferenciadas.

De toda forma, o modelo com efeitos aleatórios apresenta resultados mais próximos aos obtidos com dados empilhados do que os resultados obtidos por efeitos fixos e é exatamente o modelo mais adequado, conforme resultado obtido pelo teste de Hausman. No que se refere à autocorrelação serial dos resíduos, para o modelo RE, não existe autocorrelação a 5% (para o resultado dos testes ver anexo V).

Ademais, o teste de Breusch-Pagan que testa a hipótese de que a variância do componente específico seja igual a zero, rejeita a hipótese e indica que a utilização de um modelo de efeito aleatório seria preferível em relação ao modelo de dados empilhados. Na mesma direção, a estatística RHO revela que a variância do componente específico em relação à variância total do resíduo é elevada, especialmente no caso do efeito fixo, mostrando a importância deste componente.

Para o modelo com efeitos aleatórios vale observar que a variável de PIB per capita (*PIBPC*) perde significância, assim como a taxa de juros (*SELIC*). Para a taxa de juros, conforme explicado na seção anterior, foi utilizada a taxa over-selic, mas esta é somente a taxa básica da economia, não sendo de fato a taxa obtida no momento da concessão de crédito. Já é de conhecimento comum que a economia brasileira, para o período em questão, convive com altos spreads bancários⁶¹, acarretando altas taxas de juros na ponta. Desta forma, a perda de significância da taxa de juros tanto no modelo com efeitos aleatórios quanto no com efeitos fixos, pode ser fruto da utilização da taxa de juros básica da economia.

Os demais resultados para o modelo de efeitos aleatórios são semelhantes aos obtidos para o modelo de dados empilhados, com a alteração na magnitude dos coeficientes, destacando-se, neste aspecto, a variação obtida para o coeficiente da razão população / número de agências (*POPAG*), que torna a variável ainda mais importante no seu efeito sobre o crédito.

⁶¹ Ver OREIRO *et. al.* (2007) e OREIRO *et. al.* (2006).

Seria interessante recorrer a um expediente comum em artigos com análise de dados em painel, que costumam apresentar o mesmo modelo em cross-sections para todos os anos em estudo, como forma de aumentar o entendimento sobre a dinâmica do processo e corroborar os resultados obtidos, tornando o modelo mais robusto. No entanto, como o presente modelo apresenta variável defasada no tempo esta prática não é possível.

Além disso, como forma de verificar a robustez do modelo, trocando o índice de theil pelo índice de gini, os resultados permanecem praticamente os mesmos, exceto o próprio coeficiente da variável de concentração, que se tornou bem maior e a variável de PIB per capita que deixa de ser significativa. (para os resultados do modelo com o índice de gini, ver anexo VI).

De qualquer maneira, tendo em vista a matriz de correlação e os resultados obtidos pelo modelo de dados empilhados e de dados em painel com efeitos aleatórios, que foi o método indicado pelo teste de Hausman, o que se verifica é que os resultados corroboram a teoria apresentada e a análise realizada nos capítulos 2 e 3.

Ou seja, o processo de consolidação do setor bancário no Brasil tem gerado um efeito negativo sobre a concessão de crédito ao se realizar a análise levando-se em conta o aspecto regional do processo. Desta forma, a região periférica que passa a ter uma menor rede de atendimento bancário via agências e praticamente deixa de ter sedes de bancos, passa a vivenciar um ambiente onde o crédito é ainda mais racionado.

No próximo capítulo, além de tecer mais algumas considerações sobre os resultados aqui obtidos, faz-se uma análise de pontos que podem ser aprofundados para um melhor entendimento do processo de concentração bancária e seus efeitos sobre a concessão de crédito, assim como a sugestão de algumas medidas que podem mitigar o efeito negativo encontrado.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um debate sobre a relação de causalidade entre desenvolvimento financeiro e desenvolvimento econômico. Esta questão ganha ainda mais importância diante do processo de consolidação do setor bancário e seus efeitos sobre a concessão de crédito. Especificamente no caso brasileiro, onde a consolidação do setor bancário ganhou força após a estabilização da economia em 1994, existem estudos que apontam para uma relação causal positiva e unidirecional entre crescimento econômico e desenvolvimento financeiro. Não obstante, são vários os textos que abordam os efeitos negativos da concentração bancária sobre o crédito.

Desta forma, esta dissertação pretendeu captar os impactos da concentração bancária sobre a concessão de crédito, e é possível afirmar que a hipótese aqui apresentada, na qual a consolidação do setor bancário possui impacto negativo sobre a concessão de crédito, foi corroborada pelos resultados obtidos. Este resultado está em linha com o obtido por VASCONCELOS *et. al.* (2004)

Fica evidente que a presença de agências e sedes bancárias nas regiões está relacionada positivamente com o crédito. Desta forma, a realocização das agências nas regiões mais desenvolvidas do país, assim como a concentração regional das sedes bancárias, acarretam uma redução no estoque de crédito per capita nas demais regiões. Além disso, percebe-se pelos resultados que o processo de realocização das agências acarreta um impacto maior sobre o crédito do que o processo de concentração das sedes bancárias.

Tendo em vista que as regiões que deixaram de possuir sedes bancárias e passaram a ter uma maior relação entre população e número de agências, são as menos desenvolvidas do país, percebe-se a existência de um mecanismo prejudicial ao desenvolvimento destas.

Além disso, observou-se empiricamente os efeitos da concentração bancária. Após um período de forte ajuste, os bancos passam a racionar mais fortemente o crédito, possivelmente fruto do maior poder de mercado que passam a exercer.

Os demais resultados obtidos mostram o alinhamento do modelo com a teoria existente, na qual tanto o produto per capita, quanto o estoque de depósitos apresentam impactos positivos sobre o crédito. Por outro lado, a taxa de juros afeta negativamente o estoque de crédito.

Assim, mesmo que a privatização tenha impactado a produtividade do setor bancário de forma positiva (NAKANE e WEINTRAUB, 2006), o presente trabalho mostra os efeitos do processo de consolidação do setor no Brasil, no qual a privatização é um dos pilares, sobre o crédito. Não se pretende discutir a privatização e seus efeitos sobre o sistema financeiro, pois não foi motivo de análise neste trabalho. O que é importante observar é que um resultado da privatização foi a concentração dos ativos nas mãos de poucos bancos, com efeito deletério sobre o crédito. Ademais, conforme visto nos capítulos 2 e 3, o crédito é uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico.

Não obstante, apesar dos resultados mostrarem o efeito negativo da concentração bancária sobre o crédito, não se pode desprezar que o setor industrial também é concentrado no Brasil. Desta forma, várias operações de crédito contabilizadas na região da sede industrial têm seus recursos aplicados em projetos de outra região. De qualquer forma, este tipo de análise não prejudica os resultados obtidos, mas indicam que o presente trabalho não esgota o assunto aqui tratado, sendo possível aprofundar a pesquisa e obter melhor ajustamento do modelo.

Uma possibilidade de melhoria é a adoção de expectativas para o crescimento econômico e para as taxas de juros e de inflação como variáveis explicativas. As séries para as expectativas não estão disponíveis para todo o período aqui em análise, mas podem ser úteis em trabalhos que possuam a data de início dos dados mais recente.

Outra possibilidade de aprofundamento do trabalho está no detalhamento dos dados por município e a desagregação do crédito por tipo de operação (por produto). Conforme CORVOSIER e GROPP (2001), a questão da natureza do produto é relevante na análise da concentração bancária e seus efeitos sobre as taxas cobradas.

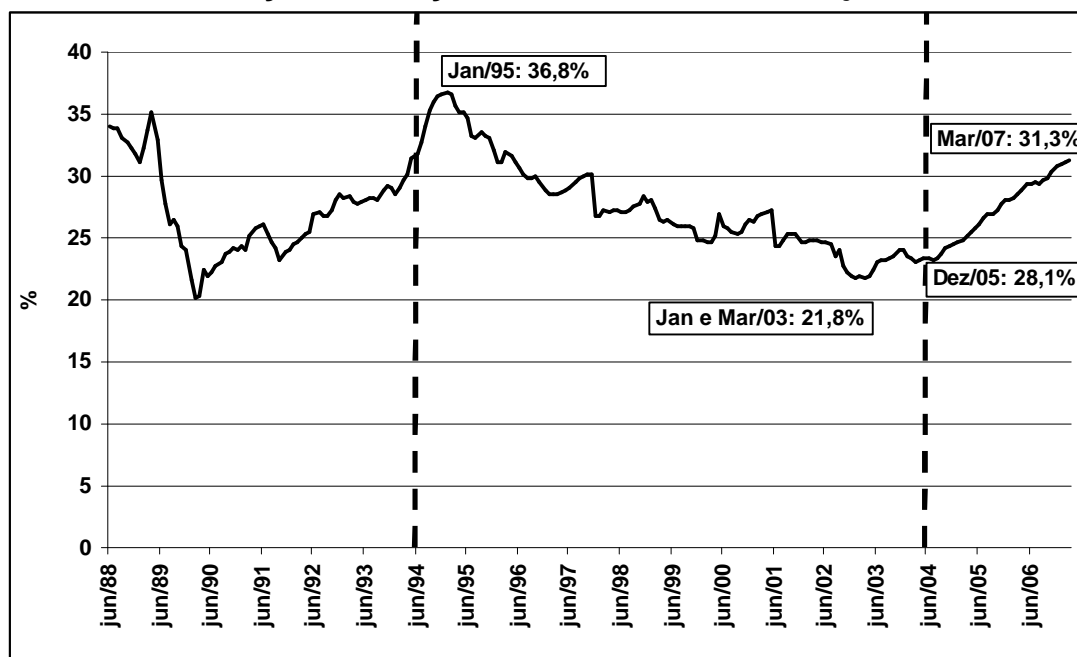
Por fim, conforme salientado por CAVALCANTE *et al.* (2004), a oferta de crédito é influenciada não só pela preferência pela liquidez, mas também pelo estágio de desenvolvimento bancário. Assim, é interessante aprofundar na questão do grau de desenvolvimento do sistema bancário e financeiro no Brasil.

De qualquer forma, dado o mecanismo prejudicial à concessão de crédito, especialmente para as regiões periféricas, existem algumas medidas que podem mitigar este efeito. Medidas que visem reduzir a concentração bancária, assim como aquelas que possibilitem uma maior facilidade na captação de informações e transferência destas entre instituições, podem gerar resultados positivos na oferta de crédito.

Observa-se que, no período 2004/2006, o crédito tem aumentado, inclusive fazendo a relação crédito sobre PIB aumentar novamente após vários anos de redução, conforme gráfico 4. Para o período aqui analisado, a maior relação ocorre no mês inicial da série, janeiro de 1995. Depois percebe-se claramente uma tendência declinante até março/2003, quando ocorre uma inflexão na tendência.

Esta inflexão pode estar relacionada com um ambiente econômico mais favorável, onde as expectativas quanto ao crescimento econômico se tornam mais positivas, bem como medidas de política creditícia, como o crédito consignado. Também pode ser fruto de melhorias nos sistemas e cadastros de informações dos tomadores de recursos.

Gráfico 4 – Evolução da relação crédito / PIB no Brasil: jun/88-mar/07



Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos do Sistema Gerenciador de Séries Temporais, Banco Central do Brasil (2006)

Nota: crédito/PIB: operações de crédito do sistema financeiro (risco total)/PIB.

De qualquer forma, o Brasil apresenta uma relação de crédito em relação ao PIB inferior a de outros países (ver figura 3), refletindo o potencial de crescimento que esta ferramenta possui no país como um todo. Além disso, dentro deste contexto, se encaixa o racionamento de crédito nas regiões periféricas do país, onde a relação é ainda menor.

Neste sentido, é positiva a sugestão de BELAISCH (2003), para a qual é necessária uma reforma nas bases legais e estruturais sobre as quais o sistema bancário opera, para aumentar a competitividade⁶². Exemplo destas reformas são mudanças nas altas taxas de compulsório, que elevam o custo da intermediação. BLUM e NAKANE (2005), sugerem redução no nível mínimo legal de capital.

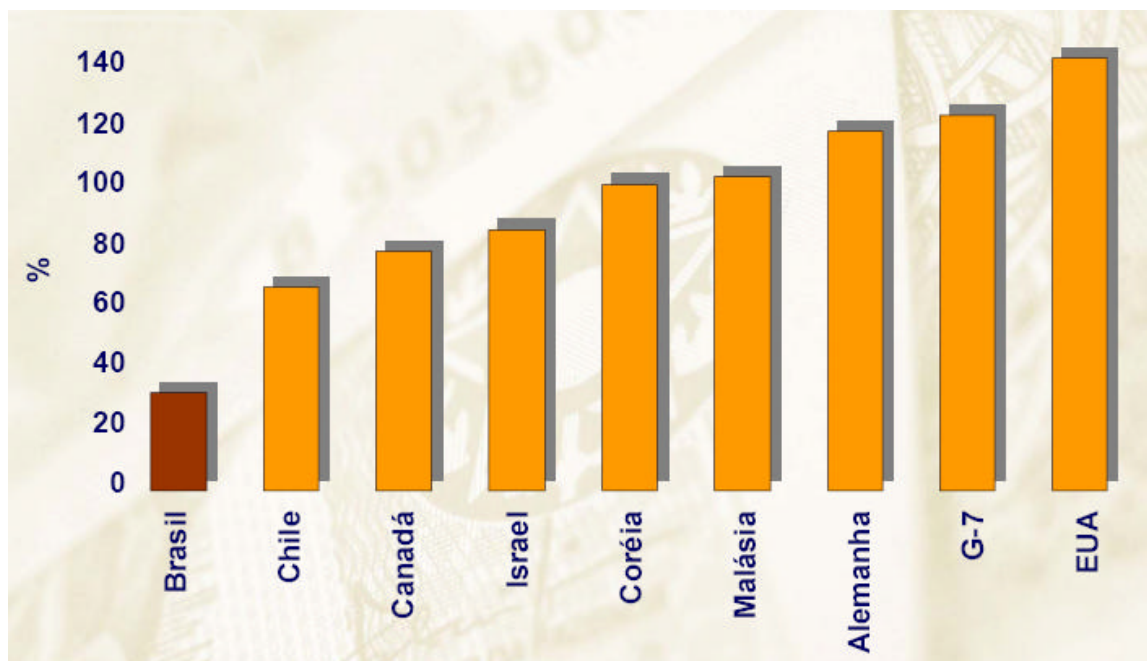
Outra medida que poderia melhorar a tomada de decisão quanto à concessão de crédito é a efetiva adoção da proposta já elaborada pelo Banco Central de formatar um cadastro de bons pagadores. Atualmente, existem cadastros e bases de dados referentes a credores com histórico negativo⁶³, mas não existe uma base que indique para um determinado tomador de recurso se o financiamento

⁶² "(...) a crescente participação estrangeira nos anos recentes não modificou dramaticamente o *modus operandi* do sistema bancário" (BELAISCH, 2003: pp.7)

⁶³ Para maiores detalhes ver PINHEIRO e CABRAL (1999).

almejado é o primeiro que solicita ou se já possui um histórico de boas relações com o sistema financeiro⁶⁴.

Figura 3 – Crédito em relação ao PIB em 2006



Fonte: MEIRELLES, 2006.

Da mesma forma, este histórico de crédito não deve ser restrito à instituição financeira no qual o cliente é correntista. Obviamente obedecendo à legislação de sigilo bancário, mediante solicitação do próprio cliente, outra instituição bancária deveria ter acesso ao seu histórico de crédito. Esta possibilidade de transferência de informação diminuiria o custo de transferência e a assimetria de informação, aumentando a concorrência entre os bancos.

“Compartilhamento da informação, documentação do histórico de crédito e o funcionamento adequado do registro de crédito são importantes ferramentas na redução do impacto de assimetrias informacionais, e conseqüentemente, restrições de financiamento” (GALINDO e SCHIANTARELLI, 2002: pp.22).

⁶⁴ STUDART (2005) também defende a idéia de que bases de dados de risco de crédito podem reduzir problemas de assimetria da informação.

Uma terceira proposta, que também merece estudos mais detalhados, é a manutenção e implantação de bancos e agências de desenvolvimento, até que o mercado de crédito bancário apresente uma realidade diferente da atual, com maior concorrência e abrangência nacional. Idéia semelhante é apresentada por FREITAS (2005), que reconhece a importância dos Bancos e Agências de Desenvolvimento, pelo menos para o curto prazo. Neste caso, as agências e bancos de desenvolvimento possuem função primordial até que ocorra a queda dos spreads e o sistema bancário possa realizar empréstimos de longo prazo. Vale ressaltar que a existência de bancos de desenvolvimento não está condicionada à existência de financiamentos direcionados⁶⁵.

Por fim, em linha com o exposto por LEVINE (1999) e PINHEIRO (1999), ajustes no marco legal e regulatório do sistema financeiro e jurídico brasileiro podem prover um ambiente mais propício à concessão de crédito. Mas, conforme já relatado, este campo de estudo está fora do escopo do presente trabalho. Da mesma forma, o fortalecimento do mercado de capitais como forma alternativa de captação de recursos, pode ser uma nova possibilidade para as empresas de maior porte.

⁶⁵ “(...) observou-se que os financiamentos direcionados aos setores agroindustrial e imobiliário diminuem a velocidade de convergência [dos Estados brasileiros]. Tratam-se de modalidades para as quais parte das captações bancárias deve ser, obrigatoriamente, direcionada. Isso corrobora resultados de impactos negativos das finanças sobre o crescimento em algumas circunstâncias. Talvez a obrigatoriedade de direcionamento de recursos para esses setores esteja gerando ineficiências, as quais, porém, certamente merecem uma análise mais detalhada” (ALEXANDRE, *et al.*, 2004: pp. 16).

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Michel *et al.* Determinantes das decisões locacionais da atividade financeira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n.2, p. 243-263, maio/ago. 2006.

ALEXANDRE, Michel *et al.* Distribuição espacial da atividade bancária no Brasil: dimensões e indicadores. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 11-33, jan./abr., 2005.

ALEXANDRE, Michel *et al.* Distribuição regional do crédito bancário e convergência no crescimento estadual brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa, PB. **Anais**. Belo Horizonte: ANPEC, 2004. (Disponível em CD-ROM)

ALVES JR, Antônio José. Sistematização do debate sobre “Sistema de Financiamento do Desenvolvimento”. In: CASTRO, Ana Célia. **Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. v. 2.

AMADO, Adriana. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 417-440, set./dez. 1997.

AMADO, Adriana. Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, F. G. **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 147-168.

AMADO, Adriana. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1, jan./mar. 1998.

ARAÚJO, Eliane; DIAS, Joilson. Endogeneidade do setor financeiro e crescimento econômico: uma análise empírica para a economia brasileira (1980-2003). **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 575-610, set./dez. 2006.

ARAÚJO, L. *et al.* Competição e concentração entre os bancos brasileiros. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 8., 2005, Porto Alegre, RS. **Anais**. Porto Alegre: ANPEC–SUL, 2005. (Disponível em CD-ROM)

ARESTIS, P.; DEMETRIADES, P. Financial development and economic growth: assessing the evidence. **Economic Journal**, v. 107, n. 442, p. 783-799, May 1997.

BALTAGI, Baldi. **Econometric analysis of panel data**. 3. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2005. 302 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema financeiro nacional**: composição e evolução do SFN, relatório de evolução do SFN. 2005. Disponível em: <<http://www5.bcb.gov.br/?REVSFN200512>>, Acesso em: 05/06/2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema financeiro nacional**: informações cadastrais e contábeis. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INFCADASTRO>> Acesso em: 05/06/2006.

BARBACHAN, J. S. F.; FONSECA, M. M. **Concentração bancária brasileira**: uma análise microeconômica. São Paulo: IBMEC, 2004. (FinanceLab working paper; 2).

BAUM, C. *et al.* **The second moments matter**: the response of bank lending behavior to macroeconomic uncertainty. Leicester, UK: University of Leicester, 2004. 36 p. (Working paper, 04/13)

BAUMOL, W. *et al.* **Contestable markets and the theory of industry structure**. Rev. ed. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1988. 538 p.

BECK, T. *et al.* Bank concentration, competition, and crises: first results. **Journal of Banking and Finance**, v. 30, n. 5, p. 1581-1603, May 2006.

BELAISCH, Agnès. **Do Brazilian banks compete?** Washington, D.C.: IMF, 2003. (Texto para discussão, 03/113)

BLUM, D.; NAKANE, M. O impacto de requerimentos de capital na oferta de crédito bancário no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal, RN. **Anais**. Belo Horizonte: ANPEC, 2005. (Disponível em CD-ROM)

CAMERON, A.C.; TRIVEDI, Pravin K. Linear panel models: basics. In: **Microeconometrics**: methods and applications. Cambridge: Cambridge University, 2005. Cap. 21.

CARLING, K. *et al.* **Corporate credit risk modelling and the macroeconomy**. 2004. Disponível em: <<http://www.riksbank.com/upload/Research/roszbach/CarlingJacobsonLindeRoszbach-CreditRiskModelling&Macroeconomy-20041203.pdf> >

CAVALCANTE, A. *et al.* **Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. 22 p. (Texto para discussão, 237).

CORRÊA, Vanessa Petrelli. Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico: um estudo dos anos 1980 e 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, F. G. **Moeda e território**: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 169-210.

CORVOSIER, S.; GROPP, R. **Bank concentration and retail interest rates**. Frankfurt: European Central Bank, 2001. 76 p. (Working paper; 72)

CROCCO, Marco e JAYME JR., Frederico G. O ressurgimento da geografia da moeda e do sistema financeiro. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, F. G.. **Moeda e território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 11-26.

DE PAULA, L. F. R e ALVES JR., A. J. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 21, n. 29, p. 137-162, 2003.

DE PAULA, L. F. R. *et al.* Ajuste Patrimonial e Padrão de Rentabilidade dos Bancos Privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 31, n. 2, pp. 285-319, abr/jun. 2001.

DE PAULA, L.F.R.; MARQUES, Maria B.L. Tendências recentes da consolidação bancária no mundo e no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9 , junho, 2004.,Uberlândia, MG. **Anais**. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004. (Disponível em CD-ROOM)

DEMETRIADES, P.O.; HUSSEIN, K.A. Does financial development cause economic growth? Time series evidence from 16 countries. **Journal of Development Economics**, v. 51, n. 2, p. 387-411, Dec.1996.

FERREIRA, C.; FARINA, E. Concorrência e performance do setor bancário em um mercado heterogêneo. **Economia Revista da ANPEC**, v. 6, n. 3., p. 157-189, Dez 2005. (número especial Selecta)

FREITAS, Carlos E. **A experiência brasileira com instituições financeiras de desenvolvimento**. Santiago de Chile: CEPAL, 2005. 115 p. (Financiamiento del desarrollo; 155)

GALINDO, A.; SCHIANTARELLI, F. **Credit constraints in Latin America: an overview of the micro evidence**. Boston: Boston College, 2002. 27 p. (Working papers in economics)

IBGE. **Contas regionais**. Brasília: IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 05/06/2006

IPEA. **Ipeadata: dados macroeconômicos e regionais**. Brasília: IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 05/06/2006

JAYARATNE, J.; STRAHAN, P. E. The finance-growth nexus: evidence from bank branch deregulation. **Quartely Journal of Economics**, v. 111, n. 3, p. 639-670, Aug. 1996.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992. 328 p.

LEVINE, R. *et al.* Financial Intermediation and growth: causality and causes. **Journal of Monetary Economics**, v. 46, n. 1, p. 31-77, Aug. 2000.

LEVINE, R. Financial development and economic growth: views and agenda. **Journal of Economic Literature**, v. 35, n. 2, p.688-726, Jun. 1997.

LEVINE, R.; ZERVOS, S. Stock markets, banks, and economic growth. **The American Economic Review**, v. 88, n. 3, p.537-558, June 1998.

MATOS, O. C. **Desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico no Brasil**: evidências de causalidade. Brasília, D.F.: Banco Central do Brasil, 2002. 64 p. (Trabalhos para discussão; 49)

MEIRELLES, Henrique de Campos. **Tendências de financiamento ao setor privado**. Brasília, D.F.: Banco Central do Brasil, 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?APRES200611>>

NAKANE, M. **A test of competition in Brazilian Banking**. Brasília, D.F.: Banco Central do Brasil, 2001. 24 p. (Working paper; 12)

NAKANE, M.; ALENCAR, L.S.;KANCZUC, F. **Demand for bank services and market power in Brazilian banking**. Brasília, D.F.: Banco Central do Brasil, 2006. 46 p. (Working paper, 107)

NAKANE, M.; WEINTRAUB, D. **Bank privatization and productivity: evidence for Brazil**. Brasília, D.F.: Banco Central do Brasil, 2004. 54 p. (Working paper, 90)

NEUBERGER, D. **Structure, conduct and performance in banking markets**. Rostock: Universitat of Rostock, 1997. 29 p. (Working paper, 12)

OREIRO, J. *et al.* Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 4, p. 609-634, out./dez. 2006.

OREIRO, J. *et al.* Por que o custo do capital no Brasil é tão alto? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12., 2007, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2007. v. 1. p. 25-50.

OREIRO, José Luis. Preferência pela liquidez, racionamento de crédito e concentração bancária: uma nova teoria pós-keynesiana da firma bancária. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n.1, p.101-131,2005.

PETERSEN, M.; RAJAN, R.G. The benefits of lending relationships: evidence from small business data. **Journal of Finance**, v. 49, n.1, p. 3-37, Mar. 1994.

PINHEIRO, Armando C.; CABRAL, C. **Credit markets in Brazil**: the role of judicial enforcement and other institutions. New York: Banco Interamericano de Desarrollo, 1999. (Documento de trabajo, R-368)

RAJAN, R. G.; ZINGALES, L. Financial dependence and growth. **American Economic Review**, v. 88, n. 3, p. 559-586, June 1998.

RUNDE, Jochen. Keynesian uncertainty and liquidity preference. **Cambridge Journal of Economics**, v. 18, n. 2, p. 129-144, Apr. 1994.

- SALAZAR P., DAVID A. **Medidas de concentração na indústria bancária: algumas observações para Brasil, Equador e Panamá.** (s.n.t), 2005.
- SAPIENZA, P. The effects of banking mergers on loan contracts. **The Journal of Finance**, v. 57, n. 1, p. 329-367, Feb. 2002.
- SICSÚ, João; CROCCO, Marco. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia**, Niterói, v. 4, n. 1, p. 85-112, jan./jun. 2003.
- SOARES, Ricardo P. **Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 46 p. (Texto para discussão; 808)
- STIGLITZ, J.; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. **American economic review**, v. 71, n. 3, p. 393-410, 1981.
- STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 1, p. 101-118, jan./mar, 1993.
- STUDART, R. The state, the markets and development financing. **CEPAL Review**, n. 85, p. 19-32, Apr. 2005.
- TONOOKA, E.; KOYAMA, S. **Taxa de juros e concentração bancária no Brasil.** Brasília, D.F.: Banco Central do Brasil, 2003. 35 p. (Trabalhos para discussão, 62)
- TROSTER, Roberto L. **Concentração bancária.** São Paulo:FEBRABAN, 2004. 16 p. (Estudos, textos e ensaios) Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Conc0404.pdf>>
- VASCONCELOS, Marcos R. *et al.* O todo e as partes: uma análise da desigualdade de crédito entre os estados brasileiros e os determinantes do crédito bancário com a aplicação de dados em painel. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.13, n. 22, p. 123-149, jan./jun. 2004.
- VILHENA, Fernanda; SICSÚ, João. Mapeamento da produtividade do trabalho nos bancos brasileiros. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, F. G. **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 271-294.
- WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data.** Cambridge, Mass.: MIT, 2002. 752 p.

ANEXOS

Anexo I – Critério do Banco Central para classificação das instituições por porte

A classificação das instituições por porte é feita com base no ativo total ajustado apresentado pelos bancos comerciais, bancos múltiplos e caixa econômica no mês de dezembro, com base nos seguintes critérios:

- 1) Relaciona-se a participação relativa do ativo total ajustado de cada instituição com a soma dos ativos totais ajustados de todas as instituições consideradas. As instituições cujo percentual de participação individual é superior a 15% são consideradas de grande porte e excluídas da amostra.
- 2) Toma-se a amostra dos demais bancos e os classifica em ordem decrescente de suas participações individuais no total dos ativos dessa amostra e acumulam-se essas participações.
- 3) Faz-se os cortes quando esse acumulado atinge 70%, 95% e 100% dos ativos dessa amostra;
- 4) As instituições que compõem a faixa de até 70%, inclusive, do montante de participação acumulada, também são consideradas de grande porte, juntamente com aquelas apuradas no item 1. As instituições que compõem a faixa acima de 70% até 95% são consideradas de médio porte. As que compõem a faixa acima de 95% até 100% são consideradas de pequeno porte.

Anexo II – Relação de bancos considerados para a formulação da variável de número de sedes bancárias (numsede)

Ano: 2004

2004					
Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede
1	BB	DF	68	SOCIETE GENERALE	SP
2	CEF	DF	69	LLOYDS	SP
3	BRADESCO	SP	70	PRIMUS	SP
4	ITAU	SP	71	MODAL	RJ
5	UNIBANCO	SP	72	ARBI	RJ
6	SANTANDER BANESPA	SP	73	INTERCAP	SP
7	ABN AMRO	SP	74	PEBB	RJ
8	SAFRA	SP	75	PARANA	PR
9	HSBC	PR	76	FATOR	SP
10	NOSSA CAIXA	SP	77	PECUNIA	SP
11	VOTORANTIM	SP	78	RENDIMENTO	SP
12	CITIBANK	SP	79	SOCOPA	SP
13	BANKBOSTON	SP	80	BCOMURUGUAI	RS
14	BNB	CE	81	BONSUCESSO	MG
15	BANRISUL	RS	82	GUANABARA	RJ
16	CREDIT SUISSE	SP	83	FICSA	SP
17	ALFA	SP	84	UBS WARBURG	RJ
18	JP MORGAN CHASE	SP	85	LUSO BRASILEIRO	SP
19	PACTUAL	RJ	86	BEPI	PI
20	SANTOS - Sob Intervenção	SP	87	VR	SP
21	BNP PARIBAS	SP	88	RENNER	RS
22	BBM	BA	89	CREDIBEL	SP
23	RURAL	RJ	90	MORADA	RJ
24	DEUTSCHE	SP	91	GERDAU	RS
25	BIC	SP	92	OPPORTUNITY	RJ
26	BASA	PA	93	MATONE	RS
27	MERCANTIL DO BRASIL	MG	94	RIBEIRAO PRETO	SP
28	RABOBANK	SP	95	EMBLEMA	MG
29	BANESTES	ES	96	LA PROVINCIA	SP
30	FIBRA	SP	97	CARGILL	SP
31	BMG	MG	98	CEDULA	RJ
32	SS	SP	99	MÁXIMA	RJ
33	ABC-BRASIL	SP	100	UNO - E	SP
34	CRUZEIRO DO SUL	SP	101	BANCNACION	SP
35	BESC	SC	102	LEMON BANK	SP
36	IBIBANK	SP	103	LA REPUBLICA	SP
37	BRB	DF	104	POTTENCIAL	MG
38	BANCOOB	DF	105	BANCAP	BA
39	BMC	SP	106	KEB	SP
40	DRESDNER	SP	107	BM&F	SP
41	CREDIT LYONNAIS	SP	108	UNION	SP
42	AMEX	SP			
43	WESTLB	SP			
44	BEC	CE			
45	CLASSICO	RJ			
46	BCO JOHN DEERE	RS			
47	SOFISA	SP			
48	PINE	SP			
49	ING	SP			
50	DAYCOVAL	SP			
51	BANSICREDI	RS			
52	TOKYOMITSUBISHI	SP			
53	BANESE	SE			
54	SCHAHIN	SP			
55	MORGAN STANLEY	SP			
56	CACIQUE	SP			
57	SMBC	SP			
58	INDUSTRIAL DO BRASIL	SP			
59	TRIANGULO	MG			
60	BRASCAN	RJ			
61	BVA	RJ			
62	BARCLAYS	SP			
63	BANPARA	PA			
64	GE CAPITAL	SP			
65	INDUSVAL	SP			
66	BGN	PE			
67	PROSPER	RJ			

Ano: 2003

2003					
Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede
1	BB	DF	68	MODAL	RJ
2	CEF	DF	69	INDUSVAL	SP
3	BRADESCO	SP	70	INTER AMEX	SP
4	ITAU	SP	71	PEBB	RJ
5	UNIBANCO	SP	72	CREDIT LYONNAIS	SP
6	ABN AMRO	SP	73	ARBI	RJ
7	SANTANDER BANESPA	RJ	74	SOCIETE GENERALE	SP
8	SAFRA	SP	75	RENDIMENTO	SP
9	NOSSA CAIXA	SP	76	CREDIBEL	SP
10	HSBC	PR	77	MORGAN STANLEY	SP
11	CITIBANK	SP	78	BCOMURUGUAI	RS
12	VOTORANTIM	SP	79	CARGILL	SP
13	BANKBOSTON	SP	80	INTERCAP	SP
14	BNB	CE	81	BGN	PE
15	BANRISUL	RS	82	GUANABARA	RJ
16	CREDIT SUISSE	SP	83	PECUNIA	SP
17	SANTOS	SP	84	VR	SP
18	ALFA	SP	85	PARANA	PR
19	JP MORGAN CHASE	SP	86	FICSA	SP
20	RURAL	RJ	87	BONSUCESSO	MG
21	PACTUAL	RJ	88	SOCOPA	SP
22	DEUTSCHE	SP	89	FATOR	SP
23	BASA	PA	90	UBS WARBURG	RJ
24	BIC	SP	91	LUSO BRASILEIRO	SP
25	BBM	BA	92	RENNER	RS
26	BNP PARIBAS	SP	93	MORADA	RJ
27	FIBRA	SP	94	BEPI	PI
28	MERCANTIL DO BRASIL	MG	95	RIBEIRAO PRETO	SP
29	RABOBANK	SP	96	OPPORTUNITY	RJ
30	BANESTES	ES	97	STOCK	RJ
31	BESC	SC	98	MATONE	RS
32	ABC-BRASIL	SP	99	LA PROVINCIA	SP
33	SS	SP	100	GERDAU	RS
34	BMC	SP	101	CEDULA	RJ
35	WESTLB	SP	102	UNO - E	SP
36	CRUZEIRO DO SUL	SP	103	LEMON BANK	SP
37	BMG	MG	104	LA REPUBLICA	SP
38	TOKYOMITSUBISHI	SP	105	EMBLEMA	MG
39	ING	SP	106	BANCNACION	SP
40	BRB	DF	107	POTTENCIAL	MG
41	BANCOOB	DF	108	BANCAP	BA
42	BVA	RJ	109	UNION	SP
43	LLOYDS	SP	110	KEB	SP
44	BNL	SP			
45	DRESDNER	SP			
46	BEC	CE			
47	PINE	SP			
48	SOFISA	SP			
49	SMBC	SP			
50	CACIQUE	SP			
51	CLASSICO	RJ			
52	PROSPER	RJ			
53	BANESE	SE			
54	IBIBANK	SP			
55	BANSICREDI	RS			
56	BCO JOHN DEERE	RS			
57	INDUSTRIAL DO BRASIL	SP			
58	DAYCOVAL	SP			
59	BRASCAN	RJ			
60	ZOGBI	SP			
61	SCHAHIN	SP			
62	BEM	MA			
63	BARCLAYS	SP			
64	GE CAPITAL	SP			
65	BANPARA	PA			
66	PRIMUS	SP			
67	TRIANGULO	MG			

Ano: 2002

2002					
Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede
1	BB	DF	68	IBIBANK	SP
2	CEF	DF	69	TRIANGULO	MG
3	BRDESCO	SP	70	CLASSICO	RJ
4	ITAU	SP	71	BANPARA	PA
5	UNIBANCO	SP	72	BCOMURUGUAI	RS
6	SANTANDER BANESPA	RJ	73	ARBI	RJ
7	ABN AMRO	SP	74	BANIF	RJ
8	CITIBANK	SP	75	SOCIETE GENERALE	SP
9	NOSSA CAIXA	SP	76	CREDIT LYONNAIS	SP
10	HSBC	PR	77	INDUSVAL	SP
11	BANKBOSTON	SP	78	MÁXIMA	RJ
12	SAFRA	SP	79	RENDIMENTO	SP
13	VOTORANTIM	SP	80	GUANABARA	RJ
14	SUDAMERIS	SP	81	CARGILL	SP
15	BILBAO VIZCAYA	BA	82	BGN	PE
16	BANRISUL	RS	83	MODAL	RJ
17	BNB	CE	84	BEPI	PI
18	JP MORGAN CHASE	SP	85	INTERCAP	SP
19	LLOYDS	SP	86	PECUNIA	SP
20	SANTOS	SP	87	FATOR	SP
21	ALFA	SP	88	PARANA	PR
22	RURAL	RJ	89	FICSA	SP
23	BASA	PA	90	UBS WARBURG	RJ
24	BNP PARIBAS	SP	91	SOCOPA	SP
25	CREDIT SUISSE	SP	92	LUSO BRASILEIRO	SP
26	FIBRA	SP	93	LA PROVINCIA	SP
27	WESTLB	SP	94	BONSUCESO	MG
28	ABC-BRASIL	SP	95	MORADA	RJ
29	RABOBANK	SP	96	RIBEIRAO PRETO	SP
30	PACTUAL	RJ	97	RENNER	RS
31	ING	SP	98	CREDIBEL	SP
32	MERCANTIL DO BRASIL	MG	99	OPPORTUNITY	RJ
33	BIC	SP	100	VR	SP
34	TOKYOMITSUBISHI	SP	101	GERDAU	RS
35	BANESTES	ES	102	MORGAN STANLEY	SP
36	DRESDNER	SP	103	CEDULA	RJ
37	DEUTSCHE	SP	104	MATONE	RS
38	BNL	SP	105	LA REPUBLICA	SP
39	BESC	SC	106	BANCNACION	SP
40	BRASCAN	RJ	107	UNION	SP
41	SS	SP	108	KEB	SP
42	BRB	DF	109	LEMON BANK	SP
43	SOFISA	SP	110	POTTENCIAL	MG
44	BMC	SP	111	BANCAP	BA
45	BMG	MG			
46	SMBC	SP			
47	BANCOOB	DF			
48	SUL AMERICA	SP			
49	BBM	BA			
50	BEC	CE			
51	GE CAPITAL	SP			
52	BARCLAYS	SP			
53	PINE	SP			
54	CACIQUE	SP			
55	INDUSTRIAL DO BRASIL	SP			
56	BVA	RJ			
57	BCO JOHN DEERE	RS			
58	BANSICREDI	RS			
59	BEM	MA			
60	AMEX	SP			
61	BANESE	SE			
62	DAYCOVAL	SP			
63	ZOGBI	SP			
64	SCHAHIN	SP			
65	CRUZEIRO DO SUL	SP			
66	PROSPER	RJ			
67	PEBB	RJ			

Ano: 2001

2001					
Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede
1	BB	DF	68	SOCIETE GENERALE	SP
2	CEF	DF	69	BANCOOB	DF
3	BRDESCO	SP	70	BCOMURUGUAI	RS
4	ITAU	SP	71	BEA	AM
5	SANTANDER BANESPA	RJ	72	BANPARA	PA
6	UNIBANCO	SP	73	SCHAHIN	SP
7	ABN AMRO	SP	74	ARBI	RJ
8	SAFRA	SP	75	BANSICREDI	RS
9	BANKBOSTON	SP	76	CARGILL	SP
10	CITIBANK	SP	77	INDUSTRIAL DO BRASIL	SP
11	NOSSA CAIXA	SP	78	FATOR	SP
12	HSBC	PR	79	TRIANGULO	MG
13	SUDAMERIS	SP	80	CLASSICO	RJ
14	BBA-CREDITANSTALT	SP	81	CREDIT LYONNAIS	SP
15	VOTORANTIM	SP	82	INDUSVAL	SP
16	BILBAO VIZCAYA	BA	83	PRIMUS	RJ
17	BNB	CE	84	STOCK	RJ
18	BANRISUL	RS	85	IBIBANK	SP
19	LLOYDS	SP	86	UBS WARBURG	RJ
20	MERCANTIL SP	SP	87	GUANABARA	RJ
21	DEUTSCHE	SP	88	CREDIBEL	SP
22	JP MORGAN CHASE	SP	89	BEPI	PI
23	CREDIT SUISSE	SP	90	INTERCAP	SP
24	PACTUAL	RJ	91	OPPORTUNITY	RJ
25	SANTOS	SP	92	FICSA	SP
26	ALFA	SP	93	WACHOVIA	SP
27	RURAL	RJ	94	SOCOPA	SP
28	BASA	PA	95	LA PROVINCIA	SP
29	ABC-BRASIL	SP	96	PECUNIA	SP
30	BNL	SP	97	RENDIMENTO	SP
31	MERCANTIL DO BRASIL	MG	98	PARANA	PR
32	BNP PARIBAS	SP	99	MORADA	RJ
33	EUROPEU	SP	100	RENNER	RS
34	DRESDNER	SP	101	BGN	PE
35	BRASCAN	RJ	102	LUSO BRASILEIRO	SP
36	BANESTES	ES	103	VR	SP
37	FIBRA	SP	104	MODAL	RJ
38	ING	SP	105	RIBEIRAO PRETO	SP
39	TOKYOMITSUBISHI	SP	106	BONSUCESSO	MG
40	BIC	SP	107	MORGAN STANLEY	SP
41	BESC	SC	108	MATONE	RS
42	RABOBANK	SP	109	GERDAU	RS
43	SS	SP	110	CEDULA	RJ
44	BBM	BA	111	BANCNACION	SP
45	BRB	DF	112	KEB	SP
46	BEG	GO	113	FINANCIAL	SP
47	SMBC	SP	114	BOREAL	RJ
48	PROSPER	RJ	115	UNION	SP
49	BARCLAYS GALICIA	SP	116	FICRISA AXELRUD	RS
50	BMC	SP	117	LA REPUBLICA	SP
51	PINE	SP	118	PATAGON	SP
52	BMG	MG	119	INDUSCRED	SP
53	BVA	RJ	120	BANCAP	BA
54	BEC	CE	121	POTTENCIAL	MG
55	INTER AMEX	SP			
56	SOFISA	SP			
57	ZOGBI	SP			
58	CACIQUE	SP			
59	BEM	MA			
60	DAYCOVAL	SP			
61	CRUZEIRO DO SUL	SP			
62	GE CAPITAL	SP			
63	PEBB	RJ			
64	BANESE	SE			
65	BCO JOHN DEERE	RS			
66	SUL AMERICA	SP			
67	INVESTCRED	RJ			

Ano: 2000

2000					
Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede
1	BB	DF	68	PINE	SP
2	CEF	DF	69	BVA	RJ
3	BRADESCO	SP	70	BEA	AM
4	ITAU	SP	71	PRIMUS	RJ
5	UNIBANCO	SP	72	TRIANGULO	MG
6	BANESPA	SP	73	DAYCOVAL	SP
7	ABN AMRO	SP	74	BANSICREDI	RS
8	SANTANDER BRASIL	RJ	75	CRUZEIRO DO SUL	SP
9	SAFRA	SP	76	INVESTCRED	RJ
10	HSBC	PR	77	INDUSTRIAL DO BRASIL	SP
11	NOSSA CAIXA	SP	78	BANCOOB	DF
12	BANKBOSTON	SP	79	PROSPER	RJ
13	CITIBANK	SP	80	PARAIBAN	PB
14	BBA-CREDITANSTALT	SP	81	SCHAHIN	SP
15	SUDAMERIS	SP	82	CLASSICO	RJ
16	BILBAO VIZCAYA	BA	83	CARGILL	SP
17	BNB	CE	84	BCOMURUGUAI	RS
18	MERCANTIL SP	SP	85	INDUSVAL	SP
19	BANRISUL	RS	86	WACHOVIA	SP
20	VOTORANTIM	SP	87	GUANABARA	RJ
21	LLOYDS	SP	88	UBS WARBURG	RJ
22	CHASE	SP	89	LA PROVINCIA	SP
23	ALFA	SP	90	BEPI	PI
24	CSFB GARANTIA	SP	91	INTERCAP	SP
25	SANTOS	SP	92	FICSA	SP
26	RURAL	RJ	93	PECUNIA	SP
27	MERCANTIL DO BRASIL	MG	94	CREDIBEL	SP
28	BASA	PA	95	GE CAPITAL	SP
29	DRESDNER	SP	96	VR	SP
30	BBM	BA	97	SANTOS NEVES	ES
31	ABC-BRASIL	SP	98	MORADA	RJ
32	BANESTES	ES	99	ARAUCARIA	PR
33	EUROPEU	SP	100	RENNER	RS
34	BNL	SP	101	PARANA	PR
35	MORGAN	SP	102	BGN	PE
36	DEUTSCHE	SP	103	OPPORTUNITY	RJ
37	ING	SP	104	INTERIOR	SP
38	BARCLAYS GALICIA	SP	105	LUSO BRASILEIRO	SP
39	BIC	SP	106	GERDAU	RS
40	PACTUAL	RJ	107	RIBEIRAO PRETO	SP
41	BESC	SC	108	BONSUCESSO	MG
42	FIBRA	SP	109	MODAL	RJ
43	TOKYOMITSUBISHI	SP	110	CEDULA	RJ
44	BRASCAN	RJ	111	BANCNACION	SP
45	BRB	DF	112	MATONE	RS
46	RABOBANK	SP	113	RENDIMENTO	SP
47	FININVEST	RJ	114	UNION	SP
48	SS	SP	115	FINANCIAL	SP
49	BEG	GO	116	FICRISA AXELRUD	RS
50	BMC	SP	117	LA REPUBLICA	SP
51	AGF BRASEG	SP	118	PORTO REAL	RJ
52	SOFISA	SP	119	FRANCES INTER	SP
53	INTER AMEX	SP	120	THECA	SP
54	SUMITBANK	SP	121	POTTENCIAL	MG
55	CACIQUE	SP	122	BANCAP	BA
56	BMG	MG			
57	BEC	CE			
58	ZOGBI	SP			
59	BNP PARIBAS	SP			
60	BEM	MA			
61	SUL AMERICA	SP			
62	SOCIETE GENERALE	SP			
63	PEBB	RJ			
64	BANESE	SE			
65	BCO JOHN DEERE	RS			
66	FATOR	SP			
67	BANPARA	PA			

Ano: 1999

1999					
Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede
1	BB	DF	68	SCHAHIN	SP
2	CEF	DF	69	BANPARA	PA
3	BRADESCO	SP	70	BEA	AM
4	ITAU	SP	71	UBS WARBURG	RJ
5	UNIBANCO	SP	72	BANESE	SE
6	BANESPA	SP	73	INVESTCRED	RJ
7	ABN AMRO	SP	74	PROSPER	RJ
8	SAFRA	SP	75	PINE	SP
9	NOSSA CAIXA	SP	76	MODAL	RJ
10	BANKBOSTON	SP	77	SOCIETE GENERALE	SP
11	SANTANDER BRASIL	RJ	78	INDUSTRIAL DO BRASIL	SP
12	CITIBANK	SP	79	BVA	RJ
13	HSBC	PR	80	BANCOOB	DF
14	BBA-CREDITANSTALT	SP	81	TRIANGULO	MG
15	SUDAMERIS	SP	82	LA PROVINCIA	SP
16	BILBAO VIZCAYA	BA	83	DAYCOVAL	SP
17	BANDEIRANTES	SP	84	FATOR	SP
18	MERCANTIL FINASA	SP	85	CRUZEIRO	SP
19	BNB	CE	86	AGROINVEST	RS
20	MERIDIONAL	RS	87	CLASSICO	RJ
21	BANRISUL	RS	88	PARAIBAN	PB
22	BANESTADO	PR	89	GUANABARA	RJ
23	LLOYDS	SP	90	BANSICREDI	RS
24	VOTORANTIM	SP	91	BCOMURUGUAI	RS
25	BOAVISTA	RJ	92	WACHOVIA	SP
26	CSFB GARANTIA	SP	93	INTERCAP	SP
27	CHASE	SP	94	BEPI	PI
28	ALFA	SP	95	FICSA	SP
29	RURAL	RJ	96	VR	SP
30	DEUTSCHE	SP	97	INTERIOR	SP
31	JP MORGAN	SP	98	PECUNIA	SP
32	BARCLAYS GALICIA	SP	99	MORADA	RJ
33	DRESDNER	SP	100	ARAUCARIA	PR
34	BBM	BA	101	CREDIBEL	SP
35	BASA	PA	102	RENNER	RS
36	BEG	GO	103	SANTOS NEVES	ES
37	BIC	SP	104	LAVRA	SP
38	MERCANTIL DO BRASIL	MG	105	BGN	PE
39	ING	SP	106	PARANA	PR
40	PACTUAL	RJ	107	PRIMUS	RJ
41	BANESTES	ES	108	LUSO BRASILEIRO	SP
42	BEAL	SP	109	ARGENTARIA	SP
43	ABC-BRASIL	SP	110	RIBEIRAO PRETO	SP
44	CREDIBANCO	RJ	111	BONSUCESSO	MG
45	BNL	SP	112	OPPORTUNITY	RJ
46	TOKYOMITSUBISHI	SP	113	BANCNACION	RJ
47	BMC	SP	114	PORTO REAL	RJ
48	AGF BRASEG	SP	115	GE CAPITAL	SP
49	BRB	DF	116	GERDAU	RS
50	FIBRA	SP	117	THECA	SP
51	SANTOS	SP	118	UNION	SP
52	CACIQUE	SP	119	CEDULA	RJ
53	RABOBANK	SP	120	FRANCES INTER	SP
54	BESC	SC	121	MATONE	RS
55	INTER AMEX	SP	122	LA REPUBLICA	SP
56	SUMITBANK	SP	123	BANCAP	BA
57	BMG	MG	124	HISPANO	SP
58	BEC	CE			
59	FININVEST	RJ			
60	SUL AMERICA	SP			
61	BNP	SP			
62	BRASCAN	RJ			
63	SS	SP			
64	SOFISA	SP			
65	PEBB	RJ			
66	CREDITO SP	SP			
67	BEM	MA			

Ano: 1998

1998					
Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede
1	BB	DF	68	BEA	AM
2	CEF	DF	69	SOFISA	SP
3	BRABESCO	SP	70	BANPARA	PA
4	ITAU	SP	71	INDUSTRIAL DO BRASIL	SP
5	UNIBANCO	SP	72	PEBB	RJ
6	BANESPA	SP	73	CACIQUE	SP
7	REAL	SP	74	PINE	SP
8	BANRISUL	RS	75	BANESE	SE
9	HSBC	PR	76	BVA	RJ
10	NOSSA CAIXA	SP	77	BEM	MA
11	SAFRA	SP	78	SCHAHIN	SP
12	SANTANDER BRASIL	RJ	79	LA PROVINCIA	SP
13	SUDAMERIS	SP	80	TRIANGULO	MG
14	ABN AMRO	SP	81	PROSPER	RJ
15	CITIBANK	SP	82	GUANABARA	RJ
16	BBA-CREDITANSTALT	SP	83	DAYCOVAL	SP
17	BANKBOSTON	SP	84	MODAL	RJ
18	MERCANTIL FINASA	SP	85	GE CAPITAL	SP
19	BNB	CE	86	CLASSICO	RJ
20	MERIDIONAL	RS	87	UBS WARBURG	RJ
21	BILBAO VIZCAYA	BA	88	PARAIBAN	PB
22	BANDEIRANTES	SP	89	WACHOVIA	SP
23	BANESTADO	PR	90	INVESTCRED	RJ
24	BOAVISTA	RJ	91	VR	SP
25	VOTORANTIM	SP	92	INTERCAP	SP
26	LLOYDS	SP	93	CRUZEIRO	SP
27	CHASE	SP	94	AGROINVEST	RS
28	BBM	BA	95	FICSA	SP
29	RURAL	RJ	96	BEPI	PI
30	CSFB GARANTIA	SP	97	ARAUCARIA	PR
31	PONTUAL	SP	98	BANCOOB	DF
32	ING	SP	99	CREDIBEL	SP
33	BANEB	BA	100	FATOR	SP
34	DRESDNER	SP	101	LAVRA	SP
35	DEUTSCHE	SP	102	PECUNIA	SP
36	BIC	SP	103	INTERIOR	SP
37	BESC	SC	104	BGN	PE
38	JP MORGAN	SP	105	PARANA	PR
39	BMB	MG	106	BCOMURUGUAI	RS
40	BARCLAYS GALICIA	SP	107	RENNER	RS
41	BMC	SP	108	MORADA	RJ
42	CREDIBANCO	RJ	109	SANTOS NEVES	ES
43	BASA	PA	110	BANCNACION	RJ
44	TOKYOMITSUBISHI	SP	111	BANSICREDI	RS
45	FIBRA	SP	112	UNION	SP
46	BMG	MG	113	RIBEIRAO PRETO	SP
47	BEG	GO	114	LUSO BRASILEIRO	SP
48	PACTUAL	RJ	115	CEDULA	RJ
49	BEAL	SP	116	EXTERIBANK	SP
50	BRB	DF	117	GERDAU	RS
51	BANESTES	ES	118	THECA	SP
52	ABC-BRASIL	SP	119	MATONE	RS
53	BNL	SP	120	OPPORTUNITY	RJ
54	BEC	CE	121	BONSUCESSO	MG
55	BANDEPE	PE	122	PRIMUS	RJ
56	SUMITBANK	SP	123	DESTAK	RJ
57	SANTOS	SP	124	PLANIBANC	SP
58	SUL AMERICA	SP	125	LA REPUBLICA	SP
59	AGF BRASEG	SP	126	BANER	RR
60	FININVEST	RJ	127	BANCAP	BA
61	INTER AMEX	SP	128	HISPANO	SP
62	SOGERAL	SP			
63	RABOBANK	SP			
64	BNP	SP			
65	CREDITO SP	SP			
66	BRASCAN	RJ			
67	PANAMERICANO	SP			

Ano: 1997

1997								
Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede
1	CEF	DF	68	SUL AMERICA	SP	135	THECA	DF
2	BB	DF	69	BANDEPE	PE	136	MINAS	MG
3	BANESPA	SP	70	SANTOS	SP	137	BANCAP	BA
4	ITAU	SP	71	BANESE	SE	138	APLICAP	RJ
5	BRADESCO	SP	72	SRL	SP	139	CAMBIAL	RJ
6	UNIBANCO	SP	73	PANAMERICANO	SP	140	HISPANO	SP
7	REAL	SP	74	BEA	AM			
8	NOSSA CAIXA	SP	75	CREDITO SP	SP			
9	BEMGE	MG	76	CACIQUE	SP			
10	BANRISUL	RS	77	SOFISA	SP			
11	SAFRA	SP	78	OMEGA	RJ			
12	HSBC BAMERINDUS	PR	79	INDUSTRIAL	SP			
13	BAMERINDUS	PR	80	SCHAHIN	SP			
14	BCN	SP	81	BANPARA	PA			
15	BANKBOSTON	SP	82	BNP	SP			
16	CITIBANK	SP	83	FINANCIAL	SP			
17	BANESTADO	PR	84	BBC	GO			
18	BOAVISTA	RJ	85	PRIMUS	RJ			
19	SUDAMERIS	SP	86	BRASCAN	RJ			
20	BBA-CREDITANSTALT	SP	87	PEBB	RJ			
21	MERCANTIL SP	SP	88	BEM	MA			
22	EXCEL	BA	89	PROSPER	RJ			
23	BNB	CE	90	LA PROVINCIA	SP			
24	ABN AMRO	SP	91	TRIANGULO	MG			
25	BANDEIRANTES	SP	92	PINE	SP			
26	BOZANO,SIMONSEN	RJ	93	DAYCOVAL	SP			
27	AMERICA DO SUL	SP	94	PARAIBAN	PB			
28	LLOYDS	SP	95	GUANABARA	RJ			
29	GARANTIA	SP	96	BVA	RJ			
30	CHASE	SP	97	BEPI	PI			
31	JP MORGAN	SP	98	LAVRA	SP			
32	VOTORANTIM	SP	99	CREDIBEL	SP			
33	SANTANDER BRASIL	RJ	100	FICSA	SP			
34	MERIDIONAL	RS	101	BEMAT	MT			
35	BANEB	BA	102	INTERCAP	SP			
36	BIC	SP	103	INVESTCRED	RJ			
37	BESC	SC	104	FATOR	RJ			
38	FIBRA	SP	105	VR	SP			
39	BMC	SP	106	WACHOVIA	SP			
40	ING BANK	SP	107	CRUZEIRO	SP			
41	CREDIBANCO	RJ	108	MODAL	RJ			
42	PONTUAL	SP	109	CLASSICO	RJ			
43	PACTUAL	RJ	110	ARAUCARIA	PR			
44	DIBENS	SP	111	PECUNIA	SP			
45	RURAL	MG	112	PARANA	PR			
46	BARCLAYS	SP	113	RENNER	RS			
47	DEUTSCHE	SP	114	MORADA	RJ			
48	BMG	MG	115	UNION	SP			
49	BMB	MG	116	BANCNACION	RJ			
50	BRB	DF	117	BGN	PE			
51	DRESDNER	SP	118	INTERIOR	SP			
52	BASA	PA	119	LUSO BRASILEIRO	SP			
53	BEAL	SP	120	SANTOS NEVES	ES			
54	BEG	GO	121	GERDAU	RS			
55	ABC-BRASIL	SP	122	CEDULA	RJ			
56	TOKYOMITSUBISHI	SP	123	AGROINVEST	RS			
57	BEC	CE	124	RIBEIRAO PRETO	SP			
58	BNL	SP	125	BANSICREDI	RS			
59	SOGERAL	SP	126	EXTERIBANK	SP			
60	FININVEST	RJ	127	MATONE	RS			
61	BANESTES	ES	128	OPPORTUNITY	RJ			
62	CREFISUL	SP	129	BCOMURUGUAI	RS			
63	CREDIREAL	MG	130	PLANIBANC	SP			
64	SUMITBANK	SP	131	BANER	RR			
65	BMD	SP	132	DESTAK	RJ			
66	AGF BRASEG	SP	133	LA REPUBLICA	SP			
67	RAIBOBANK	SP	134	BANCOOB	DF			

Ano: 1996

1996								
Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede
1	CEF	DF	68	AGF BRASEG	SP	135	BANAP	AP
2	BB	DF	69	BEAL	SP	136	BNP	SP
3	BANESPA	SP	70	BEA	AM	137	LA REPUBLICA	SP
4	BRADESCO	SP	71	BCO GARANTIA	SP	138	PINE	SP
5	ITAU	SP	72	PANAMERICANO	SP	139	PREMIER	MG
6	UNIBANCO	SP	73	SRL	SP	140	INDUSCRED	SP
7	REAL	SP	74	BANSANDER	SP	141	PLANIBANC	SP
8	BAMERINDUS	PR	75	CACIQUE	SP	142	CAMBIAL	RJ
9	NOSSA CAIXA	SP	76	SOFISA	SP	143	HISPANO	SP
10	BANRISUL	RS	77	BANPARA	PA	144	THECA	DF
11	CREDIREAL	MG	78	CREDITO SP	SP	145	BANCIONAL	BA
12	SAFRA	SP	79	SCHAHIN	SP			
13	CITIBANK	SP	80	BEM	MA			
14	BCN	SP	81	BANESE	SE			
15	BANESTADO	PR	82	BBC	GO			
16	SUDAMERIS	SP	83	RAIBOBANK	SP			
17	BANKBOSTON	SP	84	PEBB	RJ			
18	MERCANTIL SP	SP	85	INVESTCRED	RJ			
19	BOAVISTA	RJ	86	FINANCIAL	SP			
20	BNB	CE	87	DESTAK	RJ			
21	BBA-CREDITANSTALT	SP	88	PRIMUS	RJ			
22	BOZANO,SIMONSEN	RJ	89	PORTUGUES	SP			
23	BANDEIRANTES	SP	90	TRIANGULO	MG			
24	BBV BANCO	BA	91	LA PROVINCIA	SP			
25	AMERICA DO SUL	SP	92	PARAIBAN	PB			
26	ABN AMRO	SP	93	DAYCOVAL	SP			
27	LLOYDS	SP	94	PROSPER	RJ			
28	BEMGE	MG	95	CREDIBEL	SP			
29	BMC	SP	96	BRASCAN	RJ			
30	BIC	SP	97	LAVRA	SP			
31	MERIDIONAL	RS	98	ARAUCARIA	PR			
32	CHASE	SP	99	GUANABARA	RJ			
33	PONTUAL	SP	100	INTERCAP	SP			
34	BANEB	BA	101	BEPI	PI			
35	BESC	SC	102	OPPORTUNITY	RJ			
36	DIBENS	SP	103	FICSA	SP			
37	PACTUAL	RJ	104	DBLABM	SP			
38	FIBRA	SP	105	VR	SP			
39	BMB	MG	106	PRODUBAN	AL			
40	DEUTSCH	SP	107	MAPPIN	SP			
41	CREDIBANCO	RJ	108	BEMAT	MT			
42	RURAL	RJ	109	VEGA	RJ			
43	BMG	MG	110	PARANA	PR			
44	BRB	DF	111	BVA	RJ			
45	JP MORGAN	SP	112	PECUNIA	SP			
46	GERAL DO COMERCIO	RJ	113	BGN	PE			
47	BANESTES	ES	114	UNION	SP			
48	BNL	SP	115	MODAL	RJ			
49	BASA	PA	116	FATOR	RJ			
50	VOTORANTIM	SP	117	LUSO BRASILEIRO	SP			
51	TOKYOMITSUBISHI	SP	118	CRUZEIRO	SP			
52	BEC	CE	119	CEDULA	RJ			
53	SUMITBANK	SP	120	BANER	RR			
54	SOGERAL	SP	121	RENNER	RS			
55	SANTOS	SP	122	SANTOS NEVES	ES			
56	BCN BARCLAYS	SP	123	INTERIOR	SP			
57	ING BANK	SP	124	EXTERIBANK	SP			
58	ROMA	SP	125	GERDAU	RS			
59	BEG	GO	126	EMPRESARIAL	SP			
60	DEUTSCHE	SP	127	BANCNACION	RJ			
61	SUL AMERICA	SP	128	MORADA	RJ			
62	BMD	SP	129	BCO.SICREDI	RS			
63	BANFORT	SP	130	RIBEIRAO PRETO	SP			
64	BANDEPE	PE	131	MATONE	RS			
65	FININVEST	RJ	132	AGROINVEST	RS			
66	OMEGA	RJ	133	CLASSICO	RJ			
67	INDUSTRIAL	SP	134	APLICAP	RJ			

Ano: 1995

1995								
Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede	Número	Instituição	UF Sede
1	CEF	DF	68	BEG	GO	135	BANCNACION	RJ
2	BB	DF	69	BANFORT	SP	136	PREMIER	MG
3	BANESPA	SP	70	BANSANDER	SP	137	SANTOS NEVES	ES
4	BRABESCO	SP	71	CACIQUE	SP	138	GERDAU	RS
5	UNIBANCO	SP	72	BANPARA	PA	139	INDUSCRED	SP
6	ITAU	SP	73	INVESTCRED	RJ	140	COMERCIAL SP	SP
7	BAMERINDUS	PR	74	FININVEST	RJ	141	THECA	DF
8	REAL	SP	75	AGF	SP	142	BCO PLANIBANC	SP
9	NOSSA CAIXA	SP	76	PANAMERICANO	SP	143	BANCIONAL	BA
10	BANRISUL	RS	77	PORTUGUES	SP	144	CREDIPLAN	SE
11	SAFRA	SP	78	SOFISA	SP	145		
12	CREDIREAL	MG	79	CREDITO SP	SP			
13	BANERJ	RJ	80	BEM	MA			
14	BCN	SP	81	BANESE	SE			
15	BNB	CE	82	FINANCIAL	RJ			
16	BANESTADO	PR	83	SCHAHIN	SP			
17	SUDAMERIS	SP	84	PRODUBAN	AL			
18	CITIBANK	SP	85	BBC	GO			
19	BANKBOSTON	SP	86	HISPANO	SP			
20	BBA-CREDITANSTALT	SP	87	INDUSTRIAL	SP			
21	MERCAPAULO	SP	88	BCO GARANTIA	SP			
22	BOAVISTA	RJ	89	PARAIBAN	PB			
23	LLOYDS	SP	90	CREDIBEL	SP			
24	AMERICA DO SUL	SP	91	CONTINENTAL	SP			
25	BCO BFB	SP	92	BRASCAN	RJ			
26	BOZANO, SIMONSEN	RJ	93	DAYCOVAL	SP			
27	ABN AMRO	SP	94	PEBB	RJ			
28	BEMGE	MG	95	BEPI	PI			
29	MERIDIONAL	RS	96	LAVRA	SP			
30	BCO BANDEIRANTES	SP	97	TRIANGULO	MG			
31	PONTUAL	SP	98	UNION	SP			
32	BANEB	BA	99	BEMAT	MT			
33	BANCO BMC	SP	100	GUANABARA	RJ			
34	BESC	SC	101	FATOR	RJ			
35	DIBENS	SP	102	ARAUCARIA	PR			
36	JP MORGAN	SP	103	MAPPIN	SP			
37	BMB	MG	104	INTERUNION	RJ			
38	EXCEL	SP	105	INTERCAP	SP			
39	PACTUAL	RJ	106	PRIMUS	RJ			
40	CREDIBANCO	RJ	107	PARANA	PR			
41	VOTORANTIM	SP	108	VR	SP			
42	BRB	DF	109	VEGA	RJ			
43	BIC	SP	110	PROSPER	RJ			
44	CHASE MANHATTAN	SP	111	FICSA	SP			
45	DEUTSCHE	SP	112	LOGICA	RJ			
46	FIBRA	SP	113	MORADA	RJ			
47	RURAL	RJ	114	PECUNIA	SP			
48	BASA	PA	115	LUSO BRASILEIRO	SP			
49	BMG	MG	116	LA PROVINCIA	SP			
50	GERAL DO COMERCIO	RJ	117	UNIVERSAL	RJ			
51	BCN BARCLAYS	SP	118	AGROINVEST	RS			
52	DEUTSCH	SP	119	BANER	RR			
53	SOGERAL	SP	120	BANAP	AP			
54	BANESTES	ES	121	EXTERIBANK	SP			
55	BEC	CE	122	SEGMENTO	SP			
56	NEDERLANDEN	SP	123	RENNER	RS			
57	SUMITBANK	SP	124	CEDULA	RJ			
58	BNL	SP	125	INTERIOR	SP			
59	BANDEPE	PE	126	EMPRESARIAL	SP			
60	ABC-ROMA	SP	127	CLASSICO	RJ			
61	BEAL	SP	128	CRUZEIRO	SP			
62	OMEGA	RJ	129	RIBEIRAO PRETO	SP			
63	MITSUBISHI	SP	130	LA REPUBLICA	SP			
64	SANTOS	SP	131	CAMBIAL	RJ			
65	SRL	SP	132	BVA	RJ			
66	BMD	SP	133	MATONE	RS			
67	SUL AMERICA	SP	134	BGN	SP			

Anexo III – Quadro descritivo das variáveis de crédito e depósito

ATIVO		
Conta	Nome da conta	Função
1600	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Registrar as operações de créditos concedidos
161	EMPRESTIMOS E TÍTULOS DESCONTADOS	Registra as operações realizadas sob a modalidade de empréstimos e de desconto de títulos
162	FINANCIAMENTOS	Registra as operações realizadas sob a modalidade de financiamento
163	FINANCIAMENTOS RURAIS AGRICULTURA-CUSTEIO E INVESTIMENTO	Registra os financiamentos à agricultura (custeio e investimento) que estejam em conformidade com as normas específicas do crédito rural
164	FINANCIAMENTOS RURAIS PECUÁRIA-CUSTEIO E INVESTIMENTO	Registra os financiamentos à pecuária (custeio e investimento) que estejam em conformidade com as normas específicas do crédito rural
165	FIN RURAIS AGRICUL-COMERCIALIZAÇÃO	Registra os financiamentos à comercialização agrícola
166	FIN RURAIS PECUARIA-COMERCIALIZAÇÃO	Registra os financiamentos à comercialização pecuária
167	FINANCIAMENTOS AGROINDUSTRIAIS	Registra as operações realizadas sob a modalidade de financiamento agroindustrial, a pessoas físicas e jurídicas que satisfaçam as condições para a contratação de operações em espécie
169	FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	Registra as operações realizadas sob a modalidade de financiamento imobiliário
172	OUTROS CRÉDITOS	Registra os valores contábeis relativos a operações com características de concessão de crédito que não possam ser enquadradas como operações de crédito ou de arrendamento mercantil
173	PROVISÃO PARA CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	Contabiliza a provisão para os créditos considerados de liquidação duvidosa
176	OPERAÇÕES ESPECIAIS (Banco do Brasil e Empresas de liquidação extra-judicial)	Contabiliza empréstimos para pagamento de obrigações externas (ao governo, a empresas estatais e ao setor privado), empréstimos deferidos em condições especiais com recursos do governo federal, registra recursos orçamentários do governo federal para execu

PASSIVO		
Conta	Nome da conta:	Função
4000	DEPOSITOS A VISTA- GOVERNOS	Registra os depósitos à vista mantidos por órgãos da administração direta ou indireta que prestem serviços públicos ou exerçam atividades empresariais, com exceção do depósitos de instituições financeiras e seguradoras
401	SERVIÇOS PÚBLICOS	Registra depósitos de órgãos da administração direta ou indireta que prestem serviços públicos
402	ATIVIDADES EMPRESARIAIS	Registra depósitos de órgãos da administração direta ou indireta que exerçam atividades empresariais
403	ESPECIAIS DO TESOIRO NACIONAL	
4100	DEPÓSITOS A VISTA- SETOR PRIVADO	Registra os depósitos à vista mantidos pelo setor privado
411	DE PESSOAS FÍSICAS	Registra os depósitos de livre movimentação, mantidos exclusivamente por pessoas físicas
412	DE PESSOAS JURÍDICAS	Registra os depósitos de livre movimentação, mantidos por pessoas jurídicas, inclusive firmas individuais, condomínios, cartórios, clubes de serviços e entidades sem fins lucrativos, tais como instituições religiosas, de caridade, educativas, culturais, b
413	DE INTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Registra os depósitos de livre movimentação, mantidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, por entidades subordinadas à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e à Secretaria de Previdência Co
415	OBRIGATÓRIOS	Registra o valor de depósitos sujeitos à observância de condições legais ou regulamentares para sua movimentação
416	PARA INVESTIMENTOS	Registrar os depósitos destinados a investimentos decorrentes de incentivos fiscais SUDAM, SUDENE, SUDEPE, EMBRATUR E IBDF
417	VINCULADOS	Registra as importâncias recebidas para um fim predeterminado ou especial, bem como o valor do produto da cobrança de duplicatas ou outros títulos recebidos em garantias de operações, inclusive garantias prestadas em dinheiro
418	DEMAIS DEPÓSITOS	
419	SALDOS CREDORES EM CONTAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS- OUTROS	Registra, pelo valor global, os saldos credores que as contas de empréstimo e financiamento apresentarem

Anexo IV – Resultados obtidos para o modelo principal

Resultados do modelo com dados empilhados

```

Linear regression
Number of obs =      243
F( 7, 235) = 231.83
Prob > F = 0.0000
R-squared = 0.8402
Root MSE = .38744

```

locredpcipca	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ldvpcipca	.6660228	.0931343	7.15	0.000	.4825379	.8495077
lpibpcdef	.1769866	.1068414	1.66	0.099	-.0335026	.3874758
lpopag	-.834197	.0836681	-9.97	0.000	-.9990324	-.6693616
theil	1.83149	.3093282	5.92	0.000	1.222079	2.440901
lselicdezr~l						
L1.	-.1582466	.0921243	-1.72	0.087	-.3397416	.0232484
numsede	.0088246	.0015379	5.74	0.000	.0057947	.0118545
dummyano	.6639828	.1011387	6.57	0.000	.4647284	.8632371
_cons	8.746402	1.605163	5.45	0.000	5.584055	11.90875

Resultados do modelo com efeitos aleatórios

```

Random-effects GLS regression
Group variable (i): cod
Number of obs =      243
Number of groups =     27

R-sq:  within = 0.5473
       between = 0.9128
       overall = 0.8330
Obs per group: min =     9
               avg  =    9.0
               max  =     9

Random effects u_i ~ Gaussian
corr(u_i, X) = 0 (assumed)
Wald chi2(8) = 31895.63
Prob > chi2 = 0.0000

```

locredpcipca	Coef.	Robust Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
ldvpcipca	.4968482	.1213464	4.09	0.000	.2590136	.7346827
lpibpcdef	.1588871	.1782897	0.89	0.373	-.1905542	.5083284
lpopag	-.9594889	.1438687	-6.67	0.000	-1.241466	-.6775114
theil	1.365977	.3644992	3.75	0.000	.651572	2.080383
lselicdezr~l						
L1.	-.1040298	.0792681	-1.31	0.189	-.2593924	.0513327
numsede	.0100992	.0030242	3.34	0.001	.0041719	.0160265
dummyano	.6104374	.0855823	7.13	0.000	.4426991	.7781757
_cons	11.29954	2.754528	4.10	0.000	5.90076	16.69831
sigma_u	.22630058					
sigma_e	.31804512					
rho	.33611441	(fraction of variance due to u_i)				

Resultados do modelo com efeitos fixos

```

Fixed-effects (within) regression
Group variable (i): cod

R-sq:  within = 0.5590
        between = 0.7744
        overall = 0.7197

Number of obs   = 243
Number of groups = 27

Obs per group: min = 9
                avg  = 9.0
                max  = 9

corr(u_i, Xb) = 0.3376

F(7,209) = 44.39
Prob > F = 0.0000

```

-----+-----						
locredpcipca	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ldvpcipca	.3187025	.1437078	2.22	0.028	.0353998	.6020052
lpibpcdef	-.4033999	.3961516	-1.02	0.310	-1.184365	.3775652
lpopag	-1.014156	.3485444	-2.91	0.004	-1.70127	-.3270432
theil	1.006046	.3746314	2.69	0.008	.2675054	1.744587
lselicdezr~l						
L1.	-.0649061	.101316	-0.64	0.522	-.2646384	.1348261
numsede	.0191574	.0158134	1.21	0.227	-.0120169	.0503316
dummyano	.5232252	.1142831	4.58	0.000	.2979299	.7485205
_cons	17.94419	4.144171	4.33	0.000	9.774461	26.11393
-----+-----						
sigma_u	.44328165					
sigma_e	.31804512					
rho	.66016378	(fraction of variance due to u_i)				
-----+-----						

Anexo V – Testes de Hausman, de Autocorrelação e de Breusch-Pagan

Teste de Hausman

	---- Coefficients ----			
	(b) fe	(B) re	(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
ldvpcipca	.3187025	.4968482	-.1781457	.0627153
lpibpcdef	-.4033999	.1588871	-.562287	.3298642
lpopag	-1.014156	-.9594889	-.0546675	.2491453
theil	1.006046	1.365977	-.3599313	.1669295
L.lselicde~1	-.0649061	-.1040298	.0391237	.0395305
numsede	.0191574	.0100992	.0090581	.0207973
dummyano	.5232252	.6104374	-.0872122	.0570476

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg
 B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

chi2(7) = (b-B)'[(V_b-V_B)^(-1)](b-B)
 = 12.52
 Prob>chi2 = 0.0848
 (V_b-V_B is not positive definite)

Teste de autocorrelação serial

xtserial locredpcipca ldvpcipca lpibpcdef lpopag theil lselicdezreal numsede dummyano

Wooldridge test for autocorrelation in panel data
 H0: no first-order autocorrelation
 F(1, 26) = 4.342
 Prob > F = 0.0471

xtserial locredpcipca ldvpcipca lpibpcdef lpopag theil numsede dummyano

Wooldridge test for autocorrelation in panel data
 H0: no first-order autocorrelation
 F(1, 26) = 6.536
 Prob > F = 0.0168

Teste de Breusch-Pagan para feitos aleatórios

$$\text{locredpcipca}[\text{cod},t] = Xb + u[\text{cod}] + e[\text{cod},t]$$

Estimated results:

	Var	sd = sqrt(Var)
locredp~a	.9121404	.9550604
e	.1011527	.3180451
u	.051212	.2263006

Test: Var(u) = 0
 chi2(1) = 70.66
 Prob > chi2 = 0.0000

Anexo VI – Resultados obtidos para o modelo utilizando-se o índice de gini

Variável dependente = estoque de crédito per capita (<i>CREDPC</i>)			
Variáveis Independentes	MQO (Empilhados)	Efeito Aleatório	Efeito Fixo
DVPC	0.627*** (0.093)	0.477*** (0.122)	0.326** (0.143)
PIBPC	0.093 (0.097)	0.086 (0.177)	-0.442 (0.394)
POPAG	-0.895*** (0.083)	-1.009*** (0.150)	-1.038*** (0.350)
GINI	5.179*** (0.915)	4.159*** (1.167)	3.229** (1.252)
SELIC	-0.163* (0.093)	-0.110 (0.079)	-0.076 (0.101)
NUMSEDE	0.010*** (0.001)	0.011*** (0.003)	0.020 (0.016)
DUMMYANO	0.647*** (0.099)	0.595*** (0.083)	0.519*** (0.114)
CONSTANTE	8.600*** -1.542	11.098*** -2.861	17.329*** -4.271
OBSERVAÇÕES	243	243	243
R2	0.84	0.55	0.56
VALOR DE F			43.18
FIV	2.74		0.0000
RHO		0.3683	0.6502
HAUSMAN		13.71	
		0.0567	
BREUSCH-PAGAN		87.15	
		0.0000	

Desvios-padrão robustos em parênteses

* significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%

Fator de Inflação da Variância

VARIÁVEL	FIV	1/FIV
PIBPC	4.35	0.230068
DUMMYANO	3.33	0.300533
DVPC	3.29	0.303982
SELIC	3.18	0.314780
POPAG	2.59	0.385917
THEIL	1.26	0.790770
NUMSEDE	1.20	0.836467
MÉDIA FIV	2.74	

Resultados do modelo com dados empilhados

Linear regression

Number of obs = 243
 F(7, 235) = 241.27
 Prob > F = 0.0000
 R-squared = 0.8375
 Root MSE = .39071

locredpcipca	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ldvpcipca	.6268067	.0930091	6.74	0.000	.4435685	.8100448
lpibpcdef	.0930043	.0967391	0.96	0.337	-.0975824	.283591
lpopag	-.894914	.0826292	-10.83	0.000	-1.057703	-.7321254
gini	5.17899	.9146369	5.66	0.000	3.377055	6.980926
lselicdezr~1						
L1.	-.163098	.0926446	-1.76	0.080	-.3456182	.0194221
numsede	.0095573	.0014884	6.42	0.000	.006625	.0124896
dummyano	.6468317	.0987586	6.55	0.000	.4522665	.841397
_cons	8.600088	1.54247	5.58	0.000	5.561252	11.63892

Resultados do modelo com efeitos aleatórios

Random-effects GLS regression

Group variable (i): cod

Number of obs = 243
 Number of groups = 27

R-sq: within = 0.5512
 between = 0.9099
 overall = 0.8317

Obs per group: min = 9
 avg = 9.0
 max = 9

Random effects u_i ~ Gaussian
 corr(u_i, X) = 0 (assumed)

Wald chi2(8) = 29328.82
 Prob > chi2 = 0.0000

locredpcipca	Coef.	Robust Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
ldvpcipca	.4773057	.1215373	3.93	0.000	.2390969	.7155145
lpibpcdef	.0858201	.1774381	0.48	0.629	-.2619523	.4335924
lpopag	-1.008584	.1498384	-6.73	0.000	-1.302262	-.714906
gini	4.159441	1.167281	3.56	0.000	1.871613	6.44727
lselicdezr~1						
L1.	-.1097964	.0786614	-1.40	0.163	-.26397	.0443771
numsede	.0107808	.0030854	3.49	0.000	.0047334	.0168281
dummyano	.5949023	.0830682	7.16	0.000	.4320915	.7577131
_cons	11.09759	2.860563	3.88	0.000	5.490985	16.70419
sigma_u	.24239811					
sigma_e	.31745395					
rho	.3683033	(fraction of variance due to u_i)				

Resultados do modelo com efeitos fixos

```

Fixed-effects (within) regression              Number of obs   =   243
Group variable (i): cod                       Number of groups =    27

R-sq:  within = 0.5607                        Obs per group:  min =    9
        between = 0.7827                       avg =   9.0
        overall = 0.7276                       max =    9

corr(u_i, Xb) = 0.3292                        F(7,209)       =   43.18
                                                Prob > F       =   0.0000
    
```

locredpcipca	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ldvpcipca	.3257971	.143139	2.28	0.024	.0436159	.6079784
lpibpcdef	-.4417152	.3935715	-1.12	0.263	-1.217594	.3341635
lpopag	-1.037537	.3499336	-2.96	0.003	-1.727389	-.3476853
gini	3.228516	1.251532	2.58	0.011	.7612706	5.695762
lselicdezr~1						
L1.	-.075758	.1013745	-0.75	0.456	-.2756055	.1240895
numsede	.0199427	.0160344	1.24	0.215	-.0116671	.0515526
dummyano	.5186109	.1138387	4.56	0.000	.2941917	.7430301
_cons	17.32871	4.270776	4.06	0.000	8.909385	25.74803
sigma_u	.43276454					
sigma_e	.31745395					
rho	.65015533	(fraction of variance due to u_i)				

Teste de Hausman

	---- Coefficients ----		(b-B)	sqrt(diag(V_b-V_B))
	(b)	(B)	Difference	S.E.
	fegini	regini		
ldvpcipca	.3257971	.4773057	-.1515086	.0756138
lpibpcdef	-.4417152	.0858201	-.5275353	.3513036
lpopag	-1.037537	-1.008584	-.0289532	.3162308
gini	3.228516	4.159441	-.9309253	.4514296
L.lselicde~1	-.075758	-.1097964	.0340384	.0639465
numsede	.0199427	.0107808	.009162	.0157347
dummyano	.5186109	.5949023	-.0762914	.077839

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg

B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

$$\begin{aligned} \text{chi2}(7) &= (b-B)'[(V_b-V_B)^{-1}](b-B) \\ &= 13.71 \end{aligned}$$

$$\text{Prob}>\text{chi2} = 0.0567$$

(V_b-V_B is not positive definite)